



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

LUIZA TURNES

**PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS USOS DAS TECNOLOGIAS
POR PARTE DE DOUTORANDOS DO PPGE/UFSC**

Florianópolis, 2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

LUIZA TURNES

**PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS USOS DAS TECNOLOGIAS
POR PARTE DE DOUTORANDOS DO PPGE/UFSC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa *Trabalho e Educação*. Orientador: Professor Dr. Lucídio Bianchetti

Florianópolis, 2014

LUIZA TURNES

**PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS USOS DAS TECNOLOGIAS
POR PARTE DE DOUTORANDOS DO PPGE/UFSC**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha de pesquisa Trabalho e Educação, Centro de Ciências da Educação (CED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Banca Examinadora:

Dr. Lucídio Bianchetti
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof^a. Dra. Gilka Elvira Girardello
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro

Prof^a. Dra. Mariléia Maria da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina
Membro

Prof^a. Dra. Valéria de Bettio Mattos
Universidade Federal da Fronteira Sul
Membro

Prof^a. Dra. Vânia Maria Alves
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Suplente

*Aos meus pais, Márcia e Luiz, que priorizaram a
minha formação educacional em todos os níveis
de ensino. Ao meu companheiro Vagner, pelo
incentivo, apoio e amor.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer àqueles que fizeram com que esse dia fosse possível. Aos meus pais, Márcia Terezinha Turnes e Luiz Carlos Turnes, que não economizaram energia para me auxiliar nessa caminhada. Dedico todas as minhas conquistas a vocês dois.

Ao meu amor, Vagner Eduardo Gonçalves por sempre me incentivar e me dar apoio. A vida ao seu lado torna os meus dias mais felizes e especiais.

À minha família. Obrigada pelas palavras de carinho. Com certeza elas serviram como impulsionadoras nesse processo.

Ao meu orientador, Professor Dr. Lucídio Bianchetti, com quem tive a honra de conviver. Sempre disposto a compartilhar os seus ensinamentos com todos os que o cercam. Não existem palavras para expressar a sua importância no meu processo formativo e na minha vida.

Às professoras da banca de qualificação, Gilka Elvira Girardello, Mariléia Maria da Silva e Valéria de Bettio Matttos que apresentaram suas colaborações para que o trabalho tomasse forma.

Aos professores que participaram da minha formação no Curso de Pedagogia da UFSC e me possibilitaram os primeiros entendimentos sobre a educação.

Aos professores do PPGE/UFSC que me proporcionaram uma educação mais crítica por meio da qual foi possível apreender a importância de compreender a educação e sua relação com contextos sociais mais amplos.

Aos doutorandos do PPGE/UFSC que se disponibilizaram a participar dessa pesquisa mesmo com o tempo *Chronos* 'batendo em suas portas'.

Aos amigos Alexandre e Daniela com os quais compartilho de uma amizade grandiosa.

Aos amigos e colegas do grupo de pesquisa Trabalho e Conhecimento na Educação Superior (TRACES), obrigada pela parceria no decorrer desse processo.

Como o fato de fazer escolhas é arriscado, pois, por vezes, deixamos de agradecer algumas pessoas que fizeram parte desse processo, estendo meus agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, compartilharam desse processo.

Muito obrigada a todos que contribuíram com esse processo de formação.

*Cada sociedade tem sua maneira
própria de viver o tempo [...], cada
sociedade é também uma maneira de
fazer o tempo e de o fazer ser o que
significa: uma maneira de se fazer ser
como sociedade. [...] O tempo que
cada sociedade faz ser e que a faz ser é
seu modo próprio de temporalidade
histórica.*

(CASTORIADIS, 1982, p. 243)

RESUMO

Em meados da década de 1990 foram incorporadas transformações no processo de avaliação da Pós-graduação (PG) *stricto sensu*, por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que podem ser caracterizadas como uma quebra paradigmática. Desse processo decorreram mudanças que afetaram o modelo da PG como um todo, sendo que uma das consequências mais visíveis foi a crescente intensificação do trabalho dos envolvidos com a PG, a partir da gradativa incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos processos em geral e, na particularidade aqui analisada, por parte dos doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A introdução das TIC na esfera do mundo do trabalho tem acarretado mudanças significativas nos cenários e estruturas sociais contemporâneos. A partir da realização de 16 entrevistas analisamos, por meio da construção de sete categorias de análise agrupadas em três blocos, como os doutorandos do PPGE/UFSC relacionam a categoria tempo com o instrumental tecnológico disponível para fazer frente ao desafio da pesquisa, da elaboração da tese e da conclusão do seu Curso. Partimos do pressuposto que o “tempo do doutorado” é uma fase decisiva no processo de criação de estratégias para a conclusão da PG, principalmente durante o período de escrita da tese, levando-se em conta que muitos doutorandos, concomitantemente ao seu curso, estão vinculados a algum outro trabalho. A relação entre o tempo e as TIC efetiva-se de forma visível e implícita, pois o tempo é vital à circulação da informação, e esta, à sobrevivência e visibilidade dos meios de comunicação social. Por isso, o tempo das e nas TIC é pautado pela expectativa da simultaneidade, por meio da qual os dispositivos são mobilizados no sentido de reduzir os compassos de espera. Por fim, identificamos que os doutorandos estão se adaptando à lógica produtivista na medida em que se sentem paralisados frente as exigências impostas pelos órgãos de avaliação e fomento. Parece que não há outra opção: ou aderem a esse movimento ou não estão aptos a fazer parte dele. Por fim, questionamos a possibilidade de resgate da perspectiva omnilateral nesse processo formativo de futuros doutores.

Palavras-Chave: Doutorado. Escrita da Tese. Tecnologias da Informação e Comunicação. Tempo.

ABSTRACT

In the mid 1990s transformations that can be characterized as a paradigmatic break were incorporated into the graduate studies evaluation process by Brazil's Coordination of Improvement of Higher Education Personnel agency (CAPES). This process led to changes in the graduate studies model as a whole, and one of the most visible consequences was the growing intensification of the work of those involved with graduate studies, based on a gradual incorporation of Information and Communication Technologies (ICTs) in the processes in general and in the particularity analyzed here, by doctoral students in the graduate program in education (PPGE) of the Federal University at Santa Catarina (UFSC). The introduction of the ICTs in the world of labor has led to significant changes in contemporary social scenarios and structures. Based on 16 interviews, we constructed seven analytical categories grouped in three blocks to examine how the doctoral students of the PPGE/UFSC relate to the category of time with the technological instruments available to them to face the challenge of research, thesis preparation and conclusion of their course. We begin with the presumption that the "time of the doctorate" is a decisive phase in the process of creation of strategies for the conclusion of the graduate program, mainly the time of writing the thesis, considering that many doctoral students simultaneously conduct other work. The relationship between time and the ICTs is made in a both visible and implicit form, because the time is vital to the circulation of information, which is essential to survival and visibility of the means of social communication. For this reason, the time of and within the ICTs is based on the expectation of simultaneity, for which reason the devices are mobilized to reduce the moments of waiting. Finally, we identify that the doctoral students are adapting to the productivist logic to the degree that they feel paralyzed in the face of the demands imposed by the evaluation and finance agencies. It seems that there is no other option: either adhere to this movement or they are not considered fit to be part of them. Finally, we question the possibility to revive an omni-lateral perspective in this process of formation of future doctors.

Keywords: Doctorate. Thesis writing. Information and Communication Technologies. Time.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CED	Centro de Ciências da Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IC	Iniciação Científica
IES	Instituições de Ensino Superior
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PB	Processo de Bolonha
PG	Pós-Graduação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TRACES	Trabalho e Conhecimento na Educação Superior
UE	União Europeia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I - ELEMENTOS DE CONTEXTO: O CAPITAL E SUAS RACIONALIZAÇÕES	37
1.1 CONTROLE DO TEMPO E INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO	37
1.2 CAPITALISMO: UMA CONTRADIÇÃO EM PROCESSO.....	42
CAPÍTULO II - A MEDIAÇÃO DAS TIC NA PRÁXIS DOS ENVOLVIDOS NA PG: IMPLEMENTAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE	49
2.1 A RELAÇÃO ORIENTADOR-ORIENTANDO E A MEDIAÇÃO DAS TIC	49
2.2 TRANSFORMAÇÕES DA/NA PÓS-GRADUAÇÃO EM MEADOS DE 1990.....	53
2.2.1 Brasil: A CAPES e suas racionalizações	54
CAPÍTULO III - SOBRE O TEMPO: TEMPO DE VIDA, DO CAPITAL E DA UNIVERSIDADE	61
3.1 CONCEPÇÃO MÍTICA SOBRE O TEMPO	63
3.2 O TEMPO MEDIDO E OS RELÓGIOS	65
3.3 AS INFLUÊNCIAS DO ‘TEMPO <i>CHRONOS</i> ’ NA UNIVERSIDADE	69
3.3.1 A temporalidade do doutorado em questão	74
CAPÍTULO IV - AS TECNOLOGIAS COMO EXTENSÃO DO SER HUMANO	81
4.1 A CAPES, O TEMPO, AS TIC E O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO	83
4.2 AS TIC NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	87
4.3 TRANSFORMAÇÕES NAS CATEGORIAS ESPÁCIO-TEMPORAIS E A CONDIÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS	92
CAPÍTULO V - A TEMPORALIDADE DO DOUTORADO E O PAPEL DAS TIC: QUESTÕES PARA ANÁLISE E PESQUISA..	97
5.1 AS TIC E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA TESE	98
5.1.1 TIC: ‘Uma faca de dois gumes’	99
5.1.2 Choque de temporalidades: entre <i>Chronos</i> e <i>Kairós</i>	108
5.1.3 Qualidade das teses e produtividade acadêmica.....	121
ONDE CHEGAMOS? PARA ONDE PODEMOS IR?	127

REFERÊNCIAS.....	135
ANEXOS.....	147
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	149
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	151

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é resultado de uma pesquisa desenvolvida com doutorandos do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio de entrevistas realizadas no final do ano de 2013 e início de 2014. A partir das entrevistas tínhamos como objetivo fazer um mapeamento dos usos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de doutorado e relacionar esses usos com o tempo disponibilizado para a conclusão do Curso, quatro anos, no caso.

Inicialmente, consideramos necessário fazer uma breve caracterização do *locus* de realização da pesquisa, da UFSC, do PPGE e do Curso de Doutorado do PPGE, ao qual estão vinculados nossos entrevistados. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina (SC) que conta com 421.240 habitantes (IBGE, 2010). A UFSC foi criada em dezembro de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) no mesmo ano de inauguração da Capital do Brasil, Brasília-DF.

O PPGE/UFSC teve início em 1974, portanto há 40 anos, com a criação do Curso de Especialização. No ano de 1984 a instituição obteve o reconhecimento do Curso de Mestrado em Educação e 10 anos mais tarde, em 1994, do Curso de Doutorado em Educação, permanecendo até 2011 como o único Programa de Pós-Graduação (PPG) no estado de Santa Catarina. Além disso, o Programa apoiou e deu sustentação à criação de diversos cursos de Mestrado no país.

Especificamente sobre o Curso de Doutorado em Educação na UFSC, podemos afirmar que este compõe, juntamente com o Curso de Mestrado, o PPGE do Centro de Ciências da Educação (CED). O Programa é composto por seis linhas de pesquisa que expressam a inserção de docentes e discentes na produção científica na área educacional. De acordo com o Art. 38 (Regimento PPGE 2012) para a obtenção do grau de Doutor em Educação, o pós-graduando deverá satisfazer os seguintes requisitos: a) obter, no mínimo, 48 créditos nas atividades do Programa, sendo que, deste mínimo, quatro créditos obtidos em disciplina obrigatória ofertada sob responsabilidade de cada linha de pesquisa na qual o candidato ingressou; 32 créditos obtidos em disciplinas e/ou atividades optativas. Além destes 36 créditos, ao proceder a defesa com êxito o doutorando recebe 12 créditos pelo trabalho de elaboração e defesa de tese. No total de créditos optativos (mínimo de 32), poderão ser contabilizados seis créditos obtidos no mestrado, correspondentes à dissertação defendida e aprovada em

Cursos reconhecidos pela CAPES, mediante apresentação de diploma. b) Ser aprovado em Exame de Proficiência em duas línguas estrangeiras; c) Ter projeto de tese aprovado pelo Colegiado; d) Ser aprovado em Exame de Qualificação; e) Obter a aprovação da Tese de Doutorado; f) Entregar a versão final da tese e toda a documentação necessária à solicitação do Diploma de Doutor em Educação.

Antes de determo-nos especificamente na temática da dissertação consideramos importante fazer uma retomada acerca da nossa trajetória acadêmica e, além disso, rememorar os avanços da educação formal brasileira, pois um dos níveis da Pós-graduação (PG) - o doutorado - é um dos focos da nossa análise. Os dados e reflexões que seguem resultam da nossa inserção inicial na condição de bolsista de Iniciação Científica, no decorrer do Curso de Pedagogia da UFSC, como veremos adiante.

A educação formal brasileira, em todos os níveis, de modo geral, foi impulsionada de maneira sem precedentes, a partir da crise do regime ditatorial e da retomada do processo democrático, com a institucionalização da chamada Nova República (1985). Com relação a expansão do ensino superior, apenas a partir do final do Império (1822-1889) até a Primeira República (1889-1930) é que são desencadeadas tentativas de projetos para criação de universidades. Em breve retomada, percebemos, com base em Saviani (2006)¹ que algumas iniciativas haviam sido tomadas no ano de 1823 quando a Assembleia Constituinte aprovou um projeto de criação de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, que não vingou.

Em período mais recente, também contribuíram para a expansão da educação formal brasileira a transformação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em Fundação no início da década de 1990, a aprovação de uma nova Constituição Federal para o país (1988) e uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira (LDBEN n. 9394/96). Nesse processo, em especial, as universidades privadas e a PG² *stricto sensu*, vêm passando por um processo de grande expansão.

¹ Não nos aprofundaremos aqui no histórico feito por Saviani (2006). Os interessados poderão ter acesso a mais detalhes neste e noutros textos deste autor. De outra parte em Hostins (2006) encontra-se também uma retomada histórica da PG brasileira e em especial dos PNPGs.

² Como veremos, em relação especificamente à PG *stricto sensu*, houve uma percepção de que ela poderia ser utilizada como meio de contribuir para a construção do “Brasil grande”, ideologia que os militares veicularam no

Embora haja registros que apontem iniciativas relacionadas à PG desde o início dos anos 1930 (SAVIANI, 1996), apenas com a criação da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no início da década de 1950, podemos afirmar que a PG brasileira foi efetivamente reconhecida, como um novo nível de ensino. E, na especificidade da área de Educação, é a partir de 1965, com a emissão do Parecer 977/65 pelo Conselho Federal de Educação (CFE)³, que é dado o primeiro passo nessa direção, com a criação do Curso de Mestrado em Educação da PUC-Rio (CURY, 2005).

No ano de 1965, Raymundo Moniz de Aragão (1912-2001), ministro da Educação e Cultura do Governo Castelo Branco (1897-1967), solicitou ao Conselho de Ensino Superior a definição e regulamentação dos objetivos e fins da PG no país, pois considerava necessário “clarear e disciplinar o que o legislador deixou expresso em forma algo nebulosa” (BRASIL, 1965), referindo-se ao Art. 69⁴ de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que tratava genericamente da PG.

Portanto, em seu início a PG deveria priorizar a formação de professores para suprir a carência destes nas universidades e acontecer em dois níveis sucessivos, “equivalentes ao de *máster* e *doctor* da sistemática norte-americana”, e ser, primeiramente, de responsabilidade das universidades (BRASIL, 1965). Quando a meta de formação de

decorrer do regime ditatorial (1964–1985). Conforme Mendonça (2003) a PG configurava-se, para Anísio Teixeira, educador brasileiro e Secretário Geral da CAPES (1951-1964), como instrumento necessário de reconstrução da universidade brasileira visando atender às novas exigências do desenvolvimento nacional. Ocorre que a CAPES, embora criada em 1951, somente passou a destacar-se e assumiu responsabilidades que a projetaram, a partir de meados da década de 1970. A estagnação das universidades públicas e a expansão das privadas também é do período, porém a expansão destas, sem precedentes, efetivamente, é característica da década de 1990.

³ Posteriormente, a partir de 1995 passou a denominar-se Conselho Nacional de Educação (CNE).

⁴ O Art. 69 define que “Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: **a)** de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; **b)** de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; **c)** de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos”.

professores é supostamente alcançada na PG *stricto sensu* a prioridade passa a ser a formação de pesquisadores. E a partir de exigências avaliativas e de indução dos órgãos de avaliação e financiamento, passa-se a fazer pesquisa, a função orientadora e o próprio processo da pesquisa, passam ao centro da cena e não somente se faz mais pesquisa, como se fala, se reflete, se pesquisa sobre a pesquisa e se publica.

Ainda em relação às políticas para a PG, à CAPES foi atribuída, desde a década de 1970, a responsabilidade por elaborar, coordenar e implementar os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs). Estes documentos trazem diagnósticos da PG e contêm projeções, prognosticando iniciativas a serem implementadas e estabelecendo as diretrizes que norteiam as políticas públicas de qualificação de pessoal em nível de mestrado e doutorado.

Um dos destaques dessas políticas foi a mudança, explícita, da “formação de professores” para a “formação de pesquisadores” ocorrida em meados da década de 1990, mais precisamente no triênio de avaliação que vai de 1996 a 1998, dado que se considerava que o objetivo inicial da “Campanha”⁵ - denominação da “Coordenação”, havia sido atingido, no tocante à formação de professores. Além disso, pelo processo de vinculação entre avaliação e o financiamento⁶, as universidades são submetidas a transformações profundas que vão atingir tanto a vida/trabalho dos envolvidos com a PG, quanto à própria produção e veiculação do conhecimento (KUENZER & MORAES, 2005; SGUISSARDI & SILVA JR, 2009).

No entanto, paralelamente à essa mudança relacionada à priorização da formação de pesquisadores, surge o desafio, para cada indivíduo e para a sociedade como um todo, da inserção na sociedade da informação ou do conhecimento⁷ (BINDÉ, 2007), por meio da incorporação das TIC (BIANCHETTI, 2008).

⁵ Cabe recordar que o órgão inicialmente era denominado de “Campanha”, depois passou para “Coordenação” e desde 1992 vem denominando-se “Fundação”.

⁶ Isto foi conseguido mais concretamente após a CAPES tornar-se Fundação e ter orçamento próprio.

⁷ Bindé (2007) defende que a sociedade do conhecimento se caracteriza pela capacidade de identificação, produção e utilização da informação para a criação do conhecimento necessário ao desenvolvimento humano. Portanto, defende que a informação pode ser o suporte a partir do qual é possível chegar ao conhecimento, assim como as informações pressupõem dados. Deve ficar claro que não há respaldo histórico e epistemológico para que se equipare informação e conhecimento, como seguidamente aparece na grande imprensa e em algumas

Nesse contexto, as mudanças na relação entre orientador-orientando foram profundas e atingiram os pesquisadores e os próprios acadêmicos, entre outros aspectos, no que diz respeito à produção e veiculação do conhecimento. E isto tornou-se tão central na vida/trabalho dos envolvidos com a PG que passou a ser naturalizada a ‘fórmula’ “publicar ou morrer”⁸ (EVANGELISTA, 2006; WATERS, 2006). Tais aspectos dão origem ao chamado “produtivismo acadêmico” (SGUISSARDI & SILVA JR, 2009), que leva, do ponto de vista da crítica, ao surgimento de dúvidas sobre o próprio conceito de universidade, em especial a pública (CHAUÍ, 2003).

Como anunciado anteriormente, essas reflexões decorrem da nossa participação em uma pesquisa mais ampla, no contexto do subprojeto⁹ intitulado: “*Os usos das tecnologias digitais por pesquisadores dos PPGEs: os processos de pesquisa, orientação, produção e veiculação do conhecimento*”, para cujo desenvolvimento contamos com bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPq) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no período entre agosto/2010 e julho/2012. Por meio do subprojeto objetivamos analisar as transformações na PG em educação no Brasil e, a partir do Processo de Bolonha (PB), na União Europeia (UE), suas decorrências à produção do conhecimento e às condições de vida/trabalho dos envolvidos com a PG. Particularmente, analisamos como as TIC foram incorporadas, que mediação desempenharam na relação orientador-orientando e quais as decorrências ao processo da comunicação entre estes e destes com a comunidade científica.

O surgimento do interesse pelo tema desta pesquisa deve-se ao fato de que, como bolsista de Iniciação Científica (IC) vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pesquisamos durante quase dois anos, os usos das tecnologias

obras consideradas de referência, como são as produções de Alvin Toffler e Heidi Toffler (1994), ao afirmar que ingressamos na sociedade do conhecimento a ponto de o “proletariado” ser substituído pelo “cognitariado”.

⁸ O “*Publish or perish*” já havia sido vulgarizado e criticado, em especial por Jacoby (1990), ao analisar o que ocorreu nos *campi* norte-americanos, na década de 1960, quando o produtivismo ganhou centralidade no que fazer universitário daquele país.

⁹ Este subprojeto está vinculado ao projeto: “**Pesquisadores sob pressão:** Possibilidades e limites do trabalho (do) intelectual na pós-graduação em educação em tempos de pesquisa administrada”, que está sob a responsabilidade do professor Lucídio Bianchetti, para cujo desenvolvimento conta com Bolsa Produtividade do CNPq.

digitais por pesquisadores de PPGs e tivemos acesso às entrevistas semiestruturadas do grupo de pesquisa *Trabalho e Conhecimento na Educação Superior* (TRACES) da UFSC e registrado no Diretório do CNPq. Essas entrevistas¹⁰ foram realizadas pelo professor orientador e outros pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa, com pesquisadores brasileiros da área de educação - totalizando 74 entrevistas - e com investigadores europeus - num total de 17 entrevistas.

No decorrer da leitura das entrevistas, foram emergindo manifestações que instigaram a pesquisar com mais profundidade sobre como os doutorandos, no processo de escrita da tese, percebiam e manifestavam-se acerca do tempo social e acadêmico e sua relação com as TIC. Uma das justificativas desta opção pelo doutorado deve-se ao fato de compartilharmos com a premissa de Paquot (1998) sobre a necessidade de cada um ser dono do seu tempo, como (pré)condição para a originalidade da obra. E, neste caso, a obra refere-se à tese. Em segundo lugar, consideramos que o “tempo de doutorado” - essa “odisseia de uma fase de vida” (ARAÚJO, 2006, 2007 e 2008) é uma fase decisiva no processo de criação de estratégias para a conclusão da PG, principalmente durante o período de escrita da tese, levando-se em conta que muitos doutorandos, concomitantemente ao seu curso, estão vinculados a algum trabalho, seja na universidade, na escola ou em outro setor. E, neste sentido, o uso planejado do tempo, somado à disponibilização das TIC, como suporte para o desenvolvimento da tese, pode ser decisivo na realização da pesquisa e na elaboração da tese.

Além disso, como o conjunto das entrevistas citadas anteriormente foram realizadas com pesquisadores que possuem titulação mínima de doutorado e atuação em Programas de Pós-graduação, consideramos importante e necessário ampliar o foco e analisar se e como pesquisadores em processo de formação, no caso

¹⁰ Estas entrevistas, transcritas e revisadas, foram realizadas entre os anos de 2003/2007 a partir de projetos vinculados ao CNPq, sob a responsabilidade de Ana Maria Netto Machado, da UNIPLAC/SC. De outra parte, aquelas feitas com investigadores europeus foram realizadas no ano de 2009-2010, no decorrer do estágio pós-doutoral do professor Lucídio Bianchetti, na Universidade do Porto, desenvolvendo o projeto: "Pesquisadores sob pressão: Aproximações entre as exigências do modelo CAPES de avaliação e fomento e o Processo de Bolonha e as decorrências para o trabalho dos pesquisadores em educação". As entrevistas estão em um banco de dados e a partir delas, como base empírica, alguns (sub)projetos estão sendo desenvolvidos.

doutorandos pertencentes ao PPGE da UFSC, utilizam as TIC na realização de suas pesquisas e na elaboração das suas teses. Em outras palavras: Estariam esses pós-graduandos otimizando o tempo de que dispõem para o desenvolvimento e conclusão do seu curso a partir do uso das TIC? De que forma? A partir de que estratégias? Qual é o significado dessa mediação? etc.

No processo de leitura das entrevistas realizadas com investigadores brasileiros e europeus, percebemos, nas manifestações dos participantes da pesquisa, a frequente presença da categoria tempo e o uso das tecnologias como estratégia de trabalho. Frente a esta constatação emergiu e intensificou-se o interesse em aprofundar a relação entre o tempo social e acadêmico e as TIC, a partir da percepção dos doutorandos do PPGE/UFSC.

Além de fazer referência ao tempo, a maioria dos pesquisadores brasileiros e europeus apontavam para as facilidades que o uso das tecnologias digitais provocava em relação a uma comunicação mais fluída entre orientador e orientando, à mais rápida socialização da produção acadêmica, à maior facilidade de acesso a banco de dados, de informações, etc. Ressaltavam, porém, que a economia de tempo e meios que agora permitem alcançar as metas que antes pareciam impossíveis faz com que a percepção categoria tempo se modifique, dando a impressão que este ficou mais “*denso e intenso*”¹¹ e que, contraditoriamente, se dispõe de menos tempo do que antes.

De outra parte, uma parcela considerável dos entrevistados, a cujas entrevistas tivemos acesso via banco de dados, afirma que o trabalho presencial vai sendo substituído pelo trabalho virtual, que exige muitas horas que nem sempre fazem parte do contrato de trabalho, levando a que, marxianamente, se possa falar em mais-valia relativa e absoluta, imiscuídas em um mesmo processo. (BIANCHETTI, 2008).

Por meio de outros depoimentos percebemos que há muitas sessões de orientação sendo realizadas em sua maior parte *online* (CHASSOT, 2006), porém ainda existem muitos professores que não aderiram ou incorporaram esse novo modelo de orientação, apresentando motivos diversos. Outros ainda, a despeito de aderirem às TIC, não abrem mão da orientação presencial.

A partir das manifestações dos entrevistados e analisando como eles se referiam e estabeleciam mediações com o tempo e as TIC,

¹¹ Expressão utilizada por um professor de universidade da União Européia que compõem o rol entrevistados do prof. Lucídio Bianchetti, no decorrer o seu estágio pós-doutoral.

consideramos importante pesquisar não apenas os investigadores que atuam nos PPGEs, privilegiados nas pesquisas e dados a que tivemos acesso, mas que seria necessário, complementarmente, selecionar e focar outra categoria, isto é, os pós-graduandos que estão na fase do doutorado. Dessa forma, potencialmente, poderíamos contribuir com o alargamento da investigação empírica sobre a PG, bem como aprofundar as reflexões e ampliar os conhecimentos sobre a questão do uso das TIC por parte dos pós-graduandos no seu processo de pesquisa e elaboração da tese.

Porém, se contávamos, com dados, informações e análises, a respeito da situação de vida/trabalho e dos posicionamentos dos professores-orientadores, no tocante à relação da díade tempo e TIC, não podíamos dizer o mesmo em relação aos pesquisadores em formação. Eis o porquê consideramos relevante e justificado voltar nossa atenção investigadora a este segmento da PG.

Com estes pressupostos, colocamo-nos o **objetivo geral** de analisar como os doutorandos do PPGE/UFSC relacionam a categoria tempo com o instrumental tecnológico disponível para fazer frente ao desafio da pesquisa, da elaboração da tese e da conclusão do seu curso.

Os **objetivos específicos**, no início da investigação, eram: Caracterizar o processo de doutorado em educação da UFSC; Conceituar a categoria tempo, examinando como ela é concebida e tratada nos manuais de metodologia e por parte dos teóricos que a privilegiam em suas análises; Investigar as obras que tratam, especificamente da questão do tempo na fase do doutorado; Compreender as adesões e as resistências à inserção das TIC no processo de doutorado, seja na utilização por orientadores ou orientandos, a partir das manifestações destes; Investigar qual a função das TIC no processo do doutorado e de que maneira e com que intensidade elas têm sido um instrumento auxiliar nesse período de formação dos pós-graduandos; Identificar em quais momentos do processo de doutorado a utilização das TIC podem ter um caráter facilitador e/ou pressionador no processo de pesquisa e elaboração da tese por parte do doutorando; Entender como os doutorandos apreendem, analisam e se inserem na questão da suposta compulsoriedade da entrada de todos na “sociedade de informação ou conhecimento”; Compreender de que modo a indução da CAPES interfere na qualidade do desenvolvimento da tese no que se refere ao tempo médio de titulação e que tipo de suporte as TIC podem desempenhar nesse processo.

Para o alcance dos objetivos, inicialmente, fizemos um levantamento bibliográfico (BIANCHETTI & MACHADO, 2009; BEAUD, 1996; GERMANO, 2008; HESS, 2005; MAZZILLI, 2009; PHILLIPS & PUGH, 1998; SCHNETZLER & OLIVEIRA, 2010 entre outros) sobre o processo do doutorado, analisando principalmente a categoria tempo, mesmo que esta não seja o foco central dessas publicações. Essas obras auxiliaram na compreensão de significados, processos, prazos, dinâmicas e desafios do doutorado, sendo que cada obra enfatiza elementos ora distintos ora comuns que podem auxiliar os pós-graduandos, e não apenas eles, a compreenderem essa fase de vida e de formação acadêmica. E, além disto, seja de forma explícita ou não, a relação entre tempo e TICs aparece como variável a ser levada em conta e no nosso caso, pesquisada. Especificamente nos manuais de metodologia percebemos que o tempo é uma categoria que aparece no sentido burocrático, no qual o prazo para a construção de cada elemento da tese é importante para que o tempo estipulado para a conclusão do Curso seja garantido.

Em termos **metodológicos**, a pesquisa foi desenvolvida por meio de leitura, estudo e análise das obras citadas acima em articulação com outras mais específicas no que se refere ao tempo no doutorado. A pesquisa bibliográfica, conforme Severino (2007, p. 122),

[...] se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Por meio da pesquisa bibliográfica prévia e a consulta ao banco de dados sobre a temática desta dissertação, percebemos que o tempo tem sido um elemento que aparece frequentemente nos estudos que se referem à PG. Porém os registros resultam mais das manifestações dos orientadores, uma vez que são mais pesquisados, além de contarem com mais pesquisas e publicações e meios de veiculação. Isto desafia a que se dê voz aos orientandos uma vez que eles estão envolvidos no processo da PG, da mesma forma que seus orientadores, com a diferença de que o tempo é uma categoria que, embora pressionando a ambos, interpela, pressiona muito mais os orientandos no sentido de que estes

contam com um tempo limite, predeterminado para concluir o doutorado. E é este fator que reforça a necessidade de pesquisar a relação entre a categoria tempo e o uso das TIC, focalizando os doutorandos.

Para que os nossos objetivos fossem atingidos, consideramos importante a realização desta pesquisa sob uma abordagem quali-quantitativa. Acreditamos que a pesquisa qualitativa propicia o alcance, além de dados quantitativos, objetivos, de dados subjetivos relacionados diretamente com a vida e o processo de doutorado de cada entrevistado. Segundo Triviños (1987), essa modalidade de pesquisa pode ser desenvolvida a partir de uma perspectiva mais ampla, envolvendo o estudo da cultura e fundamentando-se nas descrições da realidade vivida para obter significados dos indivíduos pesquisados. Sendo assim, por meio dessa modalidade de pesquisa, buscamos compreender como uma determinada sociedade ou um segmento - os doutorandos, no nosso caso - apreende o processo em tela e como o interpreta, já que cada cultura tem seus significados próprios.

Além disso, Bogdan e Biklen (1994, p. 11) comentam:

Um campo que era anteriormente dominado pelas questões da mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Designamos esta abordagem por Investigação Qualitativa.

Os estudos qualitativos que estão direcionados por uma perspectiva sócio-histórica devem focalizar o particular como instância da totalidade social, buscando entender os sujeitos da pesquisa e, por meio deles, compreender o contexto. Optamos assim por uma perspectiva de totalidade que considera todos os componentes da situação em suas interações e influências recíprocas.

Partilhamos também com Bauer e Gaskel, a visão de que não há quantificação sem qualificação, pois:

A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas

pertencem a uma ou outra categoria. Se alguém quer saber a distribuição de cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existem no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor. O mesmo é verdade para os fatos sociais. (BAUER; GASKEL, 2002, p. 24).

Relacionando essa citação à nossa pesquisa, foram realizadas entrevistas com os doutorandos do PPGE/UFSC com o intuito de perceber quais são as qualificações e quantificações possíveis para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, possibilitando, assim, uma visão geral da mediação das TIC e da utilização do tempo no doutorado. Também foi realizada uma análise mais aprofundada, por meio da análise do conteúdo (BARDIN, 1977), das respostas dos entrevistados para identificar quais são as relações que os doutorandos do PPGE estabelecem entre o tempo do doutorado e o uso das TIC.

Primeiramente tínhamos projetado utilizar dois instrumentos de coleta de dados: questionários e entrevistas. Porém após o exame de qualificação optamos, reforçados pelas argumentações e indicações da banca, por utilizar somente as entrevistas, visto que o tempo direcionado à pesquisa de campo seria exíguo se usássemos os dois instrumentos. Além do mais reforçou-se que, com as entrevistas, poderíamos alcançar os objetivos da pesquisa.

De modo mais específico, realizamos entrevistas com 16 doutorandos - do total de 31 que ingressaram no PPGE/UFSC no primeiro semestre de 2010 -, com o objetivo de visualizar se eles utilizam (ou não) as TIC como mediação para potencializar o uso do tempo; com qual frequência, de que maneira e se existe alguma dificuldade com relação às TIC; como eles percebem o tempo durante o processo de doutorado na fase da pesquisa e de escrita da tese; se os orientadores utilizam a orientação virtual e por meio de qual instrumento, entre outras questões.

Conforme Minayo (1996, p. 64), “[...] entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador [...] podem ser consideradas *conversas com finalidade* e se caracterizam pela sua forma de organização” (destaque nosso). A escolha pelas entrevistas semiestruturadas deveu-se ao fato de que estas oferecem ao entrevistador uma maior possibilidade de manter-se focado nos seus objetivos. Triviños caracteriza a entrevista semiestruturada como sendo aquela

que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Com a entrevista semiestruturada, o entrevistador pode relembrar detalhes que são importantes para a posterior análise dos dados. Além disso, o entrevistado também possui liberdade de expor o que é relevante, aspecto que se torna elemento facilitador no processo de novas perguntas que poderão ser realizadas pelo entrevistador. Outro elemento determinante é a transcrição da entrevista, sendo que, para Triviños (1987, p. 147), existe “[...] a importância da transcrição e da análise imediata da entrevista, quando esta for gravada”, posto que, considerando a técnica de análise posterior, o entrevistador precisa rememorar os momentos da entrevista, pois com isto, conteúdos não completamente expressos ou compreendidos, podem ser esclarecidos.

Para a exploração do material coletado, as técnicas da “análise de conteúdo” são importantes, pois permitem a construção de categorias de interpretação emergentes sobre as manifestações dos entrevistados. Ao falar em análise de conteúdo, fazemos referência a:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 1977, p. 34).

Em termos de procedimentos, com base nas proposições de Bardin (1977), foi realizada, em um primeiro momento, uma descrição analítica das entrevistas. A função desse procedimento é a exploração do próprio texto, tendo como base uma codificação que é constituída por um certo número de categorias¹², sendo cada uma composta por vários indicadores que representam determinadas unidades de registro a serem

¹² Lüdke e André (1986) afirmam que a análise não se encerra com a categorização. É a partir das categorias que será possível avançar para além da simples exposição dos fatos ou dados, construindo novas abstrações e novas interpretações.

destacadas do conteúdo das entrevistas. Posteriormente, enumeramos as características fundamentais e pertinentes explicitadas pelos entrevistados.

Em um segundo momento, realizamos o procedimento denominado inferência¹³. Essa operação permite dar uma significação fundamentada às características que foram encontradas nas manifestações dos entrevistados, comparando com os conteúdos de outras publicações referentes ao tema de pesquisa.

E, em um terceiro momento, tem-se a interpretação, na qual objetivamos apreender o que está explícito e subjacente nas manifestações dos entrevistados, bem como quais foram as condições que propiciaram sua produção. É da própria constituição da análise de conteúdo o papel de contribuir para a descoberta dos núcleos de sentido que compõem um texto - nesse caso, as entrevistas -, uma comunicação, cuja presença signifique algo para o objetivo analítico visado (MINAYO, 1996). Sintetizando, podemos afirmar que a análise de conteúdo proposta nesta dissertação envolve três etapas: “pré-análise; exploração do material; e tratamento dos dados obtidos e interpretação.” (BARDIN, 1977, p. 95).

Além disso, Bardin (1977, p. 31), ao enfatizar o valor e a importância das técnicas da análise de conteúdo para as entrevistas, salienta que essa metodologia permite “[...] colocar em evidência a ‘respiração’ de uma entrevista não-diretiva”. Conforme Cambi (1999, p. 38), torna-se possível recuperar vias interrompidas, possibilidades bloqueadas, itinerários desprezados que “[...] devem ser compreendidos e afirmados e indicados como alternativas possíveis não só do passado, mas também do presente, pelo menos como alternativas teóricas, percursos diferentes, integradores e corretores de um modelo”.

No que se refere aos critérios de rigorosidade e qualidade das pesquisas em educação, André (2001, p. 59) aponta para a importância de que “[...] os trabalhos apresentem relevância científica e social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fiquem evidentes sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social”.

Ao realizarmos uma pesquisa que tem como ênfase a relação do tempo e das TIC no processo de doutorado do PPGC/UFSC - um particular que contém e representa, em miniatura, um universal -,

¹³ A autora define inferência como a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras.” (BARDIN, 1977, p. 39).

tivemos como objetivo desenvolver um tema que vem se tornando muito expressivo nas pesquisas sobre a PG, o tempo, haja vista que se vive em uma sociedade cujo modelo de produção está estritamente centrado na eliminação do desperdício do tempo. Uma sociedade em que a própria transformação do trabalho justifica a ruptura de fronteiras espaço-temporais entre espaço-tempo livre e espaço-tempo ocupado, assim como a progressiva instalação de ritmos assíncronos e móveis, independentemente de lugar e tempo.

Frente a estas constatações e opções de cunho metodológico, antecipamos que essa dissertação está dividida em cinco capítulos, como veremos posteriormente, somada esta introdução que apresenta todos os caminhos que foram percorridos para que fosse desenvolvida esta pesquisa considerando os seguintes elementos: relevância, problemática, justificativa, objetivos e metodologia. Após os capítulos apresentamos as considerações finais e os anexos.

No primeiro capítulo apresentaremos uma discussão sobre o modo como a sociedade capitalista se (re)organiza - visando a sua reprodução - para o aumento da produtividade e diminuição do tempo necessário para a produção de mercadorias - seja na empresa, seja na universidade - utilizando as TIC como instrumentos-chave desse processo.

Posteriormente, no segundo capítulo, apresentamos, algumas transformações que ocorreram na PG em meados da década de 1990 e como interferiram na relação orientando-orientador, em especial a partir da mediação das TIC na práxis dos envolvidos com a PG.

No terceiro capítulo buscamos refletir sobre a constituição e apreensão histórica do tempo e como esta categoria acaba transformando-se em uma das questões centrais no processo de organização e funcionamento do sistema capitalista e, para nosso caso específico, no contexto da PG. O que se pretende é historicizar algumas ideias sobre o tempo, conforme este foi pensado no ocidente e como veio impondo-se uma forma pragmática e utilitária de lidar com ele.

A partir do entendimento das tecnologias como extensões do ser humano (MCLUHAN, 1995), buscamos compreender, no quarto capítulo, de que maneira os seus usos modificam a percepção das categorias espaço e tempo na PG. O que se pretende enfatizar é que as tecnologias são construções humanas e que podem ou não contribuir para a humanização, trazendo vantagens e problemas para a humanidade, dependendo do seu uso e da apropriação dos resultados de sua implementação. Com isto fica explicitada a nossa postura crítica em relação ao “determinismo tecnológico”, isto é, não consideramos os

aspectos tecnológicos como autônomos, determinados por leis próprias ou transformados em variáveis independentes. Poderíamos afirmar que as transformações tecnológicas são manifestações específicas, impregnadas de interesses. Parafraseando Chesneau (1996) as inovações tecnológicas são criadas e estão sendo implementadas porque a “sociedade as chamou”.

No quinto capítulo descrevemos os processos da pesquisa empírica e analisamos quais são as adesões e as resistências à inserção das TIC no processo de doutorado a partir das manifestações dos doutorandos; a função das TIC nesse processo e de que maneira e com que intensidade elas têm sido um instrumento auxiliar nesse período de formação dos pós-graduandos; identificamos em quais momentos do processo a utilização das TIC pelos doutorandos pode ter um caráter facilitador e/ou pressionador no processo de pesquisa e escrita da tese e quais são as estratégias utilizadas por eles para conciliar tempo e qualidade das teses. Por fim, analisamos a empiria com o objetivo de discutir a partir daquilo que os doutorandos, que ingressaram no ano de 2010 no PPGE/UFSC, relatam sobre a relação entre a categoria tempo e o instrumental tecnológico disponível para fazer frente ao desafio da pesquisa, da elaboração da tese e da conclusão do seu Curso.

Nas considerações finais apresentamos alguns elementos sobre os possíveis caminhos que decorrem dessa pesquisa, retomando os nossos objetivos e problemática inicial de investigação.

CAPÍTULO I - ELEMENTOS DE CONTEXTO: O CAPITAL E SUAS RACIONALIZAÇÕES

Digo: o real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (ROSA, 1976, p. 52).

Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas. (MARX, 2010, p. 31).

1.1 CONTROLE DO TEMPO E INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

As publicações acadêmicas se tornaram tarefas em série, como as peças que rolam pelas esteiras de uma linha de montagem (...) O produto é tudo o que conta e não sua recepção, não seu uso humano (WATERS, 2006, p. 42).

As citações anteriores demonstram algumas das constatações que fizemos enquanto estávamos desenvolvendo nossa pesquisa e elaborando a dissertação. A primeira diz respeito ao processo de escrita, como foi sendo construída a pesquisa e em que momentos fazemos comprovações/refutações de nossas hipóteses iniciais. A segunda citação está relacionada aos desafios da pesquisa e em que medida o ato de desenvolvê-la requer avançar e recuar em muitos momentos no processo de construção do conhecimento. E a terceira diz respeito a um dos focos de análise nesse capítulo, ao abordarmos a similitude ou a aproximação do mundo da economia ao da academia no que se refere à categoria tempo.

Uma das constatações que fizemos ao analisar a categoria tempo é a de que embora não tenha sido exatamente uma preocupação de Marx em suas investigações para a elaboração de *O Capital*, trata-se de uma categoria inerente às suas análises, visto que ele parte da análise da mercadoria, cuja substância é o trabalho, quantificado pelo tempo que dura o trabalho (MARX, 2010). Porém o autor não teve -, devido à materialidade de seu tempo histórico - a preocupação ou a possibilidade de analisar questões ou aspectos da atualidade, como é o caso da nossa temática de pesquisa. No entanto, por ter um caráter universal, a obra *O Capital* permite compreender as leis gerais que regem o capital. Tendo isto como pano de fundo, partimos do pressuposto de que as condições

dos doutorandos na contemporaneidade inserem-se ou são perpassadas pelos movimentos que regem o capital e que precisam ser apreendidos. Porém esses movimentos não são apreendidos facilmente, visto que as relações sociais ditadas pelo capital, a um primeiro olhar, não são explícitas, transparentes, exigindo vigilância e investigação a fim de que se possa ultrapassar aquilo que Kosik (1976), nomina de “pseudoconcreticidade”, definindo-a como “um claro-escuro de verdade e engano” (p. 11).

Na escolha da temática do tempo de doutorado e sua relação com as TIC, não perdemos de vista a compreensão da realidade social do desenvolvimento das forças produtivas - materializadas, entre outras, sob a forma de TIC - nem o referencial teórico-metodológico marxiano, por reconhecermos nele a melhor forma para a compreensão dessa realidade. Aprender a realidade social para além do aparente e no movimento da história é a mais qualificada forma de acercar-se e apropriar-se da temática da nossa pesquisa.

Na relação entre trabalho discente/docente e TIC no contexto contemporâneo tentamos evidenciar algumas questões que só agora começam a aparecer de forma mais clara - mas que Marx já flagrara na metade do século XIX -, no que se refere ao redimensionamento do tempo e que, no conjunto, tornam explícita a imposição dos parâmetros do mundo da economia à forma de organização e funcionamento da universidade. Dentre essas questões estão aquelas relacionadas à intensificação dos processos de trabalho, à ampliação do tempo (e do espaço, agora deslocado para o espaço virtual) de trabalho, em conjunto com a aceleração da vida cotidiana, exigência de qualificação e imposição de um modelo de avaliação por produtividade dos professores e acadêmicos, aspectos típicos de relações de exploração sob o modo de produção capitalista.

O que podemos adiantar é que aqueles que estão inseridos na ambiência da PG encontram-se, atualmente, frente a uma conjuntura que os está obrigando a mudar, rápida e radicalmente, inclusive com o uso de tecnologias, uma cultura que veio sendo forjada desde os primórdios da PG brasileira. Desencadeada na metade da década de 1960, esta cultura tinha como suporte mais financiamento e tempo para concluir o curso de mestrado e de doutorado. Além disso, havia poucos candidatos à PG e exigências e cobranças menores, não trazendo consequências tanto para o pós-graduando quanto para o programa mesmo quando aquele não concluisse o curso.

Os atuais critérios de produção científica vieram sendo modificados, tornados mais exigentes e isso faz com que professores e

estudantes tenham que renunciar - a maioria das vezes a contragosto - a uma tradição construída e se obriguem a entrar em uma lógica da produção escrita muito próxima à produção de mercadorias, como apontava Waters (2006). Pelo caminho da indução docentes e discentes, cada vez mais vêm aderindo e submetendo-se a tais exigências, visto que os programas - induzidamente - têm implementado mecanismos de avaliação interna sistemática, com critérios para manutenção de um corpo docente e discente produtivo, prevendo exclusões dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), quando a produtividade não alcança ou mantém-se dentro dos padrões prescritos.

Esse novo modelo de exigência baseado na produtividade, no controle dos resultados, criou um conflito com as normas anteriores que eram muito mais flexíveis. Atualmente, pensar em um curso de mestrado com duração de quatro ou cinco anos e um doutorado com duração de seis a oito anos nos parece inconcebível. No entanto, houve um tempo com prazos mais laxos, sem contar o fato de que a responsabilidade sobre o trabalho e a sua conclusão estava centrada no pós-graduando e não no professor orientador. Não havia represálias para este, caso um pós-graduando abandonasse o curso sem o concluir. Hoje, caso não se respeite o pré-estabelecido “Tempo Médio de Titulação”, as consequências recaem sobre o coletivo de um Programa e neste próprio. As perdas e as recompensas estão relacionadas de forma direta com a produtividade, com o cumprimento das prescrições.

A partir das novas exigências da CAPES professores e pós-graduandos são responsáveis pela pesquisa e por sua conclusão no período previsto. Conforme ressaltado, caso isso não aconteça as penalidades atingem todos os envolvidos com o PPG. Mudanças profundas e em pouco tempo trazem consequências, obrigando a transformações nos hábitos e modos tradicionais de desenvolver o trabalho, no caso específico da PG. Esta perspectiva produtivista é criticada por muitos professores e pós-graduandos. E parece que o processo de ‘aceleramento’ e de imposições não conhece limites, uma vez que as medidas já implementadas vêm sendo complementadas por outras, como é o caso da rigorosidade dos critérios para concessão de bolsas a orientadores e pós-graduandos e para o credenciamento e (re)credenciamento dos docentes junto aos programas, entre outras medidas.

Não apenas fazer parte, mas manter-se no corpo docente dos PPGs cada vez mais está na dependência do (re)credenciamento medido, entre outros itens, pelo número de publicações. E uma das formas de acesso e controle ao número de publicações em um determinado período

de tempo é o Currículo *Lattes*¹⁴, cuja plataforma torna pública a vida acadêmica dos pesquisadores, principalmente via suas produções.

Esta questão das publicações está chegando a tal dimensão que em artigo publicado por De Meis et al (2003) os autores afirmam que o ritual de passagem hoje já não está mais centrado em ser aprovado na dissertação ou tese, mas sim ter seu primeiro artigo aceito para publicação e ainda uma publicação bem situada na *Qualis*.

No desenvolvimento da pesquisa, buscamos na literatura e por meio das entrevistas analisar como os doutorandos do PPGE/UFSC relacionam a categoria tempo com o instrumental tecnológico disponível para fazer frente ao desafio da pesquisa, da elaboração da tese e da conclusão do seu curso. Evidenciamos que há inúmeras questões que precisam ser colocadas e respondidas. Dentre outras destacamos: é possível continuar produzindo teses em menos tempo e com menos recursos, sem fazer concessões à qualidade? De que maneira o uso das TIC pode otimizar/reduzir o tempo de produção das teses e qual a sua função? Em que momento as TIC podem ter um caráter facilitador e/ou controlador no processo de pesquisa e elaboração da tese por parte do doutorando? Caberia no leque do processo avaliativo fornecer critérios para punições e/ou represálias? De que modo a indução da CAPES interfere na qualidade do desenvolvimento da tese no que se refere ao tempo médio de titulação e que tipo de suporte as TIC podem desempenhar nesse processo?

Com relação à forma como a PG está estruturada em termos de avaliação Warde (2002, p.179), alerta:

Se as agências federais de apoio à pós-graduação e os demais órgãos dos quais emanam as políticas nacionais estivessem efetivamente interessadas em preservar uma das poucas e melhores conquistas educacionais das últimas décadas, e tivessem lucidez para considerar que qualquer sistema ou subsistema de ensino precisa de pelo menos 30 anos para revelar seus efeitos mais permanentes, então elas conteriam as ações mais

¹⁴ No artigo com o título “*A corrida pelo lattes*” Silva (2005) destaca que “a sociedade competitiva não admite perdedores, apenas vencedores. O currículo deixa de refletir as vicissitudes da vida e passa a ser a medida do sucesso. E este deve ser conquistado a qualquer custo. É uma corrida maluca, que se traduz no **Currículo Lattes**. Se você não tem **Lattes** está socialmente morto, não existe. Mas não basta tê-lo, é preciso que ele expresse sua lista de realizações, e esta deve ser a maior possível” (2005, s/p).

recentes que estão pondo em risco a sobrevivência dessa evidente conquista nacional que foi a criação do sistema de pós-graduação. Talvez não estejam pensando em acabar com a pós-graduação; é quase certo que não estejam, mas seguramente, estão abalando o seu equilíbrio ecológico.

Temos assistido, a partir da dependência de financiamento e certificação a aprovação de órgão governamentais, à adesão dos Programas e pesquisadores às novas regras de avaliação. A este respeito é necessário perguntar-se em que medida essa adesão não tem favorecido o 'barateamento' da qualidade da pesquisa, visto que ao se discutir o processo de avaliação de PPG é preciso considerar que se

está avaliando um processo educacional, formativo, e não o produto da atividade de cientistas profissionais (...). É diferente avaliar-se um processo de formação de pessoas, professores, filósofos, artistas, tecnólogos ou cientistas, e avaliar-se o currículo de um pesquisador ou equipe de pesquisadores para fins de concessão de auxílios a programas específicos (GATTI, 1999, p. 34).

Particularmente, em relação à nossa pesquisa, interessa-nos apreender de que maneira o uso das TIC, pelos doutorandos, tem sido uma maneira de controle das políticas de avaliação que regulam a PG e de que maneira isso interfere na qualidade das teses no que se refere ao tempo de titulação do pós-graduando. Por outro lado, procuramos analisar como o uso das TIC pode facilitar e potencializar o desenvolvimento da tese.

Paralelamente às exigências em termos de avaliação da PG, visualizamos que durante muitos anos não houve muita preocupação por parte das universidades, no que se refere à exigência de contar com mestres e doutores em seus quadros. Por outro lado, houve expansões controladas pela CAPES, avaliadas, que evidencia que há uma preocupação com a qualidade. De qualquer maneira, a exigência de mais doutores e mestres, a exigência de pesquisa para um professor conseguir tempo integral nas universidades públicas, entre outras, são ações que ocasionaram uma expansão da PG, difícil de controlar e acompanhar.

Em pouco tempo aumentou o número de pessoas que passaram a cursar a PG¹⁵, chegando a este nível de formação com uma faixa etária menor, geralmente com menos experiência e, na atual conjuntura, pressionados pelas novas imposições de prazos para concluir seus cursos. Especialmente nas universidades federais, esses pós-graduandos vão se deparar com professores/orientadores que se formaram recentemente, com pouca experiência em orientação - pois, na maioria das vezes, orienta-se da maneira como se foi orientado ou procura-se negar o processo que se vivenciou como orientando - e com pouca disponibilidade de tempo, visto que a não contratação ou a contratação em número reduzido de novos professores, aumenta o número de demandas daqueles que estão na ativa.

Em resumo, todos esses aspectos influenciam nos processos da pesquisa, orientação, escrita, produção e socialização do conhecimento. As medidas desencadeadas para modificar a cultura de quase uma geração de professores e pós-graduandos, por meio das TIC como alternativas de otimização do tempo de conclusão do curso de doutorado, constituem uma das vertentes que nos propomos a pesquisar: quais são as estratégias que os doutorandos criam para resistir/adaptarem-se às novas exigências da CAPES, sem fazer concessões à qualidade? Podemos antecipar que, com base nas 16 entrevistas que efetuamos, alguns dos questionamentos que inicialmente levantávamos, começam a apontar para confirmações concernentes às críticas pontuadas por professores e outros a indicar saídas alternativas.

O fato é que as TIC se apresentam como estratégia global do capitalismo e provocam, dependendo dos seus usos, mais estresse aos trabalhadores e pesquisadores - paralelamente a vantagens - sujeitando-os a novas exigências de qualificação para com os novos equipamentos e a novos ritmos de trabalho. E essas inovações estão baseadas na diminuição do tempo e do espaço, controle do tempo e disciplinarização dos trabalhadores.

1.2 CAPITALISMO: UMA CONTRADIÇÃO EM PROCESSO

O movimento de acumulação de capital, na medida em que implica elevação contínua da produtividade do trabalho e elevação contínua de

¹⁵ Mais informações disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/01/brasil-dobra-numero-de-mestres-e-doutores-em-dez-anos>.

composição técnica e orgânica do capital; na medida em que se funda numa base técnica em que a arte produtiva está concentrada no capital e plasmada nas máquinas, o que determina a desqualificação e o entorpecimento do trabalho vivo; na medida em que avança progressivamente, destruindo formas pretéritas de produção e tornando “livres” os produtos diretos – o movimento de acumulação, por sua própria dinâmica interna, cria não só a demanda como também a oferta de trabalho (MAZZUCHELLI, 1985, p. 19).

Partindo de uma análise do modo como o capital tem assegurado historicamente sua reprodução, percebemos que sua reestruturação contemporânea recai sobre todas as esferas da vida social. Nesse contexto, a classe trabalhadora foi a mais atingida pelas racionalizações do processo de trabalho e da vida em geral. Frente a isto, podemos afirmar que houve sucessivos processos de reorganização da produção e de mudança nos padrões de dominação de classe que visaram enfrentar as tendências de crise do capitalismo, nas suas diversas etapas históricas.

O modo concreto como estas modificações nos mecanismos de acumulação do capital atingem os trabalhadores, explicita-se na análise dos princípios tayloristas e do sistema fordista de racionalização produtiva - técnica e social -, considerados estratégias capitalistas que conduziram a uma maior dominação do trabalho, ao radicalizar a transferência do controle do trabalho para o capital, aprofundando a alienação do trabalhador.

Do mesmo modo, há um crescente processo de precarização do emprego e intensificação do trabalho que acompanha as mudanças nas condições técnicas e sociais de produção, deflagadas pelo capital - de forma mais visível em períodos mais recentes - com o objetivo de aumentar a produtividade. Com base na flexibilidade do aparato produtivo e em processos e mercados de trabalho mais ajustados às flutuações da demanda, novos padrões produtivos mesclam-se ou substituem o padrão taylorista-fordista, implicando modificações nas relações de trabalho e nas práticas de poder organizacional.

Contrapondo à rígida produção em massa homogeneizada e verticalizada do sistema produtivo anterior, a flexibilidade dos processos e mercados de trabalho e a mobilidade geográfica, o novo padrão de acumulação flexível permite ao capital ajustar a produção aos requisitos

da concorrência mercadológica e transferir espaços produtivos ou plantas de produção para regiões de mais fácil controle do trabalho (HARVEY, 1989).

Acerca do controle sobre o trabalho em diferentes espaços (e tempos!) produtivos, o livro "*Infoproletários - Degradação real do trabalho virtual*", organizado por Antunes & Braga (2009) evidencia, em alguns de seus capítulos, a relação nem sempre oculta entre o uso de novas tecnologias e a imposição de condições de trabalho do século XIX no setor informacional, um dos considerados mais dinâmicos da economia moderna, no qual os trabalhadores vivenciam uma tendência crescente de alienação do trabalho em escala global.

A análise destes novos espaços de trabalho revela que as relações de alienação e de dominação, próprias do capitalismo, ficam mais mistificadas e reduzem as possibilidades de resistência dos trabalhadores no contexto social, econômico, político que marca a realidade contemporânea. Porém revela, também, que permanecem presentes condições, embora menos favoráveis, de luta histórica dos trabalhadores contra a exploração do capital.

Os padrões produtivos da acumulação flexível, fórmulas da resposta capitalista à sua crise, invadem os ambientes laborais em geral e educacionais em particular (BARRETO, 2011) por meio de métodos sofisticados de controle do trabalho. As estratégias referem-se à perseguição da integração ideológica do trabalhador e o caráter fetichista da tecnologia na educação.

Conforme Alves (2011) neste padrão de acumulação flexível ocorre a substituição à coisificação típica da produção do taylorismo-fordismo por uma nova lógica, que não se contrapõe à outra, mas que se mescla, de controle e organização do trabalho, designada como 'captura' da subjetividade. Isto é, este controle articula mente e corpo do trabalhador, e não apenas, como era mais visível anteriormente, o controle do seu corpo.

Todas essas transformações do trabalho atingem à capacidade de organização política e sindical da classe trabalhadora nas suas lutas históricas contra a dominação capitalista. Em sua crítica ao capitalismo Marx (1989) trata destas transformações como um movimento sistemático que visa à superação dos obstáculos colocados à expansão do capital, objetivando sua valorização (OLIVEIRA, 2006).

A análise do final do século XIX, evidencia que esse foi um período atravessado por uma crise de amplo espectro que abalou as convicções burguesas no modelo de crescimento da economia e desenvolvimento político, e ainda levou a um processo de reorganização

do capital e de seu sistema de dominação de classe. A chamada Grande Depressão (1873-1896) introduziu um novo período na história do regime capitalista de produção denominado “capitalismo monopolista” e é neste contexto que surge o movimento denominado ‘gerência científica’ concebido por Frederick Taylor (1856-1915) no final do século XIX, nos Estados Unidos, e amplamente difundido entre as potências europeias no início do século XX, após a publicação dos *Princípios de administração científica* (TAYLOR, 1970). O taylorismo passou a garantir um aumento sem precedentes da produtividade, paralelamente ao aprofundamento da subordinação do trabalhador ao capital, fazendo com que o processo produtivo se fragmentasse, empobrecendo o trabalho e aprofundando o processo de alienação do trabalhador, como mencionado anteriormente.

Conforme Braverman (1987) o meio mais eficiente de impedir o domínio dos trabalhadores sobre o processo de trabalho (sobre o dispêndio da força de trabalho) seria quebrar a unidade do trabalho (e da classe trabalhadora), separando concepção e execução. Para fazê-lo, simplificaram-se as tarefas, exigindo-se destrezas decorrentes da superespecialização de poucos e da desqualificação individual da maioria dos trabalhadores. Isto, efetivamente, só foi possível com o advento da administração científica, ou seja, a partir da concepção e da implementação do taylorismo. Desqualificação, então, torna-se sinônimo de mais degradação do trabalho e subsunção da classe trabalhadora.

A introdução dos princípios tayloristas e do sistema de mecanização do processo produtivo e de reprodução da força de trabalho baseados naqueles princípios, que a medida que o tempo vai passando assumem a denominação de sistema taylorista-fordista¹⁶, enfrentou forte resistência dos trabalhadores no início do século XX devido à estruturalização do sindicalismo operário. Porém, com o incremento

¹⁶ Henry Ford (1863-1947) foi o empresário estadunidense que criou e implementou a linha de montagem em massa na *Ford Motor Company*, indústria de automóveis, com o objetivo de produzi-los em menos tempo e por um menor custo. Sinteticamente, o que Ford fez foi otimizar o tempo da produção fazendo com que o trabalhador repetisse gestos automaticamente, radicalizando o processo de especialização. Com isso, há uma intensificação do trabalho, desqualificação do operário e um aumento na produtividade, fatores que contribuíram para o bareteamento do automóvel, possibilitando a compra massiva por parte de grandes contingentes da população (BIANCHETTI & PALANGANA, 1995).

acelerado da produtividade do trabalho, a partir da década de 1920 passaram a ser geradas altas taxas de lucro, resultando em um movimento especulativo sem precedentes nos últimos anos da década, que resultou na crise econômica e financeira de 1929, a denominada crise de superprodução. Segundo Gramsci (1976) esta crise foi mais violenta do que as anteriores, pois atingiu todas as camadas da população, gerando conflitos em ampla escala, mas particularmente colocando em xeque os métodos e técnicas predominantes de trabalho até então.

Esses impasses que atingiram o sistema de produção e da sociedade como um todo em função do excesso da capacidade infraestrutural instalada, de produção fabril e de consumo, transformaram-se na expressão cada vez mais acirrada da concorrência internacional e provocaram a redução de taxas de acumulação de capital no mundo capitalista avançado, por décadas. E isso resultou em uma exaustão do modelo de desenvolvimento econômico e do padrão de dominação de classe baseados no taylorismo-fordismo.

A crise deste atingiu o ponto mais elevado, no final da segunda-guerra mundial e, principalmente no domínio da guerra fria, facilitando a implementação do ideário keynesiano, como forma de fazer frente ao avanço dos países de economia centralmente planejada (comunistas). A partir dessa crise, a alternativa que acabou sendo aceita foi a do chamado Keynesianismo¹⁷, com repercussões no processo de reorganização do capital, propiciando condições para a recriação, em novas bases, das condições da expansão capitalista (ALVES, 2011).

O Keynesianismo efetivou-se como um conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica objetivando um regime de pleno emprego. Além disso, é uma saída amena do capitalismo, que faz algumas concessões, implementa o *Welfare State* nos países desenvolvidos etc., mas que não deixa de ser capitalismo, embora se transforme em uma espécie de capitalismo de Estado.

¹⁷ Teoria econômica baseada nas concepções de John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico, cujas ideias influenciaram a macroeconomia moderna, defendendo uma política econômica de Estado intervencionista, embora mantendo-se os fundamentos capitalistas. Um dos resultados mais visíveis e aceitos pelo conjunto da população, do ideário keynesiano foi o *Welfare State* ou o “Estado de Bem-Estar Social”, uma espécie de ‘capitalismo mais humano’, que acabou favorecendo mais os países do polo dinâmico do capital. Em período recente esses princípios e práticas entraram em crise e a maior parte dos benefícios foram suspensos.

Quando se efetiva, este período é caracterizado por um regime internacional relativamente estável, no qual os sustentáculos são o sistema de paridades fixas entre as moedas e o modelo (pós)fordista de produção e consumo de massa, que era bastante difundido e aceito, somado às ‘benesses’ que a adoção do keynesianismo favoreceu. Os investimentos diretos externos submetiam-se às políticas macroeconômicas dos países que detinham as condições de ampliar e fortalecer a acumulação do capital, permanecendo como quadro essencial a economia do Estado-Nação. Durante essa fase, as relações políticas entre as classes sociais e o grau de soberania efetivo possuído pelos estados-governos, asseguravam o respeito das empresas multinacionais às convenções estabelecidas e às relações que correspondem aos acordos salariais fordistas (CHESNAIS, 1996).

A partir do final da década de 1960, com intensidades diferenciadas entre países e blocos, um conjunto amplo de mudanças nas condições técnicas e sociais dos processos de produção é deflagrado pelo capital para enfrentar suas contradições internas e aumentar a produtividade do trabalho. Surge, então, um novo padrão baseado na flexibilidade do aparato produtivo e em processos e mercados mais flexíveis, como os trabalhos no setor de serviços cada vez mais intesificados em todos os setores, sendo o de *telemarketing* exemplar neste aspecto (GEORGES, 2009).

Porém esta nova metamorfose do capital também não será imune a crises, e pela estratégia de mudança do sistema visando a permanência, reafirma-se a convicção de que o capitalismo precisa ser apreendido em um movimento de crises cíclicas. O abalo, contudo, é abrandado com as evidências cada vez mais visíveis de que o bloco comunista também enfrenta conflagrações internas, com a crise chegando ao ápice e tornando-se visível, simbólica e realmente, com a queda do muro de Berlim em 1989. E é justamente na ‘brecha’ aberta pela crise do comunismo que há um recuo do Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*). E o liberalismo, agora antecedido pelo prefixo ‘neo’, é retomado e seus ideais são (re)aplicados como a nova solução para a crise, sintetizados no “Consenso de Washington”. Governos conservadores como os de Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, Margareth Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, e mesmo socialistas como o François Mitterand (1981-1995), na França, impõem o novo receituário e a impressão que acaba predominando é a de que finalmente o capitalismo triunfou, a ponto de apologeticamente apregoar-se o “Fim da história” (FUKUYAMA, 1992).

E assim poderíamos ir avançando com novos elementos relacionados às estratégias do capital para continuar hegemônico, porém acabaríamos apenas reforçando a constatação marxiana de que o capitalismo é uma contradição em processo (MAZZUCHELLI, 1985).

Não nos estendemos muito nesse capítulo, pois para este momento e para os objetivos deste trabalho, contudo, o que nos interessava era trazer alguns dos antecedentes da crise atual a fim de poder compreender em que contexto a nossa problemática de pesquisa se situa.

CAPÍTULO II - A MEDIAÇÃO DAS TIC NA PRÁXIS DOS ENVOLVIDOS NA PG: IMPLEMENTAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE

[...]desde sua implantação [a CAPES], decidiu-se também que a avaliação seria centrada nos produtos obtidos; isto é, a ênfase recairia sobre dados objetivos, sobre elementos quantificáveis [...]. Estes objetivos explícitos não foram mudados até hoje, embora tenha sido alterada a forma de sua operacionalização (FÁVERO, 1999, p. 6, grifos do autor)

Nesse capítulo discutiremos alguns aspectos relacionados a como as relações orientador-orientando, alteraram-se após as mudanças introduzidas pela CAPES, por meio dos PNPGs. Com a redução do tempo para a conclusão das teses e dissertações e com a pressão pelo aumento da produtividade acadêmica, o uso das TIC passou a desempenhar papel determinante no processo de orientação, bem como para que as universidades ampliassem índices de produção e melhorassem posições nos *rankings*.

Essas transformações ficaram mais evidentes em meados da década de 1990 quando houve uma mudança de ênfase da “formação de professores” à “formação de pesquisadores”. Diante desse cenário, a relação orientador-orientando configura-se de forma diferenciada, pois novos critérios são utilizados, exigências são feitas e a possibilidade de uso de novos aparatos tecnológicos passam a interferir no trabalho desses sujeitos.

2.1 A RELAÇÃO ORIENTADOR-ORIENTANDO E A MEDIAÇÃO DAS TIC

A chamada integração e flexibilidade nos processos e meios de produção é utilizada como estratégia do capital para superar mais uma das suas cíclicas crises no padrão produtivo e organizacional. E é justamente nesse momento histórico, com mais visibilidade a partir da década de 1990 que a relação orientador-orientando ganha novos contornos e vai redesenhando-se de maneira diferenciada, tanto no que se refere às novas exigências para a PG quanto às mudanças no trabalho daqueles que estão envolvidos nesse processo.

Com a criação da CAPES, no Brasil, na segunda metade do século XX tinha-se como meta reformar a universidade brasileira,

conforme expresso por Anísio Teixeira (1900-1971), um dos idealizadores desse órgão governamental (MENDONÇA, 2003). No entanto, a despeito de boas intenções de alguns, o que se buscava era desencadear estratégias de reorganização e funcionamento da universidade que trouxesse mais retornos à sociedade.

No período anterior à industrialização o tempo do trabalho e sua organização eram regidos por critérios que em nada se assemelham àqueles que passam a predominar após a supremacia da ordem capitalista. Especialmente a partir da produção teórica de Frederick Taylor (1856-1915), com sua preocupação relacionada a “tempos e movimentos”, houve uma preocupação com a reorganização do espaço-tempo do trabalho, com o controle do tempo e com a disciplinarização dos trabalhadores.

Essa reorganização estendeu-se às universidades, nas quais as TIC somaram-se a essas medidas racionalizadoras para tornar a instituição mais conectada com o tempo presente e mais produtiva, a ponto de interferirem em aspectos particulares da forma de organização e funcionamento da universidade, como é o caso da PG e no interior desta, da relação orientador-orientando.

Nessa direção é que buscamos compreender a assimilação e o uso das TIC pelos doutorandos e em tudo o que se relaciona à sua práxis de pós-graduando. Como esses profissionais aderem a esses novos meios e os incorporam no seu trabalho? Como e por que alguns aderem com facilidade e outros têm dificuldades, mesmo com as enfatizadas e supostas vantagens que as TIC trazem? Quais são os limites e possibilidades da orientação virtual? Que mudanças as tecnologias induzem à qualidade do trabalho dos professores e das relações profissionais desses com os doutorandos?

Ao falar em mediação das TIC é importante que se tenha presente que nesta particularidade também houve uma racionalização materializada na passagem do predomínio da tecnologia analógica para a digital. A diferença entre as tecnologias analógica e digital¹⁸, caracteriza-se pelo fato de que a analógica demanda a mediação dos sentidos e a digital, a capacidade de abstração. Em termos daquilo que é demandado do usuário é uma mudança muito profunda, e daria para

¹⁸ Esta é uma questão central pesquisada por Bianchetti (2008), nos seus aspectos tecnológicos e nas repercussões para os trabalhadores, bem como nos novos desafios aportados ao processo ensino-aprendizagem no que diz respeito às questões metodológicas e às consequências epistemológicas na passagem do predomínio da tecnologia analógica à digital.

dizer que para alguns, é até violenta, pois se transformações anteriormente ocorriam entre gerações, hoje, compulsoriamente, são implementadas intrageracionalmente, obrigando a constantes adesões e construções de novas aprendizagens e abandonos de qualificações e de tudo daquilo que demandou esforço para aprender. E nem todos estão acostumados ou até dispostos a aprender, abandonar, reaprender em um contexto caracterizado pelas mudanças constantes.

É com este pano de fundo que nos perguntamos acerca do processo de formação dos pós-graduandos. Para além das questões tecnológicas envolvidas, em que medida os usos das tecnologias podem interferir nesse processo de formação? Moraes et al (2003) e Chauí (2003) auxiliam-nos colocando em discussão o produtivismo, a redução do tempo para a conclusão dos cursos e os prejuízos para uma formação mais abrangente, universal, qualificada. Além disso, no contexto do aligeiramento, da indução ao cumprimento de prazos, ao produtivismo, enfim, nos fazem refletir sobre o uso das tecnologias na PG como um elemento que pode potencializar a pressão que é exercida sobre os orientadores e orientandos. Com a redução do tempo de formação teremos mais mestres e doutores, mas e a qualidade da sua formação? Será que privilegiar a quantidade é condição suficiente para resolver os problemas da educação brasileira em geral e da PG em particular?

Uma das hipóteses é que as TIC possibilitam a organização e a potencialização do trabalho acadêmico como, por exemplo, no acesso a bancos de dados, a documentos, trabalhos em rede, independentemente do espaço e do tempo. Porém, como citamos anteriormente, há pessoas que têm dificuldades para familiarizarem-se com o uso desses equipamentos no seu trabalho acadêmico e, com isso, podem criar resistência na incorporação e beneficiar-se das tão propaladas vantagens das TIC, sendo que, neste último aspecto, podemos citar uma maior comunicação entre orientador e orientando e mais facilidades para a produção e veiculação de informações/conhecimentos.

Por outro lado, da parte do professor/pesquisador, as mudanças implementadas no processo de orientação trouxeram a agregação de um maior número de tarefas ao seu trabalho. No leque de suas tarefas, entre outras podemos citar: dar aulas; orientar estudantes da graduação; receber e responder mensagens pela *internet*; escrever artigos; publicar suas produções; comparecer a conferências e socializar os resultados de suas pesquisas, paralelamente a uma série de atividades burocráticas que acumulam. Além disso, o acréscimo de tarefas acadêmicas tem gerado a intensificação do trabalho dos pesquisadores e a sensação de um estado de impossibilidade de atender as demandas no tempo de que dispõem,

gerando consequências, como aquelas analisadas por Fidalgo et al (2009) e Sguissardi & Silva Jr (2009).

Por outro lado, apontamos aspectos positivos nas novas políticas de PG, com destaque para a inserção das TIC nos processos de trabalho. Neste aspecto, podemos destacar: incremento nas publicações, trabalhos em rede e expansão de parcerias com colegas e, principalmente com instituições nacionais e internacionais. Porém, essas mudanças foram profundas e, por isso seria necessário um tempo para (re)adaptação para os envolvidos com a PG.

A convergência e a compatibilização de culturas diversas exige tempo, tempo que não está sendo concedido e, nesta direção, podendo provocar sofrimentos de intensidades diversas, dentre elas a ‘síndrome da desistência’ (CODO et al, 1999), definida como síndrome de *Bournout* e, em termos epistemológicos, o aligeiramento, a superficialidade, o ecletismo, enfim, o “recuo da teoria” (MORAES, 2001). Como nos aponta Carlotto (2002, p.15):

[...] *Burnout* é um fenômeno psicossocial relacionado diretamente à situação laboral; que o homem busca constituir-se como sujeito através de seu trabalho e que o mesmo não se realiza de forma individual, mas sim se materializa num espaço social; e que a atividade produtiva é um elemento constitutivo da saúde mental individual e coletiva, acreditamos ser relevante pensar em ações que possam prevenir ou erradicar o *Burnout* visando o estabelecimento de um contexto mais favorável ao exercício da profissão docente.

Podemos dizer que tal síndrome é o resultado da sobrecarga de trabalho por parte do professor, pressão por produtividade, publicação, prazos curtos, enfim, o ser humano visto como uma máquina que produz conhecimentos. E isto, além de atingir os docentes, repercute na relação e no trabalho com e dos discentes.

Os pesquisadores/professores que estão atuando na PG trabalham em um contexto de exigências nas quais vão sendo aprisionados e pressionados entre a intensificação do trabalho acadêmico e a necessidade de se inserir nesta ‘sociedade de informação ou conhecimento’, relacionando-se com um trabalho cada vez mais intensivo, a partir da disponibilização de TIC que propiciam condições, para além do espaço/tempo de trabalho e à invasão da sua vida privada.

O desafio histórico que se coloca é analisar as TIC no processo de orientação para além do capital, quebrando a alienação, historicizando-a,

trazendo à tona suas contradições. Para compreender o uso das TIC na PG acreditamos que uma análise que adere ao movimento da história, sem deixar de apreender-lhe as contradições (NEVES, 1991) poderia contribuir para que as TIC fossem compreendidas como criações humanas que deveriam ser disponibilizadas a todos e colocadas a serviço da melhoria das condições de produção e da veiculação do conhecimento, bem como do desiderato de poupar esforços e tempo de trabalho a fim de que a perspectiva da omnilateralidade¹⁹ possa ser recolocada como *telos* a ser materializado. Porém, é necessário apontar que os envolvidos com a PG estão permeados pelas demandas e exigências oriundas das políticas implementadas pela CAPES nem sempre contam com um cotidiano que propicie espaços e condições específicos para a incorporação dos artefatos tecnológicos disponíveis, uma vez que na universidade, no mais das vezes não se dispõe do que há de mais avançado em termos de inovações tecnológicas.

Nesse sentido, compreendendo as TIC como criações humanas, analisamos nessa dissertação, por meio de entrevistas com os doutorandos, quais são os limites e as possibilidades do uso das TIC no processo de escrita da tese e no processo de orientação no PPGE da UFSC.

A seguir será realizada uma análise das transformações na PG a partir da década de 1990, com centralidade no processo de doutorado, tentando relacioná-las com a importância das TIC nesse processo.

2.2 TRANSFORMAÇÕES DA/NA PÓS-GRADUAÇÃO EM MEADOS DE 1990

A implementação de uma nova racionalidade, à qual nos referimos, no início desse capítulo, ocorreu na década de 1990 quando o sistema de avaliação da CAPES alterou o enfoque originário da preocupação com a formação de professores para o da formação de pesquisadores (KUENZER & MORAES, 2005), fazendo com que, a

¹⁹ Conforme Sousa Júnior (2009, p.01) “[...] o homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades - as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre”.

partir a avaliação, ficasse mais visível o desempenho dos PPG a partir de índices socializados nos *rankings* nacionais e internacionais.

2.2.1 Brasil: A CAPES e suas racionalizações

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ligada ao Ministério da Educação teve sua criação²⁰ em 11 de julho de 1951 pelo decreto nº 29.741. Neste momento, o Brasil tinha como presidente Getúlio Vargas (1882-1954), em seu segundo mandato (1950-1954), e como “palavra de ordem a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente”. Idealizada por Anísio Teixeira (1900-1971), seu primeiro presidente, a CAPES tinha, em sua origem, o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (CAPES).

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de pessoal qualificado e a CAPES começa a investir de maneira direta na formação de novos docentes. Como expressam Bianchetti e Valle (2011), inicialmente a formação de professores para a atuação no ensino superior, tanto no Brasil quanto fora dele, era o objetivo principal da CAPES. De acordo com Alves (2008, p. 84) “sob a denominação ‘campanha’ [a CAPES], tinha como atribuição principal a capacitação dos docentes do Ensino Superior”. Após essa etapa “a sigla passa a significar ‘Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior’” e, assim, atua na capacitação dos professores para o ensino superior e, também, enfatiza a formação de pesquisadores.

De acordo com Kuenzer & Moraes (2005) no ano de 1976 é que a CAPES inicia a sua ação de acompanhamento e avaliação dos PPGs. Tais ações estão previstas no I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) com validade entre os anos de 1975 e 1979, que apresenta como destaque a capacitação dos docentes envolvidos com a PG e tinha como metas: a) institucionalizar o sistema; b) elevar os padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; c) planejar a sua expansão tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e

²⁰ O breve histórico, aqui apresentado, está diretamente ligado às referências presentes no site da própria CAPES. Sendo que neste site a Fundação possui um *link* denominado “linha do tempo”. Para maiores informações sobre o órgão cf. <<http://capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>> e <<http://capes60anos.capes.gov.br/>> Acesso em 28 de Março de 2014.

regiões (BRASIL, 2005). Além disso, apresenta como destaque a capacitação dos docentes envolvidos com a PG.

No II PNPG (1982-1985) tem-se como objetivo a expansão da capacitação docente somando-se a melhoria da sua qualidade e enfatizando a avaliação, a participação da comunidade científica e o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

O III PNPG (1986-1989) tinha como meta o desenvolvimento da pesquisa pela universidade, a integração da PG ao sistema nacional de ciência e tecnologia e a necessidade de procurar soluções para os problemas tecnológicos, econômicos e sociais que demandavam formação de recursos humanos de alto nível.

O IV PNPG não se efetivou como um documento final, pois foi construído a partir da síntese das discussões do *Seminário Nacional de Discussão da Pós-Graduação Brasileira* ocorrido em 1997 e circulou apenas no âmbito da Diretoria da CAPES e dos membros da Comissão Coordenadora. A versão definitiva do Plano não se efetivou devido às sucessivas crises econômicas ocorridas no final da década de 1990 e pelo afastamento das demais agências de fomento nacional da discussão e elaboração do Plano (MARTINS, 2005).

Para a elaboração do V PNPG (2005-2010), no ano de 2004, a CAPES instituiu uma Comissão responsável que adotou como critério uma consulta a interlocutores qualificados da comunidade científica e acadêmica (HOSTINS, 2006). A partir dessa consulta, o objetivo eleito como o principal foi o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com qualidade e atendendo as demandas da sociedade (ALVES, 2005; HOSTINS, 2006). Além disso, esse PNPG também previa: o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino e a formação de quadros para mercados não acadêmicos (BRASIL, 2005).

O VI PNPG (2011-2020) busca promover a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade adotando uma visão sistêmica²¹ em seus diagnósticos, diretrizes e propostas.

Com este breve resumo dos objetivos de cada PNPG podemos perceber que não há uma regularidade na construção das diretrizes propostas em cada período. Há uma oscilação dos objetivos à medida que as demandas do contexto da PG se modificam e o sistema mais amplo passa por racionalizações.

²¹ Na visão sistêmica, o mundo é apreendido como um todo, não como partes que se relacionam mecanicamente, caracterizado por relações lineares, de certezas e de reversibilidade.

A partir dessa análise dos PNPGs e seus objetivos podemos perceber que ao longo desses 63 anos de existência, a CAPES passou por diversos momentos. Nessa trajetória devemos recordar que em março de 1990, no início do governo Collor de Melo (1990-1992) o órgão é extinto, o que gera intensa mobilização por parte da comunidade científica resultando na sua recriação no mês seguinte do mesmo ano. Em 1992 é instituída como Fundação²² Pública²³, o que concede à instituição uma nova perspectiva de ação. No ano de 1998 importantes mudanças são efetuadas em sua organização. Dentre elas, destacam-se os critérios pelos quais a agência avalia e financia os PPG.

Em 2007 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) homologa a Lei Nº 11.502/2007²⁴ que cria a Nova Capes, que passa também a “induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores da educação básica”, além da coordenação do sistema de pós-graduação do país. Ristoff & Bianchetti (2012, p. 804) assim referem-se à criação da Nova CAPES: “Trata-se de uma mudança fundamental no papel historicamente desenvolvido por esta Instituição. Concretamente, a lei estabelece como missão da [Nova] CAPES induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério”. Na sequência, a ação na educação básica é “consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica”²⁵.

Desde sua criação, na década de 1950, a CAPES tinha como prioridade a formação de professores para a atuação no ensino superior, especialmente nas universidades públicas. A criação da PG completa o conjunto de medidas voltadas à expansão da educação universitária no Brasil, que, nos anos de 1950 ainda era muito incipiente. Destaca-se,

²² Segundo Di Pietro (2004) pode-se definir a Fundação instituída pelo poder público como “patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado e destinado, por lei, ao desempenho de atividade do estado na ordem social, com capacidade de auto administração e mediante controle da administração pública nos limites da lei”.

²³ Para maiores informações conferir Lei Nº 8.405, de 9 de Janeiro de 1992. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8405.htm >. Acesso em 28 de Maio de 2013.

²⁴ Maiores informações, disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Atos2007-2010/2007/Lei/L11502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2007/Lei/L11502.htm)>. Acesso em 28 de Março de 2014.

²⁵ Disponível em < <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em 28 de Março de 2014.

que o órgão se tornou um importante meio de incentivo à pesquisa em nosso país, ao mesmo tempo que apresenta contradições que são questionadas²⁶ por vários intelectuais, como veremos adiante.

Nesse contexto, além da expansão, em meados dos anos de 1990, a PG passa por um processo de mudança pelo qual os Programas de PG são induzidos a priorizar a formação de pesquisadores. Paralelamente, pela vinculação entre a avaliação e o financiamento, os Programas são submetidos a transformações que vão interferir tanto na vida/trabalho dos envolvidos com a PG, quanto na própria produção e veiculação do conhecimento (KUENZER & MORAES, 2005; SGUISSARDI & SILVA JR, 2009).

Todavia, para além desta reorientação paradigmática relacionada à priorização da formação de pesquisadores, outras medidas são tomadas com o intuito de tornar a universidade mais contemporânea ao seu tempo. Um dos desafios, como mencionamos anteriormente, foi a incorporação das TIC - para a inserção à sociedade da informação - em todos os setores produtivos, incluindo o educacional, em função da forte conotação pragmática e utilitária a que passa a ser submetida a universidade.

A inclusão do Brasil, com seu recém-criado sistema de PG *stricto sensu*, entre as nações com significativa produção mundial: 16 mil doutores e 40 mil mestres formados por ano, mais o acompanhamento, a avaliação e o financiamento parcial ou total de mais de 3.700 cursos de mestrado e doutorado e a avaliação de professores da educação básica (cf. www.capes.gov.br), sob a responsabilidade da CAPES, constituem-se motivos para manifestações ufanistas por parte de membros da comunidade científica (BIANCHETTI & MACHADO, 2009). Essas conquistas traduzidas em resultados numéricos, além de produzirem, visivelmente, um efeito compensatório, podem prejudicar análises capazes de revelar quais são as fragilidades dessa dinâmica e o aprofundamento dos objetivos/finalidades da PG diante da sua expansão na última década (GATTI, 2001).

Além disso, esses resultados não contabilizam o custo para a saúde dos envolvidos com a PG, pois quando se analisa as estatísticas apresentadas pelas agências de fomento e avaliação da PG, via discursos de agentes governamentais ou os artigos, entre outros, de Barreto (2006)

²⁶ Questiona-se, principalmente, o meio utilizado pela agência para avaliar e financiar os programas de pós-graduação, pois a competição, o produtivismo e a meritocracia acabam por adentrar no meio universitário.

e Marchelli (2005), visualizamos uma comparação positiva no que se refere a produtividade da PG brasileira com a de outros países.

A título de exemplo quando Marchelli (2005, p.9) se refere à titulação de doutores brasileiros, no país e no exterior, afirma:

Até o ano de 1985, mais de 40% dos doutores brasileiros tinham obtido seu título em instituições estrangeiras. Em anos recentes, verificou-se uma evolução significativa do número de titulações emitidas no próprio País, em decorrência da política de expansão e descentralização da oferta de cursos na década de 90, cujo número cresceu de 503 para 864 (68%), evoluindo a demanda por matrículas de 11.952 para 33.004 alunos (176%). A política que deu prioridade à formação de doutores no País alcançou plenamente seus objetivos, de forma que, na década de 90, apenas um de cada cinco títulos foi obtido no exterior.

Por outro lado, encontramos pesquisas que demonstram uma nova faceta da PG e suas consequências à produção do conhecimento e à saúde do trabalhador. Dentre elas estão a ‘corrida pelo Lattes’ (SILVA, 2005) e os ritos de passagem, a síndrome de *Bournout* e o *stress* (DE MEIS *et al*, 2003) etc.

Conforme Bianchetti e Machado (2009, p. 59), “novas formas de orientação e coordenação do trabalho representam a busca incessante da qualidade das produções: são atitudes adotadas por orientadores, professores e pesquisadores”. Uma vez que o mesmo órgão avalia e financia a PG é construído um ideário de pesquisa caracterizado pelo espaço limitado à liberdade. A partir de mecanismos indutores cabe aos Programas a responsabilidade de executar e prestar contas, fazendo com que os envolvidos com a PG se submetam às regras sobrando-lhes pouca margem de flexibilidade e, com isso, garantam boas avaliações deles e dos Programas nos quais estão inseridos. Simultaneamente, esse ideário gera a intensificação da competitividade fazendo com que aquilo que era para ser um meio transforme-se em um fim; é valor de troca mais do que de uso ou de ‘uso de si pelo outro’ em prejuízo do ‘uso de si para si’ (SCHWARTZ, 2005).

Tendo estas questões como pano de fundo é que se pretende compreender como as TIC são incorporadas pelos doutorandos e que mediação desempenham na relação orientador-orientando. O que se pode adiantar é que as transformações foram profundas e atingiram os pesquisadores e os próprios pós-graduandos em aspectos como: a

redução do tempo para a conclusão das dissertações e teses; a submissão de todas as áreas do conhecimento e de todas as regiões do país a um mesmo padrão/modelo de avaliação, apesar das diferenças entre elas; aumentaram as exigências para a produção e a veiculação do conhecimento, gerando o chamado “produtivismo acadêmico”, entre outras questões. Paralelamente, também são reconhecidos aspectos positivos em termos de democratização e acesso de dados e até de práticas inovadoras de orientação, como é o caso da “orientação virtual” (CHASSOT, 2006), da “orientação como uma aventura compartilhada” (ZILBERMANN, 2006) e de “orientações coletivas” (GARCIA & ALVES, 2006).

No próximo item o enfoque será na categoria tempo. Para tanto, dada a influência do patrimônio cultural da humanidade, na sua gênese assentada na mitologia grega, partiremos dessa estória e depois adentraremos na história para compreender aspectos da organização do tempo na sociedade capitalista e como o capital tem o poder de induzir a produtividade acadêmica, beneficiando-se da economia de tempo.

CAPÍTULO III - SOBRE O TEMPO: TEMPO DE VIDA, DO CAPITAL E DA UNIVERSIDADE

*Sobre quienes se banñan en los mismos ríos
afluyen aguas distintas y otras distintas.*

*Aguas distintas fluyen sobre los que entran en los
mismos ríos. Se esparce...se junta...se reúne y se
separa...se acerca y se va.*

*El tiempo es un niño que juega, buscando
dificultar los movimientos del otro: reinado de un
niño.*

Cambiando se descansa.

Las estaciones llevan todas las cosas.

La natureleza de cada día es única.

(HERÁCLITO apud KIRK, et al. 2014, p. 227.)

Analisar a categoria tempo e sua organização em diferentes sociedades é uma tarefa complexa. A escolha em nos aprofundarmos nessa categoria está relacionada ao fato de acreditarmos que o tempo se encontra entre o início e o fim de uma determinada ação e, exatamente por essa característica, nos causa inquietação e a necessidade em aprofundá-la e buscar elementos para sua compreensão na atual sociabilidade capitalista e nas relações de trabalho e educação.

A seguir apresentamos um excerto de uma música composta e interpretada por Caetano Veloso, que apresenta algumas características da categoria tempo, entre elas: fragmentação, medição, criação e continuidade, atrelada à ideia da mitologia grega que o vê como um de seus deuses:

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo tempo tempo tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo tempo tempo tempo...
Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo tempo tempo tempo
Entro num acordo contigo
Tempo tempo tempo tempo...
Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo tempo tempo tempo

És um dos deuses mais lindos
 Tempo tempo tempo tempo...[...]”²⁷
 (CAETANO VELOSO, 1979)

A noção e organização do tempo, seja ele entendido por meio dos movimentos naturais e/ou materializado por relógios diversos, acompanha o ser humano desde os primórdios de sua evolução, quando o homem começou a filosofar sobre a natureza. A abordagem filosófica envolve desde a natureza real ou não do tempo cronometrado até as implicações filosóficas associadas à sua irreversibilidade.

Conforme Araújo (2013, p. 02-03):

É comum ouvirmos em variados ambientes expressões “não tenho tempo” ou “o tempo corre” ou “passou muito rápido”. São constatações diárias de que algo está acelerando o ritmo da vida, como se o tempo se apresentasse insuficiente para tudo a fazer. Desse lugar-comum sobre o tempo atual olhamos especialmente para trabalhadores, homens e mulheres em idade ativa, de variadas ocupações do setor de serviços, um paradigma do caráter do trabalho nesta sociedade de modernidade exagerada e nos perguntamos: Estão os trabalhadores de hoje capturados pelo tempo que se esvai rapidamente? Por que isso acontece? Como o seu trabalho é tempo vivido? Que trabalho é esse e qual tempo?

Sabemos que estamos vivendo um tempo escasso, fugidio, no qual temos a sensação de que estamos perdendo o controle à medida que preenchemos o nosso tempo de ócio com o tempo de trabalho. E isto tem gerado movimentos, de muita divulgação, mas pouco impacto, como é o caso de todas as iniciativas relacionadas ao “*slow science*” entre tantos outros, como se pode perceber no livro *Elogio de la lentitud. Um movimiento de alcance mundial cuestiona el culto a la velocidad*, de C. Honoré (2008).

O objetivo desse item não é explicar o que é o tempo, mas apenas refletir um pouco sobre sua constituição e apreensão histórica e como acaba transformando-se em uma das questões centrais no processo de organização e funcionamento do sistema capitalista e, para nosso caso específico, no contexto da PG. O que se pretende é historicizar algumas

²⁷ Excerto da música “Oração ao tempo”, composta e interpretada por Caetano Veloso. É interpretada também por Maria Bethânia, Djavan e Maria Gadú.

ideias sobre o tempo, conforme este foi pensado no ocidente e como veio se impondo uma forma pragmática e utilitária de lidar com ele.

Desde o seu nascimento as pessoas estão acostumadas com as concepções de tempo aceitas por aqueles que as rodeiam, por vezes não sendo capazes de pensar que existem outras possibilidades de concebê-lo, uma vez que naturalizaram a forma predominante no espaço e no momento histórico em que vivem. Com isso, não há uma suspeita de que tenham aceitado inconscientemente suas implicações ignorando, assim, que cada cultura tem sua própria representação de sucessão histórica.

Motivos para perguntar-se pela ontologia do tempo existem, porém esta pergunta pode causar uma certa angústia, visto que o tempo é inexorável e é esta angústia que favorece à submissão dos seres humanos à ignorância e à alienação relacionadas ao tempo.

3.1 CONCEPÇÃO MÍTICA SOBRE O TEMPO

Entendemos que cada cultura tem as suas próprias impressões digitais sobre o tempo e conhecer um povo é conhecer os valores do tempo pelos quais rege sua vida e, por isso, consideramos importante relatar e analisar as concepções míticas da noção de tempo na Antiguidade para possibilitar conexões esclarecedoras sobre o(s) tempo(s) que as pessoas vivem na atual conjuntura. Recuperar a percepção do tempo e das divindades da mitologia grega pode contribuir para a reflexão sobre ‘os tempos’ e sua relação com as TIC no processo de doutorado dos discentes do PPGE/UFSC.

Os gregos constataram inicialmente que o tempo passava. Surge, deste modo, *Chronos*. A passagem do tempo era perceptível a qualquer observador que atentasse para os ciclos da natureza, entre eles o dia sucedendo à noite. No entanto, além da passagem sequencial, cronológica, outra dimensão do tempo, relacionada à sua qualidade precisou ser nominada: sua intensidade. Daí a segunda divindade, *Kairós*, próxima, porém distinta. Com *Chronos* e *Kairós* ocupando-se da cronologia e da intensificação temporal, a construção arquetípica daquilo que viria a ser um dos grandes dilemas da humanidade teria sido, para os gregos, completada: a relação com o tempo (BRANDÃO, 1991; NEGRI, 2003).

Baseando-se em trabalho de Deleuze, Zarifian (2002) contrapõe *Chronos* a uma terceira divindade, *Aiôn*, assim diferenciando-os:

Chronos é o presente que existe e que faz do passado e do futuro suas duas dimensões sempre dirigidas, tais que se vai do passado ao futuro, mas à medida que os presentes se sucedem nos mundos ou nos sistemas parciais. *Aiôn* é o passado-futuro em uma subdivisão infinita do momento abstrato, que não cessa de decompor-se nos dois sentidos de uma só vez, esquivando para sempre todo presente (DELEUZE apud ZARIFIAN, 2002, p. 2).

Vemos assim que os gregos utilizavam pelo menos três palavras para designar tempo: *Aiôn*, *Kairós* e *Chronos*. Sinteticamente: *Aiôn* indicava o tempo de longo prazo, na verdade, de longuíssimo prazo, tempo vindouro. *Kairós* indicava um bloco de tempo, uma ocasião adequada ou uma oportunidade e *Chronos* é o tempo medido pelo calendário, cronológico: anos, meses, dias etc. e pelo relógio: segundos, minutos e horas. É finito, metódico, controlado, igual para todos.

Conforme *Aiôn*, unicamente o passado e o futuro insistem ou subsistem no tempo. No lugar de um presente que reabsorve o passado e o futuro, um futuro e um passado que dividem o presente em cada instante, que os subdividem até o infinito em passado e futuro, nos dois sentidos em uma só vez (DELEUZE, 1974). O tempo em *Aiôn* reclama a entrega e rendição, a admissão da finitude humana, no qual a duração das vidas é comparada a um vapor. *Aiôn* exige humildade: agradecer a oportunidade de entrar na existência e encarar a aventura de viver um privilégio. Em *Aiôn*, alcança-se a dimensão do eterno, da finalidade da expansão, da justa medida imprecisa entre a imanência e a transcendência. Este é o ‘não tempo’. E ‘não tempo’ também é tempo. Imensurável. Tempo do para sempre.

Kairós exige atenção e prontidão, pois tal é a oportunidade como um cometa que passa em velocidade atroz. Não há espaço para proteção e displicência. *Kairós* exige sabedoria e recomenda aproveitar a oportunidade (GRAVES, 1967).

Segundo *Chronos* só existe o presente no tempo. Dito de outra maneira, o passado, o presente e o futuro não são dimensões do tempo. O passado e o futuro são duas dimensões relativas do tempo, isso quer dizer que o que é futuro ou passado corresponde a um certo presente (DELEUZE, 1974).

Chronos é o mais cruel. Na mitologia grega, estimulado pela mãe Gaia (a Terra), castrou o pai Urano (o Céu) e se tornou o primeiro rei dos deuses. Teve um reinado próspero, porém viveu amedrontado pela

profecia de que seria vencido por um dos seus filhos e, por esse motivo, devorava os filhos assim que nasciam. Porém, a mãe de Zeus, Réia, salvou o seu filho. Zeus destronou o seu pai, o expulsou do Olimpo e libertou todos os irmãos. Talvez, por esse motivo, *Chronos* seja visto como o tempo devorador, cruel, que corre sem parar nos empurrando para perto e cada vez mais perto da morte. *Chronos* é tempo com medida e exige responsabilidade. O que não é inesgotável reclama cuidado; recursos finitos implicam boa administração. É importante saber contar os dias, praticar o bom uso da medida de *Kairós*: usar bem, não desperdiçar e, especialmente, desfrutar.

Conforme a mitologia grega o dia-a-dia das pessoas é marcado por esses três tempos: enquanto *Chronos* quantifica, *Kairós* qualifica e *Aiôn* 'atemporiza'. Isso significa que se pode viver o tempo burocrático, medido por cronogramas, horas, prazos determinados, com qualidade, valorizando e qualificando o instante, o momento vivido, e ainda profundamente conectados com as múltiplas dimensões que envolvem as pessoas por todos os lados. O desafio está em fazer esses três tempos caminharem juntos. Rotinas, organização, cronogramas a serem cumpridos, horários determinados, reuniões são algumas das atividades que são vivenciadas na sociabilidade capitalista. Porém se faz necessário que as pessoas sintam a vida mesmo nas tensões provocadas por tantos afazeres.

O tempo está em nossa linguagem, em nossa imaginação. É onipresente em nossa cultura. Para o homem, as medidas dia e noite se corresponderam com a sucessão natural dos astros. Ao contrário de nós, as antigas civilizações expressaram suas ideias do tempo no desenho de calendários baseados na natureza. Nós recorremos à técnica para expressar o tempo em fragmentos menores: horas, minutos, segundos, décimo de segundos, nanosegundos. Acontece que a partir da fragmentação desenfreada do tempo *Chronos*, esse tempo medido, nossa sociedade se constitui a partir de um paradigma que se desenvolve por meio do progresso científico e o desenvolvimento técnico e não mais com ênfase na observação da natureza.

3.2 O TEMPO MEDIDO E OS RELÓGIOS

O que quer dizer ler o tempo no relógio? O que quer dizer olhar a hora? Ao usar o relógio, ao ler o tempo nele, vemos certamente o relógio, mas não este objeto de nossa consideração. Não nos ocupamos do relógio como tal. Quando o usamos sem dúvida que percebemos o relógio, mas única e exclusivamente para que nos leve para algo que ele

não é: o tempo. A compreensão vulgar do tempo mostra-se de forma expressa primeiro no uso do relógio, na medida do tempo. Mas medimos o tempo porque temos necessidade de tempo e o modo em que necessitamos de tempo, o regulamos e asseguramos expressamente mediante uma medida precisa do tempo. Quando olhamos o relógio, damos previamente o tempo ao relógio posto que o tempo mesmo não está no relógio.

A questão do tempo medido encontra sua materialização no relógio que é o instrumento de medida do tempo no contexto do paradigma eurocêntrico. O tempo, por meio dessa relação métrica, é algo que se tornou natural e tão subentendido no cotidiano das grandes cidades, que apenas em dados contextos e situações ousa-se duvidar desse modelo. Podemos questionar a precisão objetiva do tempo medido pelo relógio e se este tempo pode ser mais exato. Por outro lado, a exatidão da medida do tempo é apenas o resultado derivado do agir que se impõe ao convívio da sociedade moderna. A métrica derivada do cálculo e do número, devido a sua previsibilidade e exatidão, colocou-se. O modelo europeu que se impôs ao mundo deduz-se da facilidade de se garantir a eficiência no agir cotidiano das interações humanas.

O uso do relógio, como instrumento de medição, impõe uma relação entre sujeitos e, por isso, pressupõe seu entendimento como objeto. Esse símbolo de medição, o relógio, é resultado de um pensamento que se efetivou há muito tempo, ainda antes da imposição dos modelos ocidentais europeus sobre o mundo. Outras civilizações ou culturas organizavam o tempo por meio de seu movimento e utilizavam outros modelos de medição não necessariamente voltados para uma exatidão. Tais formas de entendimento do tempo não decorrem da precisão ou da necessidade de fragmentação exata do tempo.

O tempo moderno é entendido em um ritmo progressivo, por isso a necessidade de fixar o instante mediante sua fragmentação numérica e sequencial. A percepção de tempo anterior à preocupação de metrificarlo não se vincula ao agora fixado. Na Grécia, como citamos anteriormente, o tempo não fixado é exemplificado na *Ilíada*²⁸. Ali há precisão temporal, mas não exatidão. Para Homero - poeta da Grécia Antiga, ao qual se atribui a autoria dos poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia* - os dias de batalha não demandam exatidão, pois há dias mais longos ou

²⁸ A *Ilíada* é um poema épico grego que narra os acontecimentos ocorridos no período de pouco mais de 50 dias durante o décimo e último ano da Guerra de Troia e cuja gênese radica na ira de Aquiles, herói da Grécia. O título da obra deriva de um outro nome grego para Troia, *Ílion*.

mais curtos, mas não é possível dizer que não haja precisão na compreensão do tempo e, por isso, os gregos indicavam o tempo por nomes como *Chronos*, *Kairós* e *Aiôn*. Os gregos, inicialmente, tinham a organização do tempo semelhante à de outras civilizações, nas quais o relógio, instrumento de medida sucessiva, não era um critério absoluto de organização do tempo.

Uma situação retrata as diferentes formas de organização do tempo no mesmo momento histórico:

Que caráter tem este andar do relógio? Com esta questão ficamos, por enquanto, no âmbito do nosso uso atual do relógio (relógio de pulso, de bolso). Um ponteiro se move e passa por certos números. Suponhamos que chegássemos com um relógio a um membro de uma tribo indígena numa floresta, que nunca viu um relógio, e lhe mostrássemos esta coisa. Pelo movimento, ele pensaria que esta coisa está viva. Para ele, a coisa não é um relógio, uma medida de tempo. Isto não significa, naturalmente, que a relação com o tempo lhe seja estranha. Provavelmente, ele vive uma relação mais originária com o tempo do que nós, europeus modernos, que lhe mostramos nossos estranhos produtos. Entretanto, para ele, não há questão do relógio. (HEIDEGGER, 2001, p. 66-67).

Sabemos que o tempo do relógio não coincide com o tempo subjetivo/percebido de cada indivíduo. Mas será que podemos compará-los e dizer qual a ordem de importância? Se perguntarmos para pessoas que vivem no mesmo momento histórico, porém em locais nos quais a organização do tempo é diferenciada as respostas serão diferentes, visto que cada um o vivencia de um modo diferenciado.

Em outro contexto, Santo Agostinho (354-430) contrastava dois tempos - passado e futuro - como segue:

Eis que o tempo presente, o único que considerávamos susceptível de ser chamado longo, é contraído ao espaço de apenas um único dia. Mas examinemos também o mesmo, porque nem sequer um dia está todo presente. Este se completa em vinte e quatro horas noturnas e diurnas, a primeira das quais tem as outras como futuras e a última tem as outras como passadas, ao passo que qualquer das intermédias tem como

passadas as que estão antes dela, e como futuras as que estão depois dela. E até essa mesma única hora decorre em parcelas fugazes: tudo o que dela fugiu é passado; tudo o que dela resta é futuro. (AGOSTINHO, 2008, p. 113).

O que Agostinho observa é a desconexão entre o tempo medido e o tempo do movimento natural, este não fechado ou fragmentado em parcelas ou períodos. O autor separa o ‘tempo externo’ ou do movimento natural dos astros do ‘tempo interno’ ou medido pelo espírito. De alguma maneira o habitante de uma região que se situa no interior ou em locais rurais da América Latina, que transita entre as consequências do tempo ditado pelo capital e as vivências observadas em seu dia-a-dia, verifica isso com facilidade. Essa é a visão de tempo daquelas pessoas que vivem uma relação com o passado de observação da natureza, porém experenciam uma organização do tempo medido pelo relógio no trabalho cotidiano do presente.

Sobre o tempo que confrota o tempo medido Neruda (1959) em sua *Ode ao Tempo* afirma:

A tua idade dentro de ti
crescendo,
a minha idade dentro de mim
andando.
O tempo é resoluto,
não faz soar o sino,
cresce e caminha
por dentro de nós,
aparece
como um lago profundo
no olhar...

Esse tempo que Neruda se refere não é o tempo *Chronos*, o tempo do relógio ou do calendário. O poeta percebe um tempo que caminha, que não para no presente. Podemos dizer que o tempo que percebemos é um só, mesmo que cada ser o sinta de forma diferente. Por exemplo, em um dia podemos considerar que o tempo parece correr mais rápido do que o do relógio e, com isso, acreditar que o dia foi ‘produtivo’, utilizando os termos da sociedade capitalista. E essa produtividade não está relacionada à compreensão do tempo do relógio.

Quantas vezes quando estamos envolvidos com uma atividade nos surpreendemos quando visualizamos quanto tempo o ponteiro do relógio avançou? Por outro lado, quando não estamos envolvidos com

determinada atividade a tendência é que fiquemos mirando o relógio muitas vezes e o tempo medido parece não avançar. Com isso, podemos afirmar que o tempo está em cada um e concomitantemente é vivenciado por todos.

3.3 AS INFLUÊNCIAS DO ‘TEMPO *CHRONOS*’ NA UNIVERSIDADE

A análise anterior permite constatar que a noção de tempo continua sendo uma variável importante e a sua vivência nos diferentes momentos das narrativas míticas e da história, um desafio. É, no interior das narrativas míticas que os gregos, em termos abstratos, criam o que na materialidade do modo de produção vigente veio a se constituir como o mistério da constituição e da expansão do capitalismo: como apropriar-se do tempo de trabalho dos trabalhadores e que estratégias utilizar para intensificá-lo, visando garantir a “realização do lucro”? (OLIVEIRA, 2006).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a categoria tempo serve de suporte para as análises de Marx, pois se efetiva enquanto ponto de partida para a compreensão do capital. Parafraseando Marx (2010) a compreensão da mercadoria tem seu valor determinado pela quantidade de trabalho abstrato despendido durante a sua produção, medida pelo seu tempo de duração. E enquanto valores, todas as mercadorias são quantificações determinadas de tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um valor de uso em determinadas condições de produção. O desenvolvimento das forças produtivas, por sua vez, pode levar a uma diminuição do tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria.

Em seu livro *O Capital*, Marx parte da análise da mercadoria, pois ela é o que forma a riqueza das sociedades em que predomina o modo de produção capitalista. O fetichismo da mercadoria é uma relação social entre pessoas mediatizada por coisas e o resultado é a aparência de uma relação direta entre as coisas e não entre as pessoas, pois ela é um objeto externo que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas.

O trabalho humano está na base da produção de mercadorias. A mercadoria tem seu valor determinado pela quantidade de trabalho abstrato despendido durante a sua produção. Já a quantidade de trabalho é quantificada pelo seu tempo de duração que também possui suas unidades de medidas calculadas por meio de dias, horas e mês (MARX, 2010).

Se nos *Grundrisse* visualizamos a ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas pelo modo de produção capitalista chegaria a tal estágio que a contribuição do trabalho vivo seria insignificante, se comparado com a dos meios de produção (MARX, 1989), podemos dizer que esse desenvolvimento pode levar a uma diminuição da intensificação do trabalho. Porém, na forma capital as transformações tecnológicas que temos vivenciado apontam para uma era de precarização estrutural do trabalho (ANTUNES & BRAGA, 2011) cujas contradições e ambiguidades deixam os trabalhadores em geral com cada vez menos tempo livre. Tomando como pressuposto a categoria de totalidade, percebemos que essa mesma lógica se estende também à produção acadêmica na PG, regulada por uma lógica neoliberal imposta pelas políticas de avaliação da PG.

Visualizamos assim que o alto nível de desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas que presenciamos na contemporaneidade não possibilitou mais tempo livre aos homens e, concomitantemente, trouxe um redimensionamento do espaço-tempo de produção da vida social. O aumento gradativo da ‘disjunção’ entre o espaço e o tempo, aprofundada radicalmente no século XIX, fez com que o distanciamento espacial fosse aumentando, enquanto a demora temporal fosse sendo eliminada (THOMPSON, 2002). Os meios técnicos introduzidos no cotidiano reorganizaram as apropriações do espaço e do tempo da vida social, porém a partir da segunda metade do século XIX é que as alterações foram mais significativas. Por exemplo, se antes do advento das TIC “o mesmo tempo” tinha como pressuposto “o mesmo lugar”, com a disjunção do espaço-tempo a experiência da simultaneidade, por sua desunião espacial, garantiu um outro significado. Desta maneira, com o suporte das TIC, independentemente do lugar físico em que se esteja, a ideia de conectividade e mobilidade faz com que as pessoas pareçam estar sempre disponíveis e conectadas.

O redimensionamento do tempo não pode ser apreendido como algo natural e determinista, mas como uma produção histórico-social. Podemos pensar, com Harvey (2012), que no modo de produção capitalista a inserção das tecnologias nos processos de trabalho não ocorre de modo desinteressado. Nessa perspectiva, Marx (1818-1883) nos oferece contribuições para compreender o movimento de globalização atual, só possível com suporte das TIC: quanto mais desenvolvido o capital, mais extenso é o mercado em que ele circula. E quanto maior o mercado que constitui a trajetória espacial de sua circulação, mais o capital tende a, ao mesmo tempo, expandir ainda mais o mercado e levar a uma anulação maior do espaço através do tempo.

Podemos afirmar que de um lado, entusiastas da cultura digital (LEMOS & LÉVY, 2010) analisam as TIC como elementos para superação da degradação do trabalho (CASTELLS, 2000). Por outro lado, alguns tecem críticas a respeito da diminuição de determinados empregos e a desqualificação dos trabalhadores em decorrência das transformações dos processos de trabalho com a inserção dessas tecnologias (ANTUNES & BRAGA, 2011), sobretudo pelo prolongamento de tempos e espaços de trabalho (BIANCHETTI, 2008).

A aplicação de uma lógica do mundo da economia ao da academia a partir de uma nova racionalidade na PG, introduzida pela política de avaliação e financiamento da CAPES nas últimas décadas, centrada na produtividade, demanda a necessidade de compreender as bases ou estratégias utilizadas para potencializar o trabalho dos envolvidos com a PG visando alcançar melhores classificações nas avaliações, a partir do prolongamento da jornada de trabalho (mais valia absoluta) e da sua intensificação (mais valia relativa).

Na perspectiva marxiana, esse processo é assim analisado:

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

A produção da mais valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital (MARX, 1996, p. 585).

Neste processo, as TIC são poderosos mediadores no sentido de ampliar e intensificar a jornada de trabalho, particularmente no caso dos pesquisadores, que realizam seu trabalho sem as limitações de um lugar e de um tempo pré-determinados. De ferramentas auxiliares, facilitadoras, as TIC, paradoxalmente, se transformam em meios de ampliação da produtividade e de expropriadores do tempo de descanso, lazer e fruição, tão necessário ao equilíbrio físico e emocional quanto o tempo de trabalho.

Ainda segundo Marx (1989, p.13 e 31):

El capital, por su naturaleza, tiende a superar toda barrera espacial [...] el capital por un lado debe tender a arrasar toda barrera espacial opuesta al tráfico, *id est* al intercambio, y a conquistar toda la Tierra como su mercado, por el otro lado tiende a anular el espacio por medio del tiempo que insume el movimiento de un lugar a outro, esto es, a reducir a um mínimo el tiempo que insume el movimiento de un lugar a otro. Cuanto más desarrollado el capital, cuanto más extenso es por tanto el mercado en el que circula, mercado que constituye la trayectoria espacial de su circulación, tanto más tiende al mismo tiempo a extender más el mercado y a una mayor anulación del espacio a través del tiempo (MARX, 1989, p. 13 e 31)

É neste contexto da produtividade que se insere a discussão sobre ‘Capitalismo Acadêmico’ (SLAUGHTER & RHOADES, 2004; PARASKEVA, 2009). As indicações da pesquisa direcionam o foco de análise às formas que o modo de produção capitalista assume e suas manifestações no trabalho acadêmico, sobretudo na comunidade científica, quando as metas da PG brasileira passam da formação de professores para o ensino superior (até meados da década de 1990) à formação de pesquisadores (KUENZER & MORAES, 2005), como citamos anteriormente. Nesse processo, a dimensão temporal atinge os pesquisadores na forma de encurtamento dos prazos para conclusão de dissertações, em 24 meses, e teses, em 48 meses, entre outros aspectos.

Uma das significativas racionalizações capitalistas que tornou possível a nova base tecnológica - a supremacia da digitalização - foi o “casamento entre a informática e as telecomunicações” (NORA & MINC, 1981), tanto no processo de produção e comercialização de produtos e serviços, quanto na produção e veiculação do conhecimento.

Para compreendermos a diferença entre a tecnologia analógica e a digital utilizamo-nos de um excerto de um texto de Mattos & Bianchetti (2008, p.64):

Enquanto a tecnologia analógica é uma tecnologia de base física – as transmissões, por exemplo, se dão (davam!) por impulsos elétricos, utilizando-se fios –, que pode ser observada, e cuja mediação se dá por meio dos sentidos [visão, tato, olfato, audição...], a tecnologia digital, embora dependa de meios físicos (fibra ótica ou ondas via rádio) para transmissão, se caracteriza pela imaterialidade, pela transformação de todos os dados e conteúdos em dígitos [0, 1].

A partir da tecnologia digital e sua codificação, as linguagens do cinema, da televisão, do rádio, da música, da informática, entre outras, são submetidas a um mesmo formato e interconectadas, fazendo com que desconheçam fronteiras espaço-temporais. Conforme Fantin & Giralddello (2009) é necessário considerar que as tecnologias em si mesmas não têm o poder de solucionar os problemas, visto que desta forma a transmissão das informações no espaço midiático passa a caracterizar-se como persuasão ou fascinação, e desse fascínio com as maravilhas midiáticas pode decorrer essa prática ideológica.

A *internet* propicia condições para a comunicação entre pares, para o trabalho em equipe e em rede, independentemente do espaço e do tempo onde/quando as pessoas estejam a pesquisar, a estudar, a produzir e fornecer serviços. Essa potencialização no acesso e na rapidez da transferência das informações passa a significar também a invasão do espaço pessoal e privado. Os limites entre o espaço de trabalho e fruição desvanecem-se: o pesquisador se vê desamparado diante da voracidade e velocidade das demandas por produtividade. As TIC possibilitam a dispensa dos deslocamentos, a realização de entrevistas virtuais, a orientação pela rede etc. No entanto, o ganho de tempo e economia de energia não foram compensados com mais tempo para o lazer.

Há claramente uma apropriação do tempo excedente quando seria possível pensar na superação daquilo que Marx (1989) chamava de “base miserável de produção”. Do ponto de vista técnico, as conquistas colocariam as pessoas no melhor dos mundos imaginado, desejado. Porém Santos (1996) chama a atenção para uma contradição: as pessoas nunca tiveram tantas possibilidades técnicas se chocando com impossibilidades políticas.

3.3.1 A temporalidade do doutorado em questão

Para Araújo (2007, p. 177):

O doutorado é uma fase muito exigente. Envolve-se trabalho criativo e original e implica horas de entrega à pesquisa e criação científicas. Não obedece, por isso, à estandarização. Por mais que as tarefas estejam planejadas com antecedência, é impossível prever a sua duração. [...] Tudo isso acontece não só porque se trata de um trabalho com grau elevado de certeza, mas também devido à acumulação de papéis dos próprios doutorandos dadas as exigências profissionais, pessoais e familiares.

A acumulação de exigências dessa fase faz com que os doutorandos utilizem algumas estratégias para que o processo possa ser concluído com êxito, principalmente quando o tempo lhes parece escasso. Porém, tanto os pós-graduandos, conforme a literatura e os depoimentos, quanto os professores/pesquisadores, afirmam que constroem estratégias “de sobrevivência”, utilizando-as para cumprir prazos e adequar-se a exigências. Sobre as estratégias e o tempo, Araújo afirma:

Quando se realiza um doutoramento, é certo que existem períodos mais intensos e outros menos, sobretudo na delimitação do tema, recolha de dados e análise e escrita dos resultados. É preciso, no entanto, saber gerir bem esses tempos menos intensos para que estejamos preparados para as alturas mais exigentes. (ARAÚJO, 2007, p. 184).

Além de conseguir adequar o tempo às exigências dessa fase, é preciso também adequá-lo aos outros tempos, pois é necessário separar o de dedicação à tese e orientação, desses outros tempos, sejam eles relacionados ao trabalho profissional ou à vida pessoal. Ainda sobre o tempo, particularmente sobre o processo civilizador, Elias afirma que

[...] o tempo exerce de fora para dentro, sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários, uma coerção que presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos. Ela exerce uma pressão relativamente discreta, comedida,

uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar. (ELIAS, 1998, p. 22).

Efetivamente, o tempo não está somente fora do corpo. Está em sua representação em fórmulas, seu caráter absoluto ou relativo, o certo é que o tempo se arranjou para estar dentro de nós e o denominamos de relógio biológico, pois parece haver um relógio encarregado por esse tempo subjetivo.

Mas se parece impossível escapar da pressão temporal que é exercida em relação ao trabalho e sobre a vida das pessoas, na medida em que estas acabam se ‘habitando’ ou ‘naturalizando’ algo que é histórico e socialmente construído, seria tempo de buscar estratégias de retomar o controle perdido sobre o tempo ou de lidar com ele de outra forma que não seja esta que é (im)posta. Para Thompson (1991, p. 82) isto traz implicações uma vez que

se a noção do tempo útil se tornar menos compulsiva, os homens terão de voltar a aprender algo da arte de viver que perderam na Revolução Industrial: o modo de preencher os interstícios dos seus dias com relações pessoais e sociais mais ricas, mais repousantes; o modo de quebrar uma vez mais as barreiras entre o trabalho e a vida pessoal.

Percebemos uma nova maneira de relação com o tempo, na busca de fazer frente a pressões a que os envolvidos com a PG estão submetidos no processo do seu trabalho. E é preocupante observar que, além dos investigadores, dos orientadores, os próprios neo-doutores ou doutorandos, de uma forma que se pode denominar de compulsória, estão ‘aderindo’ ou estão sendo levados a imprimir celeridade nos seus processos de constituição como doutores, premidos pela pressão de concluírem seus cursos. Sguissardi & Silva Júnior (2009, p. 55) alertam:

Observem-se os jovens que se doutoram depois da vigência do atual Modelo Capes de Avaliação, implantado a partir de 1997. Hoje parecem muito mais adaptados ao produtivismo acadêmico, à competitividade, além de estarem sendo induzidos pela suposta elite de “intelectuais gestores”. Parecem continuar sua formação de pós-graduandos, isto é, o “aluno de pós-graduação, ele também é um agoniado”.

Enfim, os envolvidos com a PG estão frente a um processo que deixa muito a desejar em termos de trabalho e de vida digna, em função de um produtivismo frente ao qual não há margem de barganha ou manobra. Parece que a máxima é ‘assumir ou assumir’ essas estratégias produtivistas que estão se tornando hegemônicas (BIANCHETTI & TURNES, 2013). E como um reforço para o predomínio desta forma de envolver-se com a PG, há uma plethora de *hards* e *softwares*, como ferramentas tecnológicas disponíveis, que contribuem para aumentar a capacidade física e mental, mas que, de outra parte, trazem consequências. Por exemplo, ao referir-se às TIC Powers (2012, p. 16) alerta: “Quanto mais elas se multiplicam, mais nos sobrecarregam. Pouco a pouco nossa jornada de trabalho parece cada vez mais insuficiente. Quando as pessoas carregam um aparelho portátil, o mundo digital (e as pessoas) vai junto”. Contudo, afirma serem as próprias pessoas que fazem opções e, quando há uma conexão, mudam a vida cotidiana, tornando-a mais tumultuada.

Portanto, mesmo com os aspectos facilitadores que as TIC podem proporcionar, convergimos com Powers (2012, p. 17): “[...] estamos perdendo algo de grande valor, uma maneira de pensar e de se mover pelo tempo que pode ser resumida em uma única palavra: profundidade. Profundidade de ideias e de sentimentos, profundidade nas relações, no trabalho e em tudo que fazemos”. E esta perda torna-se mais dramática quando se tem presente que o seu motor é a intensificação do processo de trabalho, com consequências para a qualidade deste e para a vida como um todo.

Podemos afirmar que nos dias de hoje, as alterações no campo das ciências ocorrem em uma velocidade sem precedentes, criando sempre novas possibilidades de acesso às informações e de reorganização e reestruturação permanente em todas as áreas do conhecimento, a partir do acesso e do uso das TIC. Com isto, criam uma nova alternativa de classificação, categorização e nomeação dos acontecimentos possibilitando, assim, a compreensão e manipulação destes a partir de ideias, valores e teorias preexistentes e internalizadas por cada um de nós e amplamente legitimadas pela sociedade. Kenski afirma:

Um novo tempo, um novo espaço e outras maneiras de pensar e fazer educação são exigidos na sociedade da informação. O amplo acesso e o amplo uso das novas tecnologias condicionam a reorganização dos currículos, dos modos de

gestão e das metodologias utilizadas na prática educacional (KENSKI, 2003, p. 92).

As mudanças sociais e tecnológicas da sociedade capitalista fizeram com que as universidades se expandissem consideravelmente. Em meio a todos estes movimentos e reconfigurações, fica a certeza de que a educação ainda hoje é:

[...] a soma de todos os processos de transmissão do conhecimento, do culturalmente adquirido e de aprendizagem de novas idéias, procedimentos e soluções desenvolvidos por pessoas, grupos, instituições, organizada ou espontaneamente, formal ou informalmente. Estamos numa fase de transição: nem estamos no modelo industrial (embora mantenhamos muitas de suas estruturas organizacionais e mentais) nem chegamos ao modelo da sociedade do conhecimento, embora parcialmente incorporem alguns dos seus valores e expectativas (MORAN, 2007, p. 15).

Concordamos com o autor no sentido de que ainda não chegamos à sociedade do conhecimento por considerarmos a diferença entre informação e conhecimento. Ocorre que o acesso à informação pode estar facilitado, mas para que a informação se torne conhecimento é preciso um aprofundamento daquilo que se acessa, processo para o qual as TIC podem ser um dos meios privilegiados de mediação. Nunca é demais reforçar que informação relaciona-se a estoque, dados, enquanto o conhecimento remete a processo, para o qual os dados são condição necessária, mas não suficiente.

Na década de 1990 em seu livro *As tecnologias da inteligência*, Pierre Lévy mostrou como a humanidade, ao longo da história, lançou mão de diferentes estratégias para acessar, selecionar, construir, reconstruir e divulgar o conhecimento.

Essa realidade vem instaurando-se gradativamente, a partir das modernas técnicas de armazenamento, transmissão e tratamento de informações digitalizadas e também mediante a sobreposição de informações em diferentes níveis. Miranda (2000, p.79) afirma:

A convergência tecnológica vem eliminando os limites entre os meios, tornando-os solidários em termos operacionais, e erodindo as tradicionais relações que mantinham entre si e com seus usuários. Na verdade, com a tecnologia digital, torna-se possível o uso de uma linguagem

comum: um filme, uma chamada telefônica, uma carta, um artigo de revista, qualquer deles pode ser transformado em dígitos e distribuído por fios telefônicos, microondas, satélites ou ainda por via de um meio físico de gravação, como uma fita magnética ou um disco. Além disso, com a digitalização, o conteúdo torna-se totalmente plástico, isto é, qualquer mensagem, som, ou imagem pode ser editada, mudando de qualquer coisa para qualquer coisa.

À medida que a sociedade da informação vem disseminando-se em escala global essa realidade vai impondo-se. As pessoas sofrem influências desse contexto informacional por meio da televisão, do telefone e da *internet*. E essas influências massificam as interações entre os sujeitos e suas representações sociais. Castells (2000) denomina esta nova realidade de sociedade informacional, global e em redes dizendo que ela

[...] é informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar, de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (CASTELLS, 2000, p. 119).

Esta citação - embora de um autor com o qual temos divergências - demonstra que no contexto atual, a informação que circula em rede pelo mundo irá predominar, quebrando, com isto, muitos paradigmas, barreiras ou convenções sociais. E, se a informação circula pelo mundo via rede ela será acessada por pessoas que têm acesso ou vontade de acessá-la. Como é possível observar, este mundo tecnológico que envolve os cidadãos do século XXI faz com que eles não só acessem e manuseiem os novos recursos tecnológicos, como também criem novas

habilidades. Além disso, possibilita que eles fiquem no controle dos recursos ou, ainda, que descubram sozinhos seus caminhos e suas soluções em cada caso. Com isso, os usuários sentem-se instigados pelas situações e programas a desafiar seus próprios limites.

Deste modo, se queremos que as TIC sejam mediadoras nos processos de trabalho, seja do professor ou do acadêmico, muitas coisas precisam ser levadas em conta. Entre as principais está a de considerá-las construções humanas, históricas, sociais e, como decorrência disto, que todos deveriam poder acessá-las equanimente. A a partir desse pressuposto há aspectos que precisam ser gerenciados pelos responsáveis pelas políticas públicas dos diferentes sistemas de ensino, pelas universidades, pelos professores, pelos próprios acadêmicos e também pela sociedade organizada.

A prioridade deve ser no sentido de buscar caminhos que auxiliem nos processos de tornar as TIC um instrumento que mediem os processos de trabalho, para todos e em todas as frentes e não sejam, panoticamente, transformadas em mais uma forma de controle. Ou ainda que sejam transformadas em uma ameaça para quem necessita utilizá-las, mas tem dificuldades em função de ter convivido com uma cultura ou ter sido educado em um contexto de predomínio da tecnologia analógica. Acesso e uso qualificado, potencialmente, transformam as TIC em poderosos mediadores no processo, em geral, da produção mais digna da existência humana e, na particularidade da nossa pesquisa, na trajetória acadêmica dos doutorandos, em construir-se doutores com uma sólida formação.

CAPÍTULO IV - AS TECNOLOGIAS COMO EXTENSÃO DO SER HUMANO

Torna-se imperativo refletir sobre o modo pelo qual a educação incorpora as tecnologias, especialmente no que diz respeito à formação de professores e à introdução das tecnologias midiáticas na escola. A transposição das TIC para as práticas educacionais deve ser feita por meio de uma análise minuciosa das suas vantagens e limites, permitindo assim a crítica de uma possível incorporação instrumental e reificada dessas tecnologias (ZUIN, 2010, p. 975).

Há alguns anos vivenciamos um contexto social marcado por espaços e tempo redimensionados, com novas possibilidades de flexibilidade e com a ampliação do acesso às TIC e à informação. Em uma sociedade permeada pelas tecnologias um dos desafios do século XXI é pensar e fazer educação de qualidade de modo contextualizado ou como nos alerta Zuin (2010), na direção da necessidade de fazermos uma análise minuciosa de quais são as potencialidades e limites das tecnologias.

As TIC ou a utilização desses meios têm exercido influências na vida cotidiana dos indivíduos nas suas diferentes esferas. Ainda que desde os primórdios o ser humano já demonstrasse interesse pela técnica e a intenção de ampliar seus sentidos e membros a partir de objetos e instrumentos, com o advento das mídias eletrônicas instaura-se uma comunicação mais participativa e envolvente, que explora os recursos de multissensorialidade das mídias, atraindo usuários em função das possibilidades que o acesso e uso das TIC representam.

A cibercultura - termo popularizado por Pierre Lévy - tem se destacado por ressaltar esta característica de os seres humanos estarem cada vez mais relacionados aos suportes e aparatos tecnológicos. Na verdade, a relação homem-máquina não é uma peculiaridade do ciberespaço. É própria da natureza humana esta busca de complementos ou de ampliações dos seus sentidos e membros. O fascínio pela técnica estimulou os seres humanos a criar extensões de si próprios, de modo que hoje é comum perceber um sujeito entrelaçado aos dispositivos tecnológicos. A expressão evidenciada por McLuhan (1964) “os meios como extensões do homem” não só demonstra a intensidade da relação entre indivíduos e artefatos tecnológicos, mas,

sobretudo provoca uma reflexão sobre a configuração dessa sociedade, quando os dispositivos passam a ser cada vez mais integrados às pessoas.

O termo cibercultura tem vários sentidos, mas o apreendemos como a forma sociocultural que advém de uma relação de trocas entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônicas surgidas na década de 1970, graças à convergência das telecomunicações com a informática. Trata-se de uma nova relação entre tecnologias e a sociabilidade, configurando a cultura contemporânea (LEMOS, 2002).

Lévy afirma que o ciberespaço permite a combinação de vários dispositivos e interfaces interativos, que favorecem a co-construção, tais como: o correio eletrônico, as conferências eletrônicas, o hiperdocumento compartilhado, os sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo. Lévy (1999, p.92) define ciberespaço como:

[...] o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações. Consiste de uma realidade multidirecional, artificial ou virtual incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração de acesso.

Nesse contexto, as mudanças na PG foram profundas e atingiram os pesquisadores e os próprios estudantes, entre outros aspectos, no que diz respeito à produção e veiculação do conhecimento e ao redimensionamento do espaço e do tempo como vimos anteriormente. Muitos sujeitos envolvidos na PG, sejam professores ou acadêmicos, fazem parte do contingente que resiste à incorporação e ao uso das TIC, embora haja uma convergência no sentido de que, seja qual for a inserção profissional, não há mais como deixar de fazer parte da sociedade da informação. Não há como deixar de reconhecer as facilidades propiciadas pela rede e seus instrumentais. Porém não há também como deixar de ter presente que o uso das TIC tem sido mais um dos fatores intensificadores do processo de trabalho.

A introdução das TIC - compreendidas como criações, como qualificações humanas objetivadas em *softwares* e *hardwares* e que deveriam ser incorporadas para a otimização do tempo e para

potencializar as capacidades humanas - na esfera do mundo do trabalho tem acarretado mudanças significativas nos cenários e estruturas sociais contemporâneos.

O que defendemos aqui não é utilizarmos as tecnologias a qualquer custo, mas como afirma Lévy (1999, p.172) “acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais [...] e os papéis do professor e do aluno”. Em qualquer tecnologia há, em potencial, diversos usos. O desafio que nos é colocado é compreender a maior quantidade possível de opções e que todos, equanimemente, tenham acesso a essas opções tecnológicas no sentido de potencializar o processo de trabalho, sem que isto signifique intensificação e ampliação da jornada de trabalho, aspectos que atentam contra a qualidade do trabalho e as condições de vida dos usuários desses aparatos.

4.1 A CAPES, O TEMPO, AS TIC E O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO

Um mal-estar assombra a Academia: o mal-estar provocado pelo fetiche do conhecimento-mercadoria e o seu canto da sereia – o produtivismo. [...] a Academia parece estar desagradada e, em alguma medida, degradada pela direção e pelo ritmo do desenvolvimento das transformações em curso no chamado sistema brasileiro de ciência e tecnologia (TREIN & RODRIGUES, 2011, p. 769)

Conforme apontado anteriormente, a partir da criação do CAPES, pretendia-se -, de acordo com palavras de Anísio Teixeira, a “reconstrução da Universidade brasileira” (MENDONÇA, 2003). Para isto, em período mais recente, entre outros, dois desafios se impuseram: 1) a inserção na sociedade do conhecimento e/ou da informação e 2) a incorporação das chamadas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC).

O enfoque desse item situar-se-á na incorporação das TIC como um instrumento de ‘economia’ de tempo na PG. Objetivamos particularmente entender como ocorre o processo de adesão dos doutorandos às tecnologias, como são incorporadas essas novas mediações e quais os usos que são postos em prática para desenvolver o trabalho de pesquisa.

As investigações realizadas sobre esta temática direcionada a orientadores/pesquisadores (BIANCHETTI & SGUISSARDI, 2009) têm evidenciado dois aspectos: os usos das TIC são fatores que justificam a redução do tempo para a conclusão do mestrado e do doutorado; e apontam que os usos são mais intensivos entre os orientandos do que seus orientadores. Um dos argumentos da CAPES para definir as suas políticas de avaliação e financiamento é considerar que o uso das TIC auxilia na operacionalização do trabalho docente na PG e, por isso, encontra-se justificativas que envolvem uma aposta na diminuição dos prazos para conclusão das dissertações e das teses.

Tendo presente essas análises questionamos: qual a importância das TIC e sua relação com o tempo no processo do doutorado no PPGE/UFSC? Como os doutorandos relacionam o uso das TIC e a qualidade da pesquisa? Na fase da escrita da tese as TIC são um instrumento que otimiza o tempo para a conclusão da pesquisa? São realizadas orientações virtuais no processo de doutorado, ou apenas orientações presenciais ou ambas são utilizadas? Enfim, como se pode perceber no roteiro de entrevistas (Anexo A), estas são apenas algumas das questões para as quais pretendemos obter respostas.

Sobre a orientação virtual - que pode ser realizada por meio de *emails*, troca de textos pela rede, orientações por *skype* - e a orientação presencial, realizada face a face e mediada por texto impresso - é necessário entender que há uma interatividade direta que se configura no discurso oral, na qual o falante (orientador/orientando) interage diretamente com seu público, diferentemente do que acontece quando se encontram a distância, espacial e cronologicamente falando. Uma das vantagens da virtualidade é que o falante tem a sua disposição o retorno imediato de seu interlocutor, podendo retificar ou ratificar sua fala e escrita (SOUZA, 2010). Mas se esta é uma vantagem, contabilizam-se outros aspectos menos positivos, embora não se possa tratar desta questão polarizadamente.

Na conversação face a face, segundo Chafe (1982), tanto o falante quanto o ouvinte compartilham um determinado conhecimento sobre o ambiente e o contexto da conversação. O falante pode monitorar o efeito produzido no ouvinte a partir do que é dito. O ouvinte, por sua vez, pode sinalizar imediatamente sua compreensão ou não da mensagem. Nesse sentido, o autor vai afirmar que “o envolvimento é típico do discurso oral e o distanciamento típico da escrita” (SOUZA, 2010, p.25).

Consideramos a importância da incorporação destas tecnologias e as vantagens que possibilitam para a organização do trabalho

acadêmico, para o acesso a banco de dados, a documentos, para o incremento de trabalhos em rede, fortalecendo parcerias, independentemente do lugar/tempo. Porém, é preciso que os envolvidos com a PG tenham determinado ‘capital tecnológico’²⁹ para que possam usufruir dessa ferramenta. Todavia, o cotidiano de trabalho dos envolvidos com os PPGEs, permeado pelas demandas e exigências oriundas das políticas implementadas pelo Modelo CAPES, permite a criação de espaços para a incorporação dos artefatos tecnológicos disponíveis?

Há cerca de uma década pensava-se que artefatos tecnológicos seriam fatores propiciadores de um tempo maior de ócio ou lazer e garantiriam a redução da jornada de trabalho (DE MEIS et al, 1999). Todavia, essa previsão mostrou-se equivocada, pois o ócio esperado efetivou-se como desemprego e o trabalho está cada vez mais informal, precarizado e com uma jornada de trabalho intensificada que não precisa mais ser controlada nem com relação ao tempo nem ao espaço. A vida privada foi invadida, reduziram-se as distâncias entre o local de trabalho e o espaço familiar, com o suporte das tecnologias digitais e como resultado das novas formas de organização e gerenciamento do processo de trabalho.

Diante desse cenário podemos dizer que os envolvidos com a PG estão imersos em um cenário em que se veem pressionados entre as exigências de um trabalho acadêmico cada vez mais intensificado e a necessidade de estruturar um capital tecnológico que lhe permita, em geral, a inserção na sociedade da informação e, em particular, dar conta com mais eficiência e celeridade, de suas responsabilidades como pós-graduandos. E em um círculo vicioso sem fim, este capital joga-os cada vez mais no circuito de um trabalho intensivo e invasivo. É nessa dinâmica da produtividade e intensificação do trabalho que se

²⁹ Podemos realizar aproximações entre o conceito de capital tecnológico e o de “capital cultural” utilizado por Bourdieu (1998) por consideramos que o capital tecnológico está inserido dentro do “capital cultural”, pois este depende principalmente de aspectos e condições sociais, culturais e econômicas. Constitui-se como ‘capital’ na medida em que é legitimado como um valor social, podendo ser reproduzido e ensinado como cultura universal. Desse modo, o capital tecnológico não se efetiva apenas como posse ou condição de acesso às ferramentas tecnológicas, mas todo o conjunto de conhecimentos relativo às diversas tecnologias disponíveis, sendo que esta apropriação é realizada por meio de usos, geralmente, sem a necessidade de uma aprendizagem formal, mas como uma prática social.

encontram os doutorandos. Frente a isto, cabem questões: De que maneira eles se relacionam com as TIC? Como eles se referem ao tempo do doutorado? Em que medida as TIC podem otimizar o tempo durante a escrita da tese? Como são realizadas as orientações? Eles solicitam orientações virtuais? As respostas dessas questões servirão para o adensamento da temática do uso das TIC na PG e sua relação com o tempo.

Acreditamos que um dos maiores desafios dos estudantes de PG é visualizar que existem outros meios de aprendizagem que são possibilitados pelo uso das TIC. Como afirma Canclini (2008) a convergência digital coloca em xeque o esquematismo que perfilava de um lado o leitor como ativo pensante e de outro, o espectador como passivo e submisso, dada a combinação de leitura e espetáculo que se passa com o internauta. A imagem conservadora de um espaço físico limitado ainda permanece, registrando que somente num lugar silencioso, isolado e organizado é que se pode aprender.

Porém, podemos perceber atualmente que o uso efetivo das TIC e de ferramentas que propiciam ações *online*, são fundamentais para reestruturar as formas de aprendizado na PG, pois o espaço de aprendizagem vai se ampliando, alargando horizontes, fazendo com que o sujeito possa construir ou idealizar de forma particular sua aprendizagem, dependendo da vontade de aprender, de pesquisar, de buscar, enfim de querer participar ou ser protagonista da própria formação.

Por outro lado, os docentes que atuam na PG defrontam-se com a necessidade de dividir seu tempo entre orientação, palestras, participação em eventos, aulas, elaboração de artigos e/ou livros, publicações etc. Desta forma, suas funções são ampliadas numericamente e seu tempo de execução diminuído. Além de dominar as TIC o docente precisa saber lidar com um amplo leque de funções que lhe são atribuídas.

A lógica produtivista dentro da universidade tem acarretado consequências dolorosas aos envolvidos com a PG, pois os sujeitos enfrentam um ritmo acelerado de trabalho, uma vez que “a economia, em sua forma atual de acumulação exige a extensão e a intensificação da atividade até os últimos limites físicos e biológicos do indivíduo” (MATOS, 2008, p. 256).

4.2 AS TIC NA PÓS-GRADUAÇÃO

Esses abusos do sistema nos deixam relutantes em atender o telefone, abrir nossos e-mails ou examinar um livro novo. É claro que não podemos fechar o sistema postal e o dos telefones, e não podemos fechar o sistema de publicações acadêmicas. Precisamos reformá-los (WATERS, 2006, p. 20).

Como vimos, o capital desconhece fronteiras espaço-temporais, criando estratégias para se manter hegemônico. Uma delas está relacionada ao uso das tecnologias para o controle e intensificação do trabalho desde o contexto empresarial até o acadêmico. A partir deste pressuposto é que nos propomos a analisar como as tecnologias modificam as categorias espaço e tempo na PG e de que maneira essas modificações podem alterar a maneira de trabalho dos doutorandos do PPGE/UFSC.

O que se pode adiantar é que a forma como se impõem o uso das tecnologias constitutivas do paradigma microeletrônico impõe aos trabalhadores diferentes exigências relacionadas as novas qualificações que englobam novos conhecimentos, como pré-requisitos para ingressarem e/ou permanecerem em um mercado de trabalho cada vez mais mutável, flexível, limitado e exigente.

Além da exigência dessa nova qualificação, o que já é um processo problemático ao trabalhador, há a imposição de fazê-lo em um pequeno período de tempo, pois, como já antecipava McLuhan (1995, p. 249), na década de 1960: “A mudança se tornou a única constante de nossas vidas [...]”. Exatamente pela velocidade das mudanças há a exigência da mobilidade dos trabalhadores no sentido de se adaptarem e fazerem novas sínteses no processo dialético de transformação-adaptação.

Uma dessas transformações aconteceu com a invenção do relógio. Com o acúmulo de tecnologias o relógio surgiu como a máquina que criou a imagem de um universo numericamente quantificado e acionado, como analisado no capítulo anterior. A criação do relógio levou à sociedade uma alfabetização reforçada que criou o tempo abstrato, fazendo as ações de cada homem entrelaçarem-se com os horários estabelecidos. Com isso, o homem foi retirado de um mundo de ritmos sazonais e recorrentes e colocado em um no qual há meios mecânicos - os relógios - que transformam as atividades, criando

riquezas e oportunidades, ocasionando o intercâmbio das relações e a aceleração das extensões.

Essas mudanças são extremamente significativas para quem estava habituado a utilizar ferramentas de trabalho diferentes daquelas que estão sendo impostas pelo fato de precisar ‘abandonar’ o que foi apreendido anteriormente, visto que, neste momento, não ‘serve’ mais e será preciso incorporar novas formas de trabalho.

Sabemos que as TIC são dispositivos que podem promover mudanças nas diferentes facetas da vida das pessoas a partir de práticas de armazenamento, processamento e transmissão de informação. Além das bibliotecas, a *internet* converteu-se no espaço preferencial para a busca de informação e conhecimento, em particular pelos estudantes, especificamente, no nosso caso, os doutorandos na fase de escrita da tese. Cada vez em maior medida os dispositivos digitais proliferam particularmente entre os envolvidos com a PG, sendo necessários tanto na sua formação de pós-graduandos como para o exercício profissional.

Nos últimos tempos, as TIC, com destaque para a *internet* e a telefonia móvel, colonizaram tanto aspectos e dimensões da vida cotidiana quanto do trabalho sendo um suporte fundamental da atividade humana e social. Diante de tal onipresença, os gestores do trabalho em geral e da própria academia, já consideram que as competências com as TIC representam empregabilidade, produtividade, garantia de compromissos cumpridos nos prazos acordados e rendimento em todo o modelo de organização.

Particularmente na universidade, o novo paradigma tecnológico revolucionou a formação, a docência e a investigação acadêmicas, transformando as relações de trabalho nas instituições educacionais. Há pouco tempo, entre os sinais identificatórios do modelo tradicional do trabalho na formação superior estavam o lápis e o papel, o quadro e o giz, o manual e o livro, bem como o professor explanando seus conteúdos e o aluno ouvindo.

O desenvolvimento e a inserção de inovações na universidade caminhou junto e associado com a fábrica, com o capitalismo industrial, com os tempos modernos, a produção em massa, a organização fordista do trabalho e as versões do *Welfare State*, culminando com o atual estágio da integração e flexibilidade nos processos e produtos. Em menos de uma geração, elementos tradicionais e identificatórios do trabalho na universidade - assim como já havia ocorrido na empresa - se tornaram obsoletos dando lugar a novos instrumentos e processos, com base em uma nova base tecnológica.

De um ponto de vista otimista, esses novos instrumentos/meios de acesso e manejo da informação e da comunicação permitem trabalhar mais e melhor, tanto individualmente quando em rede, até o ponto em que ninguém discute ou questiona se a inovação tecnológica pode incrementar exponencialmente a produtividade e a eficiência do trabalho de docência e pesquisa representam apenas aspectos positivos.

O que é certo, contudo, é que essas atividades, até pouco tempo apenas poderiam ser realizadas separadamente, muitas vezes em espaços diversos, em tempos sucessivos e com instrumentos específicos para cada tarefa. Diferentemente hoje, podem ser desenvolvidas frequentemente em um mesmo espaço, simultaneamente, e com um único dispositivo tecnológico multifuncional, equipado para um trabalho multitarefa. Sem deixar de ter presente os trabalhos em rede, as produções coletivas etc.

A inovação tecnológica constitui um fator chave para o desenvolvimento econômico, social e cultural, pois as os usos das TIC permitem e facilitam efetivamente a aceleração dos tempos, a sincronização dos processos, a transformação dos espaços e a renovação dos conteúdos e formas, objetos e estratégias, estruturas e relações de trabalho. Apologeticamente defende-se que nessa sociedade, na qual a tecnologia se apresenta como um elemento chave para o desenvolvimento, a gestão da quantidade e da qualidade da informação se converteu no fator central da produtividade, da eficiência, da competitividade e do rendimento das pessoas. Nesse sentido é que o contexto atual foi apresentado como a ‘Era da Informação’ (CASTELLS, 2000).

Entretanto, conforme Bianchetti (2008) o “determinismo tecnológico” não é o fator único e determinante das modificações atuais, pois os aspectos tecnológicos não são autônomos. Dito de outra maneira, as tecnologias não são variáveis independentes: estão na dependência do seu uso e apropriação dos resultados. Porém, caso não estejamos alertas ou vigilantes, com facilidade passamos a assumir a tese do ‘determinismo tecnológico’, segundo a qual, a tecnologia seria uma variável independente, causadora de todas as facilidades, dos resultados positivos ou responsabilizada por todos os problemas ou benefícios sociais. É preciso que fique claro que as tecnologias são criações humanas e que contribuem para a humanização e trazem vantagens ou problemas para a humanidade, dependendo do seu uso e da apropriação dos resultados de sua implementação.

É neste contexto que é importante apreender as TIC como estratégia global do capitalismo e que provocam mais estresse aos

trabalhadores - paralelamente a vantagens -, sujeitando-os às novas exigências de qualificação para com os novos equipamentos e os novos ritmos de trabalho. E essas inovações estão baseadas na diminuição do tempo e do espaço, controle do tempo e disciplinarização dos trabalhadores. Além disso, a informação transformou-se em um elemento de consumo, uma mercadoria com valor econômico cada vez mais evidente, que trouxe mudanças no processo de produção e circulação, já que a própria informação se apresenta como produtora de mercadorias e também como uma mercadoria em si no processo de trabalho.

A rapidez, a intensidade e o alcance da implantação do novo paradigma tecnológico tem dificultado a percepção social e o jogo de forças e interesses que têm impulsionado seu desenvolvimento, de modo que se tornou quase natural afirmar-se a existência e a vigência das chamadas sociedade da informação e do conhecimento. A transição contemporânea da nova ordem acadêmica resulta da interação de três elementos: a implantação sistemática e intensiva das TIC; a organização flexível do trabalho mediante uma reengenharia da docência e da investigação gerenciadas pelo *new management* universitário e a canalização de ambos os processos pela globalização neoliberal (CALLINICOS, 2006; MORPHEW & ECKEL, 2009; SÁNCHEZ, 2007; SISTO, 2007).

A inovação tecnológica na universidade contemporânea não se produz em um vazio sociohistórico, mas no marco de um redesenho político desse sistema educativo, que por sua vez está conectado ao sistema mais amplo, hegemônico. O sintoma e o produto da reestruturação neoliberal da educação superior é o 'Capitalismo Acadêmico' - como citado anteriormente - um novo cenário onde, em termos de instituições acadêmicas, as TIC são instrumentos direcionados para prioridades estratégicas na docência e na investigação universitária estabelecidas desde o paradigma empresarial e a lógica do mercado (BLANCH & CANTERA, 2011).

A partir das análises anteriores percebemos que a revolução impulsionada pelos usos dessas ferramentas, provoca um duplo efeito: por um lado, aumenta a relevância do fator humano nos processos de produção e de serviços e, por outro, eleva a vulnerabilidade dos trabalhadores frente aos efeitos colaterais indesejáveis das inovações tecnológicas decorrentes da intensificação e do alargamento da jornada de trabalho.

Há concordância que a globalização das TIC - embora com ritmos e abrangências diferenciadas - contribuiu para encurtar

distâncias, abreviar tempos e provocar uma série de vantagens relativas ao acesso à base de dados, a possibilidades de orientação a distância, à disponibilidade de *softwares* sofisticados para tratamento dos dados de pesquisa etc. Paralelamente, evidencia-se o quanto essas estratégias calcadas nas TIC possibilitam a invasão do espaço-tempo dos envolvidos com a PG e interferem na vida e no trabalho, pois as pessoas, potencialmente, podem passar a ser solicitadas em qualquer hora e em qualquer lugar, transformando qualquer tempo e espaço em espaço-tempo de trabalho.

Como vimos anteriormente, no processo de trabalho a utilização de uma nova ferramenta ou técnica pode trazer diversas implicações. Especialmente na sociedade capitalista uma nova técnica muitas vezes resultou em efeitos, de cunho físico e psicológico, prejudiciais aos trabalhadores. A técnica, como processo produtivo, é inerente à existência do homem e desta forma só pode ser compreendida de modo dialético na relação com a historicidade do próprio homem em sua constante luta para superar as contradições da natureza (VIEIRA PINTO, 2005).

Neste sentido, qualquer análise entre tecnologia e trabalho deve estar centrada nas relações sociais de produção e não na questão da performance produtiva dos instrumentos. Portanto, não se pode responsabilizar as técnicas pelos resultados que decorrerem do seu uso. Se o nível de desenvolvimento tecnológico contemporâneo tem como marca a velocidade com que novas tecnologias surgem e são inseridas na vida social, não podemos perder de vista que este movimento é intrínseco à voracidade do capital, em sua incessante luta para vencer obstáculos à sua circulação (HARVEY, 2012).

No processo histórico dos últimos anos, no âmbito da academia o movimento global em favor das inovações tecnológicas parece trazer em seu bojo contradições entre a melhoria da qualidade da educação e a adesão induzida às TIC. Essas contradições perpassam tanto o trabalho dos professores quanto dos acadêmicos. Além disso, tais contradições desdobram-se em diferentes dimensões que no plano material se entrecruzam, complementam e se confundem.

Bianchetti e Machado (2009) apontam para o redimensionamento espaço-temporal quando se referem a uma nova dimensão do tempo (do tempo de trabalho) que ultrapassa a clássica duração da jornada de trabalho e acaba invadindo a vida privada dos professores/pesquisadores. O prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho - não necessariamente dentro das escolas e das universidades, uma vez que com o uso das TIC o trabalho pode ser

executado em qualquer lugar e estar sempre ao alcance de um *click* - é uma nova estratégia de controle utilizada no mundo empresarial, surgida das necessidades do novo capitalismo possibilitada pela utilização das TIC nos processos de trabalho³⁰.

Estar sempre conectado e ao alcance resulta numa fusão de tempos e espaços de trabalho, aspecto que possibilita a invasão do espaço pessoal e privado e torna possível trabalhar em qualquer lugar, a qualquer hora (BIANCHETTI & MACHADO, 2009). Cabe ao trabalhador estabelecer os limites dessa sujeição. Contudo, no âmbito da educação - como em outros setores produtivos - o trabalhador se vê cada vez mais desamparado, face à voracidade das relações de produção que demandam produtividade, qualificações e desenvolvimento de competências, sob os desígnios do capital.

Todas essas condições são parte de um movimento que não pode ser explicado pelas tecnologias por elas mesmas, mas pelas relações sociais de produção na sociedade capitalista, que impõe sua lógica a todos os segmentos da vida social. Nesse contexto lança-se mão das TIC que são desenvolvidas para intensificar os processos de trabalho e ampliar a apropriação do tempo. E, no caso da educação, contribuir para o processo de precarização das condições de trabalho, acentuando as relações de exploração.

4.3 TRANSFORMAÇÕES NAS CATEGORIAS ESPÁCIO-TEMPORAIS E A CONDIÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS

Uma coisa é certa: vivemos hoje em uma destas épocas limítrofes na qual toda a antiga ordem das representações e dos saberes oscila para dar lugar a imaginários, modos de conhecimento e estilos da regulação sociais ainda pouco estabilizados (...) um novo estilo de humanidade é inventado (LÉVY, 1996, p. 17).

As TIC apresentam-se como meios que possibilitam novas formas de transmitir conteúdos e que estes possam ser agregados em

³⁰ Para Bianchetti & Machado (2009), a lógica empresarial está cada vez mais presente no meio universitário, mais especificamente na PG, decorrente do cenário de competitividade instaurado a partir da vinculação entre financiamento e avaliação que trouxe a exigência por um produtivismo acadêmico incompatível com o tempo de trabalho dos professores/pesquisadores.

novos espaços e tempos, adequando-se a uma época em que vivemos uma revolução no que diz respeito a essas ressignificadas noções. Com base em Lévy (1996) podemos afirmar que o uso das tecnologias, em geral, exerce uma função mediadora entre os sujeitos e a cultura mais ampla na sociedade contemporânea modificando, deste modo, as interações coletivas. Conforme Hall (1997), a cultura, segundo uma das interpretações atuais, tem suas raízes em Marx, quando este a chamou de “relação dupla” dos seres humanos com a natureza e desses entre si, isto é, os seres humanos intervêm na natureza com ajuda de instrumentos e ferramentas, e usam a natureza para reproduzirem condições materiais para a sua existência.

O discurso em defesa da cultura digital e as políticas de fomento e incentivo à inserção de TIC nos processos educativos, a partir da última década do século passado no Brasil, têm conduzido a uma reorganização do trabalho dos envolvidos com a PG, tanto no que diz respeito à necessidade de novas e contínuas qualificações, quanto no que se refere à mobilização de esforços para que todos se adequem às novas exigências dos processos de trabalho. Essa forma de reorganização está relacionada a um panorama político e econômico mais amplo, em que as TIC passam a ser consideradas como pilares da globalização.

No âmbito da sociedade capitalista contemporânea, a sociedade da informação vem provocando profundas modificações nos mais variados âmbitos da vida social e individual, interessando-nos particularmente aquelas que se relacionam com a educação. A história recente demonstra que não se trata de uma questão de escolha aderir ou não às tecnologias digitais. Essa escolha, em decorrência do modo de produção vigente, já foi feita.

Sem perder de vista os múltiplos aspectos das TIC - desde sua condição de ferramenta/acessório de trabalho, passando pelo caráter de tecnologias da inteligência (LÉVY, 1993) até forma de cultura - a cibercultura (LÉVY, 1999) ou cultura digital (SANTAELLA, 2007) - no âmbito da educação as discussões centrais são as de como colocar essas tecnologias a serviço da melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem e de vida/trabalho de todos aqueles que as utilizam.

Ainda que as TIC sejam consideradas como uma forma de cultura e sejam constituintes da cultura digital contemporânea, ao serem incorporadas de modo compulsório como ferramentas nos processos de trabalho, podem demandar uma série de desafios e esforços a todos e em particular aos envolvidos com a PG.

Colocada dessa maneira, a questão da inserção das TIC nos processos de trabalho no âmbito da educação guarda relações ambíguas

com trabalhadores em geral e com o capital, nem sempre percebidas pelos envolvidos com a PG e que só podem ser evidenciadas pelo elemento da contradição. O desafio que se impõe no presente é o de apreender, no movimento histórico, as relações que permeiam os processos de trabalho dos doutorandos no que se refere à introdução das TIC.

Nesse sentido, as TIC poderiam auxiliar a ressignificar o mundo em suas variadas formas e contextos, desde que utilizadas a serviço da emancipação humana. O espaço da universidade apresenta-se como um *locus* adequado para dialogar com esses novos meios e agir nesses novos cenários e paisagens culturais. Afinal, expressam transformações velozes e profundas que sobrepõem espaços, tempos e ‘paisagens’ culturais diversas.c

Além disso, está posto o desafio de radicalizar na questão da inclusão, pois o acesso e uso qualificado é condição para inclusão, e isso engloba o como e por que usar ou ter acesso a esses recursos e o que fazer com eles. Ocorre que “se já não se escreve nem se lê como antes, é porque tampouco se pode ver, nem expressar como antes. [...] A visualidade eletrônica passou a fazer parte constitutiva da visibilidade cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.19).

Ao direcionarmos nossos olhares para esse novo contexto é possível vislumbrar novas posturas e novas estratégias de aprendizagem que aliem o uso das tecnologias para a construção de um conhecimento mais dinâmico. Essas condutas podem permitir maior interação e a otimização do tempo, tendo em vista as inúmeras tarefas decorrentes do trabalho e atribuições requeridas para os acadêmicos de PG.

Lemos & Lévy (2010, p. 233) esclarecem que “nossos corpos de linguagem estão entrelaçados e redistribuídos pelas trocas de correio, de *links* intertextuais e de máquinas de busca dando respostas a milhares de questões”. E continuam afirmando que “a Web 2.0 ampliou a conversação mundial e está ampliando-a cada dia mais. A ética da inteligência coletiva é uma ética do diálogo, uma espécie de etiqueta suprema” (Idem).

Dessa maneira, percebemos a importância da interação no mundo virtual como desafio, tanto para professores como para estudantes da PG, pois os objetivos se voltam para o desenvolvimento de um sujeito ativo, dinâmico, autônomo, crítico e criativo. O impulso a uma mudança de hábitos no ato de fazer pesquisa pode ser facilitado pelo uso das ferramentas de comunicação. Todavia é necessário considerar que o acadêmico, para aprender utilizando as TIC precisa desenvolver algumas características que se referem à incorporação de signos da

própria ferramenta e outros que estão relacionados a iniciativas e meios de acesso à rede, motivação, autodisciplina, organização e novas formas de acesso a dados, informações e novas estratégias de construção de conhecimentos. Em alguns casos o aprendizado de uma nova ferramenta de trabalho/estudo não se efetiva sem resistências ou embates, pois para que novos meios e novos métodos de trabalho sejam incorporados é necessário ‘abandonar’ antigos hábitos que demandaram esforços para serem apreendidos.

De qualquer maneira, percebemos que o advento das TIC, proporcionou e proporciona diferentes oportunidades, que ampliam as possibilidades de trabalho dos acadêmicos no que se refere às categorias tempo e espaço. Como vimos, a partir da utilização das TIC as orientações podem ser realizadas via *online* o que possibilita ao acadêmico e ao professor não precisarem estar no mesmo lugar e nem sincronizados para trocarem informações.

Diante desse cenário, percebemos que os usos das TIC podem auxiliar nos processos de ensino e de aprendizagem na PG, tendo em vista que professores e acadêmicos estão conectados em rede. Além disso, acreditamos que essas tecnologias podem interferir, positivamente, potencializando a leitura, a comunicação e a interação, por intermédio das trocas feitas por meio de mensagens eletrônicas, pelos ambientes virtuais de aprendizagem e, também, pelas redes sociais.

Uma das características básicas dos novos tempos é que as formas de aceleração, os mecanismos de controle invadem não só o local da academia, mas repousam ou são incorporados por muitos dos envolvidos com a produção de conhecimento com veremos no capítulo a seguir por meio das falas dos doutorandos entrevistados.

CAPÍTULO V - A TEMPORALIDADE DO DOUTORADO E O PAPEL DAS TIC: QUESTÕES PARA ANÁLISE E PESQUISA

[...] a demanda não está sendo fácil não e o que é curioso é que a gente assiste na universidade uma contradição, em especial na universidade pública, porque hoje em dia a universidade pública acabou se rendendo aos ditames da produtividade. Ou seja, é um espaço que é público, de explicitação das contradições da sociedade que acaba, em certa medida, legitimando uma perspectiva a qual ela durante as aulas, no processo, lança tantas críticas. (Da02³¹)

Neste capítulo apresentamos e analisamos os dados da investigação empírica realizada por meio de entrevistas com os 16 doutorandos³² do PPGE da UFSC que ingressaram no Curso no ano de 2010 e, que, no momento da pesquisa, em 2013, estavam em fase de escrita da tese. Cada entrevista foi iniciada com a apresentação da pesquisadora, mesmo tendo feito um contato via e-mail, com a exposição dos objetivos da pesquisa de dissertação e pedido de consentimento de sua gravação e assinatura do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (Anexo B). Comunicamos que seguiríamos um roteiro previamente estabelecido, porém procuramos garantir flexibilidade no roteiro de entrevistas, de modo que os doutorandos pudessem acrescentar questões para enriquecimento da análise, como é próprio desse instrumento de coleta de dados a partir de um roteiro semi-estruturado de questões.

Na análise dos dados, criamos categorias, seguindo os preceitos explicitados por Bardin (1977) referentes à “análise de conteúdo”, agrupando respostas semelhantes de diferentes doutorandos e analisando as manifestações que divergiam. Observamos também casos em que a fala de um mesmo doutorando, quando expressava vários pontos diferentes, permitia a identificação de mais de uma categoria.

³¹ Para preservar o anonimato dos entrevistados utilizaremos a expressão “Da’ para Doutoranda” e “Do’ para Doutorando”. Após cada expressão virá o número de cada doutorando/a a partir de uma ordem alfabética.

³² Das 16 entrevistas realizadas, 14 foram presenciais e duas através do *skype*. As entrevistas realizadas via *skype*, de um lado, ocorreram pela dificuldade do contato presencial, porém acabaram contribuindo para que se tivesse uma ideia mais precisa das trocas mediadas pelas TIC.

Dividimos a análise das entrevistas em sete categorias de análise que foram agrupadas em três blocos: 1) Uso das TIC; Processo de Orientação; Otimização do tempo via TIC, 2) Tempo do doutorado/Doutorado *sandwich*; Estratégias para a conclusão do Curso, 3) Qualidade das teses; Produtividade acadêmica.

Neste capítulo vamos expor e analisar os depoimentos dos 16 entrevistados - três do sexo masculino e 13 do sexo feminino - a fim de desvelar, do ponto de vista dos entrevistados, como as TIC tem sido utilizadas nas pesquisas e de que maneira esse uso pode otimizar o tempo, interferindo inclusive nos prazos para a conclusão do Curso.

Na primeira parte deste capítulo traremos excertos de depoimentos dos/as doutorandos/as relativos ao uso das TIC no processo de doutorado tanto no que se refere à pesquisa quanto à escrita e ao processo de orientação e otimização do tempo para a conclusão do Curso; em seguida analisaremos o tempo do doutorado; as estratégias que os doutorandos lançam mão no processo de desenvolvimento da tese e em que medida algumas 'temporalidades podem chocar-se'. Por fim, direcionaremos o nosso olhar à qualidade das teses em tempos de indução e pressão por produtividade.

O que podemos adiantar sobre as manifestações dos entrevistados é que ao articular temporalidades no doutorado e o papel das TIC percebemos que o uso dessas tecnologias possibilita, por um lado, a organização e a potencialização do trabalho acadêmico como, por exemplo, no acesso a bancos de dados, a documentos eletrônicos, interação e trabalhos em rede, independentemente do espaço e do tempo. Por outro, pode agregar um maior número de tarefas ao trabalho dos pesquisadores em uma menor escala de tempo, agora redimensionado com a incorporação das TIC em suas atividades.

5.1 AS TIC E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA TESE

A maioria das pessoas que vive no mundo tecnologicamente desenvolvido tem um acesso sem precedentes à informação: isso não significa que disponha de habilidades e do saber necessários para convertê-los em conhecimento (SANCHO, 2006, p. 18).

Fazer uma tese é fazer um trabalho sobre si-próprio, obra de si-próprio (HESS, 2005, p. 15).

Com a *internet* o acesso a conteúdos se banalizou, mas de que maneira esse acesso garante a aprendizagem? Acreditamos que o diferencial não está na oferta massiva dos conteúdos, nem no uso de sofisticados recursos digitais. É preciso analisar outros movimentos mais complexos que englobam o uso das TIC na sociedade capitalista, como esse uso é realizado pelos doutorandos e para qual finalidade.

Dentro do próximo subitem apresentaremos um primeiro bloco com as três categorias de análise: uso das TIC; processo de orientação e otimização do tempo via TIC. Optamos por colocá-las em um primeiro bloco de análise, pois todas referem-se ao uso das TIC. O nosso objetivo é analisar de que maneira os doutorandos utilizam as tecnologias, por meio de quais instrumentos e para qual ou quais finalidades, se as utilizam no processo de orientação e como se manifestam com relação ao caráter ‘facilitador’ e/ou ‘pressionador’ das TIC e a otimização do tempo para a conclusão do Curso.

5.1.1 TIC: ‘Uma faca de dois gumes’

Você fica atordoado. Você está lendo um texto, daí você cita um autor que você nunca ouviu falar. E você lança o nome dele, e aquilo vai te lançando link, link, link, né? Então, se você não tiver um cuidado aí você se perde também, porque eu acho que se perder é importante também, mas em algum momento você precisa voltar. E aí, nesse sentido, eu acho que é uma faca de dois gumes. Ampliar também tem o seu risco né? Mas eu acho que deve ser uma faca de dois gumes.
(Da09)

As análises dos dados das entrevistas com os doutorandos corroboram, em partes, as argumentações em torno do lado ‘facilitador’ das TIC para algumas tarefas, em termos de otimização do tempo. Dos 16 entrevistados, todos fizeram referência aos ganhos que a incorporação das TIC nos processos de pesquisa e escrita possibilitam, embora alguns afirmaram que as suas pesquisas não demandavam muitos aportes tecnológicos, salvo para a pesquisa bibliográfica. Uma das entrevistadas refere-se ao trabalho de digitalização que precisou fazer na sua pesquisa: “*eu vou muito a arquivo público e à biblioteca*

pública e na verdade foi preciso transformar isso em digital³³ (Da01). Portanto, houve um interesse e necessidade em transformar esse material impresso em digital para sua posterior divulgação *online*.

Alguns doutorandos consideram que utilizam as tecnologias de maneira limitada. Os entrevistados (Da14 e Do05), que afirmaram utilizar pouco as tecnologias, disseram que as utilizam apenas para acessar à *internet*, para pesquisa bibliográfica ou acessar o seu *e-mail*, e também usam o editor de textos para a escrita da tese. Uma das entrevistadas (Da04) afirma que o seu foco de pesquisa é mais teórico, portanto se restringe mais à pesquisa bibliográfica do que à utilização de outros recursos que o uso das tecnologias pode proporcionar. Além disso, certifica que para a sua pesquisa a ferramenta tecnológica não foi fundamental, mas cita vários recursos tecnológicos que utiliza no desenvolvimento da sua pesquisa: “[...] *minhas ferramentas se limitam ao skype e editores de texto e utilizo a internet. Essa ferramenta para mim não funcionou, o resumo até ajuda, a possibilidade de guardar arquivos, eu uso o Google Docs³⁴*”. No que se refere à incorporação das tecnologias, McLuhan (1995) afirmava que estas vão perdendo a visibilidade quanto mais se tornam familiares. Portanto à medida que são incorporadas deixamos de preocupar-nos com o seu uso e provavelmente esse é um dos fatores que pode ter motivado a manifestação anterior.

No entanto, outra entrevistada (Da11) manifesta-se diferentemente afirmando que justamente por sua pesquisa ser teórica/documental a utilização das TIC tem sido um recurso importante: “*elas [as TIC] têm disponibilizado acho que 50% do que é a minha pesquisa. Inclusive alguns livros eu também consegui pela web, os documentos oficiais que eu me programei para analisar todos eu consegui tirar pela internet*”.

Alguns doutorandos - três do total de 16 - afirmaram que utilizaram as TIC para desenvolver suas pesquisas empíricas. Uma entrevistada (Da10) explicita que utilizou a ferramenta do *Google Docs* para desencadear a sua pesquisa empírica dizendo que “*inicialmente seriam 1400 professores. Então eu não teria como administrar isso em*

³³ Tendo como finalidade uma maior organicidade do capítulo convencionamos que todas as citações dos/as doutorandos/as serão grafadas em itálico.

³⁴ Sinteticamente o *Google Docs* é um processador de textos, planilhas e apresentações gratuito, disponibilizado na *web*. Essa ferramenta possibilita que os seus usuários criem e editem documentos *online*, colaborando em tempo real com outros usuários.

papel, mas aí depois nós fomos aprimorando e entendemos que, com 150 docentes, seria possível aplicar com essa ferramenta”. Outra entrevistada (Da05) fez o uso das tecnologias para pesquisa bibliográfica e também utilizou o *Google Docs* para encaminhar questionários: *“além da consulta a textos, as políticas, aos textos políticos, as legislações no site, eu encaminhei [questionários] para um grupo de pessoas no Google Docs. Então tenho utilizado isso também.”*

Um dos entrevistados (Do08) que optou por desencadear toda a sua pesquisa *online* para perceber quais relações conseguiria manter virtualmente, afirmou que *“exceto por duas ocasiões tive que me apresentar aos coordenadores de curso. Eu desencadeei esse primeiro processo, face-to-face. Depois, todo o desencadear da pesquisa foi online. Eu não tive contato presencial, tradicional, com os professores”*.

Uma das entrevistadas (Da16) afirma que ampliou o leque de ferramentas tecnológicas que utiliza no desenvolvimento da tese e que lançar mão de alguns recursos *online* possibilita mais segurança no arquivamento e disponibilização de dados:

A primeira coisa que eu faço antes de abrir o Dropbox³⁵ é abrir o dicionário de sinônimos. Eu deixo sempre ele aberto, porque daí eu procuro as palavras que eu quero utilizar. [...] como eu progredi no uso das tecnologias da informação, porque eu não tinha me dado conta de como aquela coisinha simples que é o dicionário online de sinônimos, facilita o meu trabalho. [...] a tecnologia da informação foi imprescindível e o resultado é a estante virtual, mas não é só isso, são outras tantas coisas sabe? Eu aprendi a usar, eu tenho agora esses mecanismos. E eu achei o Dropbox uma maravilha, porque automaticamente onde eu estiver trabalhando com o meu trabalho ele vai salvar lá em um lugarzinho, que não é o meu computador, é algum lugar que ninguém pode roubar. Que não pode

³⁵ Diferentemente do *Google Docs* o *Dropbox* é um serviço para armazenamento e partilha de arquivos. É baseado no conceito de "computação em nuvem" que significa que os usuários podem armazenar seus dados garantindo que não sejam perdidos, pois permanecem salvos em sua conta no site. Com isso, desde que tenham acesso à *internet*, os usuários podem acessar os dados que foram salvos em qualquer lugar.

quebrar, que não pode cair água em uma enchente. (Risos).

Uma das entrevistadas (Da07) afirma que quando foi para o doutorado *sandwich*, em outro país, teve dificuldades de acesso aos materiais que precisava consultar e manifestou que precisou

[...] ir na universidade, pedir para a pessoa responsável que é a que recolhe as teses, as dissertações, os trabalhos de curso. Ela é que fez a pesquisa, porque era mais fácil porque aí o domínio que ela tinha em cima da base de dados deles lá no computador. Ela que fez a pesquisa, me passava e eu pesquisava. E aí os arquivos não havia arquivos online e sim arquivos digitais que ela me passava no pen drive.

Pela análise dos depoimentos desses doutorandos, confirma-se a tendência de que os principais ganhos se referem à facilidade de acesso a base de dados e leituras *online* e às ferramentas de comunicação, principalmente no caso daqueles acadêmicos que não estão fisicamente próximos da universidade para contato com o orientador ou dos sujeitos de suas pesquisas, por exemplo.

Uma das entrevistadas (Da14) afirma:

[...] para mim foi fundamental [a utilização das TIC] e a questão do skype. Lógico que me economiza uma série de viagens né? Em termos financeiros, de tempo e desgaste porque como eu estou distante do doutorado, uma viagem para uma orientação para mim seria uma despesa imensa. E um desgaste muito grande.

O uso de ferramentas de comunicação torna-se importante para dispensar deslocamentos dos doutorandos - e seus custos -, bem como otimizar a utilização do tempo para algumas tarefas. Outro entrevistado (Do08) também refere-se ao processo de orientação afirmando:

Eu diria que 90% da minha orientação foi feita online. Primeiro que isso facilita e segundo que isso te dá uma possibilidade de mobilidade muito maior com o teu orientador. Tinha semanas que eu conversava duas vezes com ela, três mesmo online, por skype né? Então é fabuloso poder fazer isso. De quebra te dá a possibilidade de você ganhar tempo, economizar viagens, enfim,

...você otimiza as tuas possibilidades de contato. Nesse sentido é claro que a minha orientadora tem uma sensibilidade muito grande pelas tecnologias, não é? É uma pessoa que gosta de tecnologia e faz isso com naturalidade e isso já se incorporou ao fazer dela. A maior parte do tempo a orientação foi online.

Como podemos perceber os doutorandos que não estão fisicamente próximos à Universidade ou que por algum motivo não conseguem marcar um encontro presencial com o orientador optam por orientações *online*. Uma das entrevistadas (Da06) afirma que utilizou o *skype* quando a sua orientadora estava no pós-doutorado e também quando ela foi para o doutorado *sandwich*.

A gente fez muito quando ela estava no pós doutorado. Então a gente fazia reuniões, foi até engraçado porque ela estava em Nova Iorque e depois nós estávamos em Milão né? Então primeiro era nós aqui e ela lá e depois era ao contrário. A gente tinha reuniões por skype, sempre conversando e trocando e-mails e orientação por meio dos textos.

Outra vantagem que emerge dos depoimentos dos doutorandos é a hipertextualidade; a facilidade de, ao realizar buscas ou leituras em base de dados, à velocidade de um *click*, acessar mais informações sobre determinados assuntos, autores ou manter contato com colegas e professores. Sobre as 'facilidades' dos uso das TIC um dos entrevistados (Do03) assim se manifesta:

Imagina eu fazendo pesquisa em uma biblioteca, pesquisando o banco de dados na biblioteca... hoje eu faço tudo em casa. Então facilita bastante, e faço no horário que eu posso, no dia que eu posso. Hoje, por exemplo, a universidade não tem sala aberta. Mas eu tenho acesso a um monte de coisas em casa. Então isso otimiza bastante.

O fato de estar acostumada com o acesso à *internet* e fazer parte do seu doutorado em outro país com acesso limitado à rede fez com que uma das entrevistadas (Da07) se referisse a períodos de mais ou menos intensidades do uso das TIC:

Estava mais presente, no período do referencial, de fazer toda a revisão bibliográfica para a

construção do objeto de pesquisa. Então, quais teses e dissertações havia no banco da CAPES para mapear o tema da pesquisa [...] para ver o que havia de produção sobre o tema, depois também o tema sobre a escola cubana, o que havia no Brasil de produção e, a partir daí fazer um mapeamento das produções que havia sobre o tema [...]. Então esse momento eu usei. Depois considerando que eu estava indo para Cuba e Cuba não tem um acesso à internet, isso não foi possível. Os seis meses que eu fiquei lá, impossível.

Todos os 16 entrevistados referiam-se ao acesso à *internet* para pesquisa do referencial teórico de suas teses. Cinco deles citaram ainda a utilização de dispositivos de compartilhamento de conteúdo *online*, no qual podem escrever uma parte de sua tese e inserir o arquivo na rede, o qual ficará acessível a partir de qualquer outro dispositivo digital/móvel - o que possibilita a continuidade do trabalho em qualquer espaço físico, desde que se disponha de acesso à *internet*. Uma das entrevistadas (Da05) afirma: “*eu escrevo as coisas e mando já para o Dropbox salvo na nuvem. Então eu posso acessar a minha tese em qualquer lugar que tenha internet. Nesse sentido facilita bastante*”. Outra entrevistada (Da14) reforça: “*toda a tecnologia, desde o martelo, desde o lápis, desde a caneta, até hoje, computador e internet, o Dropbox [...] diminui o tempo, facilita, enriquece o trabalho*”.

Em direção convergente, outra entrevistada (Da09), que também utiliza esse dispositivo, é ainda mais enfática acerca dos seus benefícios:

[...] não sei se tu já ouviu falar nos termos, dentro da área de tecnologia: as nuvens. Eu digo que ela [orientadora] é a minha nuvem. No final agora mesmo, antes da qualificação a gente não conseguia se encontrar, porque ela está super atarefada, cheia de disciplinas, e eu com um bebê. A gente conseguia se encontrar uma vez por semana, e o resto, e-mail, e-mail, e-mail. A gente criou arquivo virtual, nuvem, né? No Dropbox, que é um recurso também para armazenar os arquivos e não perder configuração e, nossa, não tem explicação: eu não conseguiria, eu não teria conseguido qualificar [...] se não tivesse tido esse recurso.

Todos os entrevistados disseram que utilizaram o recurso do *e-mail* com os professores orientadores para fins informativos ou para enviar os trabalhos, mas que a orientação é realizada presencialmente ou via *skype*. Uma das entrevistadas (Da05) reconhece a possibilidade de “guardar todas as versões da tese, de fazer recortes necessários, de reutilizar aquilo que por um momento havia sido descartado”, porém afirma que, no processo de orientação, nunca foi utilizado o recurso do *skype* e que a preferência dela e da orientadora é pelos encontros presenciais que, na maioria das vezes, são agendados via *e-mail*.

Constatamos que os entrevistados que não moram/moravam na cidade onde se localiza a Universidade ou os que tiveram a oportunidade de ir para o doutorado *sandwich* em outro país, utilizaram mais o recurso do *skype* e referem-se de maneira positiva ao seu uso no processo de orientação. Um dos entrevistados (Do15) afirmou que houve modificações no processo de orientação. O doutorando e sua orientadora lançaram mão do recurso do *skype* quando não conseguiam mais se encontrar presencialmente pelo fato do orientando ter ido para o doutorado *sandwich*. O doutorando assim manifesta-se com relação a esse processo:

Quando eu estou aqui em Florianópolis nós [ele e a orientadora] preferimos nos encontrar pessoalmente, mas vez ou outra eu estou enviando o meu texto antes do encontro para que ela leia e tudo mais, mas quando eu estava fazendo o doutorado sandwich, que era no exterior, então a gente utilizou muito.

Sobre o envio de textos por *e-mail* uma das entrevistadas (Da14) afirma que o trabalho foi ‘facilitado’ pelo uso de mecanismos de revisão no próprio corpo do texto enviado *online*. Explicita também as diferenças do processo de orientação do mestrado e do doutorado:

[...] é muito dinâmico esse trabalho, a devolutiva que ela me dá, ou que eu devolvo para ela também. Então eu acho que facilita muito, o tempo se reduz. Com certeza. Porque tudo o que a minha orientadora do mestrado escrevia no papel eu tinha que modificar e agora não, a orientadora já sugere a modificação no corpo e eu aceito ou rejeito né? Daí quando ficam alguns pontos que, ela sempre diz ‘olha você vê o que você considera importante para aceitar e o que você não quiser’, ela sempre me deixa muito livre para isso. Mas

daí ficam alguns pontos que eu acho que eu preciso discutir melhor com ela, nós sentamos juntas e ajustamos.

A partir dos depoimentos podemos concluir que todos os 16 doutorandos utilizam de alguma forma as tecnologias no processo de orientação. O mínimo que os entrevistados utilizam é trocar informações por *e-mail* ou agendar um encontro presencial por meio dessa ferramenta. Outros preferem utilizar recursos *online* no processo de orientação por motivos que explicitamos anteriormente.

Percebemos, pela manifestação da última entrevistada, que dependendo do seu uso as TIC podem facilitar o processo que antes demorava mais tempo para ser realizado. Quando perguntamos para os doutorandos se o uso das TIC poderia otimizar o tempo do doutorado a maioria respondeu afirmativamente. Uma das entrevistadas (Da02) reforça que “*antes eu passaria três tardes em uma biblioteca vasculhando cada uma das teses. Hoje eu acesso elas online. Em um instante eu consigo localizar todas as teses do ano em questão de minutos. Então, em certa medida, isso é otimizar o tempo*”.

Como visualizamos anteriormente há um comparativo expressado pelos doutorandos do momento *pré-internet* e *pós-internet* e de como as pesquisas eram realizadas sem os recursos tecnológicos atuais. Nas palavras de uma das entrevistadas (Da01) “[...] *a gente já não se imagina mais sem isso [as tecnologias]*”. Outra entrevistada (Da12) também se manifesta a este respeito da seguinte forma:

O próprio Marx, não tinha um computador para escrever. Eu acho que ele [o computador] permite um processo de idas e vindas, muito interessante, quer dizer: tu corta, tu cola, tu tira, tu bota, tu acrescenta, tu puxa. Como eu já vim dessa geração que faz a sua tese no computador, eu não me imagino não fazer a minha tese no computador. Então para mim ela [a tecnologia] é fundamental. Quando não tem computador a gente fica “bom, e agora?”. Acabou a bateria ou não tem luz eu não posso trabalhar. Na verdade a gente pode, mas está tão habituado ao uso dessa tecnologia que a gente já incorporou ela como uma ferramenta do trabalho mesmo.

Outro ponto importante que todos os entrevistados, de uma forma ou de outra, se referiram é a possibilidade de acesso ao conteúdo que precisam estar disponível *online* e, com isso, o fato de não precisarem se

deslocar para outros lugares para encontrar aquilo que estão pesquisando. Uma das entrevistadas (Da11) afirma que “[...] *se eu não tivesse esse acesso a essa tecnologia de casa, acessar tudo, inclusive o portal CAPES, artigos, fazer toda essa busca [...] isso otimiza muito o meu tempo e a minha vida, muito*”. Uma outra entrevistada (Da 14) explicita a dificuldade de encontrar algumas obras raras em sebos e afirma que recorre à *internet* para ver se as encontra. E complementa: “[...] *antes a gente tinha que se deslocar para uma biblioteca. O acesso às obras [...] até obras raras, a gente encontra às vezes. Eu utilizei obras do Suchodolski que foi online que eu consegui, porque eu não conseguia nem em sebo*”.

Ainda sobre o fato de evitar deslocamentos e ter a possibilidade de participar ou acessar determinado conteúdo através da *internet*, um dos entrevistados (Do08) afirma:

Eu tive possibilidade, como eu fiz o doutorado em Florianópolis, e eu moro a mais de 400km, quase 500km aí de Florianópolis. Teve ocasiões de eu não poder me deslocar, por motivo de doença etc. Foi muito bacana quando eu não deixei de participar de certas aulas quando nós fizemos o intercâmbio com os professores, simplesmente ligando o computador. É claro que temos deficiências de áudio, temos ainda este problema [...] ainda é muito ruim do ponto de vista dessa usabilidade [...]. E as novas possibilidades de ensino e aprendizagem que as novas tecnologias digitais proporcionam né? É inegável. Então se isso melhorou, se isso otimizou a minha própria formação eu diria que sim.

Todos os entrevistados enfatizam as possibilidades do uso de recursos tecnológicos para o desenvolvimento da sua pesquisa. Contudo, subjacente a alguns depoimentos, podemos inferir que existem riscos à otimização do tempo no que se refere ao uso das TIC: a possibilidade de, ao pesquisar sobre determinado conteúdo, o usuário começar a “zapear” de um link a outro, e se perder em páginas da *Web* que nada têm a ver com a motivação inicial de sua busca.

A entrevistada (Da05) alerta:

Se você não souber usar o tempo você fica o dia inteiro na internet, zapeando, fuçando o que não precisa. Então eu acho que não é só a questão de melhorar o processo. Se você não tiver disciplina

you manage to make it worse. But just like you have TV, you also have friends, you have anyone who can call you to do things, right?

Essa ‘faca de dois gumes’, termo utilizado por uma das entrevistadas (Da09), é um aspecto que três doutorandos, um deles citado acima, chamaram a atenção, e está diretamente ligado, no nosso entendimento, à ideia de inclusão digital, isto é, a disponibilização dos meios e o conhecimento a respeito de que forma melhor utilizar as TIC, de acordo com as necessidades, sem cair nas armadilhas da rede.

Se em termos de usabilidade das TIC no processo de orientação, pesquisa e escrita da tese essas são questões que mais se sobressaíram na fala dos doutorandos, outros depoimentos precisam ser analisados e compreendidos no contexto das políticas de avaliação da CAPES e do produtivismo, que vínhamos discutindo anteriormente. Da mesma forma é necessário ter presente as manifestações a respeito das implicações a respeito das condições de realização da pesquisa e do envolvimento do pesquisador nessa lógica da produtividade acadêmica predominantemente quantitativa.

5.1.2 Choque de temporalidades: entre *Chronos* e *Kairós*

Research is amazing, knowing is amazing, right? And Chronos devours, right? It doesn't allow you to look at it only from the perspective of Chronos, maybe in that sense it was necessary to break that limiting thing, the time of the clock itself. You get a little out of it to be able to perceive other things. (Do08)

Nesse item enfatizaremos os tempos múltiplos, apressados, urgentes por meio do segundo bloco de categorias de análise: Temporalidades em choque; Estratégias para a conclusão do Curso. Procuraremos relacionar o tempo do doutorado à luz de *Chronos* aos outros tempos de vida dos doutorandos e analisar quais são as estratégias às quais lançam mão para concluir o Curso no tempo previsto e como se manifestam com relação as estratégias utilizadas para cumprir as exigências da CAPES. Além disso, explicitaremos, por meio dos depoimentos, que alguns doutorandos tiveram problemas de saúde no período do Curso, a maior parte destes, de acordo com seu próprio ponto de vista, decorrentes do próprio processo. Com isso, podemos dizer que há, no período do doutorado, um choque de temporalidades.

A maioria - 15 dos 16 entrevistados - afirmam que os outros ‘tempos’, da vida profissional e pessoal, ficaram em ‘segundo plano’. Apenas uma entrevistada (Da02) evidenciou que sua opção primeira é ‘viver bem’ e justifica a prioridade pela vida pessoal da seguinte forma:

[...] o meu doutorado são quatro anos que vão passar enfim, que vão ser importantes, que vão me dar um título, que vai ter uma relevância social. Mas que para mim, o que muito mais pesa é a minha formação. E isso é que é bem difícil. Então quando você vê o teu prazo acabou e, sabe? Daí e o tempo da pesquisa, o tempo prático foi. Mas o teu tempo não foi ainda, você não chegou, você não alcançou aquilo que você esperava.

A maioria dos doutorandos mergulham completamente em questões relacionadas à tese, principalmente na fase de escrita, e quando ‘escapam’ do foco sentem-se culpados ou pensam que o tempo foi perdido e que poderiam estar produzindo. O tempo do Curso de doutorado e as pressões dos órgãos avaliadores e financiadores acabam fazendo prevalecer uma lógica que leva o pós-graduando a se sentir culpado caso não consiga ‘dar conta’ das exigências no tempo determinado, pois isso acarreta consequências no campo pessoal e institucional. Uma das entrevistadas (Da07) assim explicita esse sentimento:

Principalmente nessa última etapa, não dá para sair para tomar uma cerveja sem pensar ‘eu estou com uma tese lá para fazer’ entendeste? (Risos). Até mesmo vir para a Universidade assistir uma defesa, que tem a ver com o meu trabalho de certa forma, porque é o mesmo referencial teórico, eu penso que poderia estar trabalhando, então acaba tomando todo o teu pensamento. O tempo [pessoal] fica realmente singular a palavra tese.

Outra entrevistada (Da02) manifesta-se da seguinte maneira com relação a lógica da produtividade “[...] eu percebo é um aligeiramento [...] porque tem uma perspectiva da produção, ou seja, você precisa produzir, e para isso você tem que ser rápido”. Na maioria das falas dos entrevistados aparece essa preocupação com o “tempo do doutorado”. Alguns deles afirmam que nem sempre este é compatível com o tempo

de amadurecimento teórico, de aprendizagem, com o ritmo biológico e com o ritmo da vida pessoal dos doutorandos.

Nesse sentido uma das entrevistadas (Da11) destaca:

Eu até acho que elas [as tecnologias] otimizam, mas o processo do doutorado é um processo de muita paciência, de construção de conceitos, então assim, não é a tecnologia que vai tornar o processo de doutorado mais rápido ou menos rápido. O processo de doutorado é um processo de amadurecimento teórico, e ele exige idas e vindas ao mesmo lugar muitas vezes. Então como nós estamos lidando com uma questão conceitual [...] é óbvio que a tecnologia me ajuda, que ela contribui, mas em relação ao tempo eu não posso te dizer que é assim, que ela é uma coisa fundamental.

Um dos entrevistados menciona a dificuldade de conciliar ‘tempos’ referentes à vida acadêmica e pessoal: “*Então para a gente conciliar o tempo de doutorado com a vida pessoal, eu penso que o tempo deveria ser maior inclusive devido às exigências que são postas em relação a isso, mas infelizmente isso está posto né?*” (Do15). Percebemos na manifestação deste e de outros doutorandos que há uma certa resignação ao que está posto. Parece que não há outra saída a não ser aderir a esse movimento de encurtamento do tempo de formação e ao aumento da produtividade.

Isso tem implicações diretas sobre a qualidade das produções, as estratégias utilizadas pelos pesquisadores e mesmo sobre suas condições de saúde. Nessa temporalidade compulsória - a data limite para defesa da tese - o uso das TIC pouco pode contribuir e, em alguns casos, a contribuição direciona-se mais a um estado de precarização dos processos de pesquisa.

Sobre este aspecto, podemos sintetizar, pela fala dos doutorandos, que o tempo da pesquisa não é o mesmo da aprendizagem. Uma das entrevistadas (Da01) afirma:

Infelizmente o tempo da pesquisa não é o tempo da minha aprendizagem, sabe? A maior dissonância é essa porque eu precisava de muito mais tempo para conseguir digerir tudo o que eu estou aprendendo. Porque uma coisa, você vai, vai recebendo informações e vai aprendendo enfim, mas a tese é uma reflexão em cima de tudo

isso, e uma escrita tua. E isso é que é bem difícil. Então quando você vê o teu prazo acabou. O tempo da pesquisa, o tempo prático foi. Mas o teu tempo não foi ainda, você não chegou, você não alcançou aquilo que você esperava.

Essa ambiguidade entre o tempo de doutorado imposto pelas políticas advindas dos órgãos de avaliação e financiamento e o tempo dos doutorandos diz respeito não apenas à aprendizagem, mas à própria elaboração da escrita da tese. Nesse sentido, uma das entrevistadas (Da02) diz que

[...] a capacidade de criatividade ela não anda na mesma velocidade que a necessidade, ou seja, tem os dados, mas às vezes o texto não flui e não é porque você não faz. Tem dia que eu fico exatamente o dia inteiro, trabalhando, lendo, escrevendo, mas aí no dia seguinte eu vou ler aquilo e tem um parágrafo efetivamente de qualidade, se é que a gente pode dizer.

Dessa forma podemos afirmar, com base nas entrevistas, que no “tempo CAPES” o uso das TIC facilita, porém não o suficiente para aquilo que autores como Chauí (2003) e Moraes (2003) definem como formação. O certo é que a dicotomia entre esses tempos diversos, tem consequências das mais variadas a partir das estratégias empreendidas pelos doutorandos, e cujos resultados podem, no limite, mais atentar do que contribuir para uma formação mais condizente com o nível de doutorado e à qualidade de vida dos pós-graduandos deste nível.

Assim, os doutorandos precisam também adequar o tempo de exigências da fase da tese a outros tempos, sejam eles relacionados a atividades profissionais ou à vida pessoal, uma vez que muitos, paralelamente ao curso, mantêm seus postos de trabalho, ampliando a estatística dos trabalhadores que estudam. Para além dessa dificuldade de conciliação entre temporalidades, o modo como se vive o tempo do doutorado pode trazer implicações diretas sobre as condições de saúde dos pesquisadores, como aparece na manifestação de quatro entrevistados, sobretudo no que se refere aos aspectos emocionais como afirma uma das entrevistadas (Da02)

Então essa relação do tempo é, ela é uma relação que é dúbia no sentido de que demandam outras questões. Então tu tens todo o teu estado emocional que interfere [...]. A parte pessoal

então, claro, se eu estou aqui parada, pelo menos a Organização Mundial da Saúde diz que a gente tem que ter oito horas de sono, oito horas de trabalho e oito horas de lazer, né? (Risos). Bom, como assim? Que lazer? E quando é que eu vou escrever a tese se eu me der o privilégio de adentrar nessa perspectiva. Então quer dizer que é difícil, fica bastante comprometido.

Além de aspectos emocionais também há os psicossomáticos, como afirma um dos entrevistados (Do16): *“quatro anos é o tempo que a gente tem para concluir tudo [...] e com isso fica doente e temos que dar conta dos prazos nesse limite”*. Em suma, as exigências da PG levam os pesquisadores, em alguns casos, a uma situação de doença, física e emocional, pela captura do tempo livre. Outras entrevistadas respectivamente (Da06 e Da16) referem-se a aspectos físicos: *“tive uma capsulite adesiva, o ombro trancou, ombro esquerdo e ficou quase dois anos trancado, fiz injeções, fiz um tratamento de um ano, estou super bem agora. É claro que existe uma pressão né? Uma delas afirmou que teve que adequar o seu local de trabalho comprando outro monitor: “eu usava muito o notebook e comecei a ter problema no pescoço, na cervical, então fazia fisioterapia”*.

Nada mais degradante no tocante à apropriação do tempo dos pesquisadores, e que vem na contramão de uma ideia de formação humana, no sentido do que argumenta Marx (2010): sem tempo livre, o homem seria rebaixado à categoria de uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente degradada.

Nesse contexto, em que a lógica fabril invade a lógica acadêmica pela necessidade imposta por produções, entre os pesquisadores submetidos ao padrão CAPES de produtividade, várias estratégias (de ‘sobrevivência’) são colocadas em prática. Uma delas está relacionada aos tipos de produção elaboradas pelos pesquisadores. Na impossibilidade de uma publicação autoral exclusiva [que demanda pesquisa, reflexão, (re)elaboração, adensamento, o que supõe tempo], face às exigências produtivistas do modelo de avaliação e financiamento da PG, as coletâneas apresentam-se como uma saída, da mesma forma que a publicação de artigos em co-autoria nos periódicos. Embora haja avanços interessantes nesse sentido, ainda não são o suficiente para modificar a prática do ‘publicar porque é preciso’.

Essas exigências por cumprimento de prazos e necessidade de publicações por vezes podem caminhar na contramão do pressuposto de ‘qualidade’ que a CAPES impõe, pois na impossibilidade ou dificuldade

de cumprir algumas metas, os doutorandos acabam valendo-se de subterfúgios ou mesmo são compelidos a fazer escolhas que podem impactar na qualidade do trabalho desenvolvido, como percebemos nesse depoimento: “[...] *digamos assim, então você faz, às vezes, algumas coisas atropelando e outras na correria*” (Do16).

Mesmo entre os doutorandos que consideram adequado o tempo de duração do doutorado vê-se que, por vezes, o tempo parece não ser tão adequado assim, fazendo-os abrir mão da qualidade em detrimento da pressa: “[...] *para fazer o meu estado da arte da pesquisa, eu comecei a ler algumas [teses], selecionei algumas assim, ‘essa daqui dá uma curiosidade para ler na íntegra’, mas não tem aquele tempo todo para ler na íntegra. Então eu pegava algumas partes da tese para ler*” (Da11).

A dicotomia expressa nesse depoimento, entre o tempo não ser suficiente e a estratégia para torná-lo adequado, revela, de outro modo, que a lógica CAPES tem sido assumida pelos doutorandos, que acabam submetendo-se a ela. Além disso, da mesma maneira que o uso das TIC pode otimizar o tempo em algumas etapas da pesquisa, em um contexto de pressão cronológica e de produtivismo acadêmico pode facilitar certas práticas combatidas no meio acadêmico, por facilitar, o plágio e o autoplágio.

Com relação aos doutorandos que precisaram continuar em seus empregos ou que, pelo menos, em um período do doutorado precisaram continuar trabalhando, torna-se evidente uma maior dificuldade em conciliar esses ‘tempos’ pessoais, profissionais e de doutorando.

Uma das entrevistadas (Da02), que inclusive se refere ao tempo ‘*Chronos e Kairós*’, afirmou que acontecem imprevistos no processo que ‘emperraram’ o desenvolvimento da tese. Nesse sentido a doutoranda afirma que “*uma pesquisa que você tinha pensado, a princípio, em realizar as entrevistas no mês X, se o processo demora isso acaba necessariamente protelando. E isso tudo acaba trazendo um atraso na produção*”. Em um outro momento a mesma doutoranda afirmou que conseguiu três anos de licença, porém o tempo do doutorado é de quatro anos. Portanto, esse retorno ao trabalho no final da escrita da tese lhe trouxe consequências. Outro entrevistado (Do15) também se referiu às consequências do retorno ao trabalho: “[...] *eu estou trabalhando. E isso, inclusive, está sendo um problema para a minha produção porque eu trabalho 40 horas. Terrível*”.

Além disso, outro entrevistado (Do08) afirmou que além de fazer o doutorado em outra cidade começou “*a fazer os créditos (no curso) como chefe de departamento. Até eu me desvencilhar foi um período um*

pouco turbulento. Eu só fui me dedicar ao doutorado a partir do segundo semestre. Mas eu fiz com dedicação exclusiva na sequência". Por fim ressalta a importância de ter dedicação exclusiva e que essa condição interfere diretamente no processo formativo do futuro doutor:

Hoje, sem a dedicação exclusiva, é muito difícil você arranjar o tipo do tempo para que você tenha algum conforto para pensar as coisas específicas. Sobretudo para a leitura atenciosa, uma leitura que você possa ruminar certos conceitos. Quando você não tem esse tempo as coisas ficam assim, eu diria, muito na casca. Eu acho que os conceitos eles tem uma certa temporalidade própria para se assentar dentro de cada educando. A leitura precisa de um tempo de calma para poder assentar. Quando você não tem isso eu acho que a gente está saindo prejudicado né? É uma pena ver as pessoas fazendo pós-graduação dando aula, correndo para trabalhar para fazer bico aí, ali, lá. Isso é uma coisa triste.

Ainda sobre os imprevistos/dificuldades do primeiro semestre, que *"a CAPES não considera"* (Da15), e desses 'deslocamentos' nem sempre tão fáceis de serem administrados, uma das entrevistadas que relatou alguns momentos difíceis, como o falecimento do pai e do orientador em períodos muito próximos, é enfática ao afirmar:

Eu digo: os seis primeiros meses para mim não existiram, e os outros foram para começar. Eu comecei a rastejar para poder levantar. Foi difícil. Eu era a filha mais nova e era a primeira vez que saía da minha cidade. Bom, várias questões aconteceram. [...] e o Programa acaba te pressionando. Então acho que tem uma questão psicológica. Eu tive consciência que tinha que fazer a tese em quatro anos. Mas é o seguinte: tu entra em um barco, tu não sabe como vai estar a maré, se vai ter tempestade. Não tem como prever o que vai acontecer em quatro anos (Da04).

Ainda sobre as trajetórias pessoais e profissionais que se apresentam durante o processo do doutorado, outra entrevistada que trabalhou durante o período do doutorado afirmou que *"[...] o tempo não poderia ser tão rígido em função de uma avaliação. [...] dos quatro*

anos do doutorado eu levei três anos para fazer as disciplinas” (Da10). Nesse sentido entrevistada Da14 afirma que “[...] o resto da minha vida ficou meio de lado para eu poder fazer a tese. Eu sou professora. O tempo que eu gastava para as minhas aulas, para as minhas coisas, praticamente foi de dedicação exclusiva mesmo para a tese”.

Como a maioria dos entrevistados - 9 dos 16 doutorandos - trabalharam em pelo menos um período do Curso, a dedicação à tese, como afirmou uma das entrevistadas, “ficou de lado” e um dos desafios de trabalhar e estar no doutorado é “[...] retomar o trabalho com fôlego, tenho vários fichamentos guardados, leituras que eu fazia, tenho um pouco da manhã que eu dedicava o máximo que eu podia à tese, mas nem sempre eu conseguia” (Da09).

Uma das participantes da pesquisa (Da11), que pode contar com dedicação exclusiva à tese, pois conseguiu licença do seu emprego, afirmou que mesmo com dedicação exclusiva é preciso considerar as outras dimensões que continuam em atividade: “[...] além da tarefa do doutorado eu só não estou dando aula, as outras coisas estão todas funcionando. Eu tenho dois filhos e eles estão na escola. Eu tenho uma casa, eu tenho marido. Então você tem que dividir o tempo com isso tudo”. Por outro lado, outra entrevistada manifesta-se de maneira diversa no que se refere ao período de quatro anos e à dedicação exclusiva: “[...] sinceramente falando, se você tem dedicação exclusiva não é tão pesado tá?”(Da12).

Além dos desafios de conciliar trabalho e desenvolvimento da tese o entrevistado (Do03), afirmou existir o desafio da pesquisa empírica, quando outras pessoas estão envolvidas, cada uma com o seu tempo próprio. O mesmo doutorando relatou que o tempo estava ‘sob controle’ enquanto a pesquisa dependia apenas de sua dedicação às disciplinas, leituras e o projeto de qualificação. Com o seu tempo sob controle, esses compromissos foram cumpridos “no tempo”. Porém

[...] quando chega a hora da pesquisa de campo e da escrita que daí não depende mais só de mim, depende de outras pessoas [...]. Eu dependo da boa vontade das pessoas, dependo de horários, eu vou ter que ir à biblioteca e a biblioteca tem o seus horário então tudo isso, chega nessa hora fica um tanto complicado.

Percebemos uma nova maneira de relação com o tempo que está relacionada às pressões a que os envolvidos com a PG estão submetidos no processo do seu trabalho. Como citamos anteriormente, Sguissardi &

Silva Júnior (2009) nos alertavam há alguns anos que os jovens que fizeram/fazem o processo de doutorado após a vigência do atual Modelo Capes de Avaliação, implantado a partir de 1997, estão mais adaptados ao produtivismo acadêmico.

Uma das entrevistadas relata exatamente esse sentimento em relação ao produtivismo acadêmico que, como vimos, foi incorporado pelos doutorandos:

[...] nós estamos vivendo um tempo muito complicado. Um tempo em que as pessoas não param para pensar. [...] eu vejo que nós estamos sempre devendo, e essa instituição universitária está sempre atrasada, o prazo é sempre para ontem, o congresso é sempre [...]. A gente sempre está correndo atrás do tempo. Mas, na verdade, o tempo não se modificou (Da11).

Por vezes, essa realidade de conformação à lógica de avaliação da CAPES aparece nos discursos dos entrevistados, como se pode observar neste depoimento:

[...] independente do tempo, tem gente que é comprometido e que quer fazer um trabalho sério, esse aí se for três anos, se for quatro, o pouco que eles produzirem vai ser bom. Tem gente que quer um título, sabe? E está voltada muito mais, a pesquisa é uma questão puramente subjetiva, [...] vai depender da pesquisa, vai depender do comprometimento. Porque eu acredito que tem pessoas que tu pode dar sete anos que não adianta, não vai sair uma coisa que preste ali. Não sei se é o tempo que tem influenciado nisso. Eu acho que o que acontece é que daí tu tens que recortar melhor o teu trabalho, mas isso não quer dizer que isso vá afetar na qualidade (Da05).

Além disso, ainda que alguns depoimentos dos doutorandos apontem para a necessidade de um tempo mais ampliado para a concretização de suas pesquisas, há uma espécie de conformação à lógica CAPES, por meio de discursos do tipo “*não há nada o que fazer*” ou “*temos que cumprir os prazos*”, independentemente dos desgastes físicos e emocionais citados por alguns dos entrevistados.

Dentre os que afirmam que o tempo é suficiente podemos perceber que uma das justificativas está relacionada ao perfil dos estudantes, como nos afirma Da07:

Hoje nós não temos mais um perfil de estudantes de doutorado que talvez há muitos anos atrás tinha quando o doutorado era cinco, oito anos. Hoje nós temos trabalhadores fazendo o doutorado. Também têm os que são estudantes, os que não têm nenhuma atividade e que dependem da bolsa, mas ao dependerem da bolsa eles nos restringem em muita coisa.

Um outro entrevistado (Do08) afirma que “*é imprescindível esses quatro anos né? Para esse tempo de maturação*”. Observamos nesta fala que a preocupação não está relacionada ao aumento do tempo do doutorado, mas de pelo menos serem disponibilizados os quatro anos. Sobre o tempo de quatro anos e a possibilidade de fazer parte do doutorado em outro país uma entrevistada afirma que

[...] dá para dizer que é um tempo muito bom. Eu não diria que precisa nem de mais nem de menos. Acho que para mim foi um tempo perfeito porque tem o tempo das disciplinas e eu tive a oportunidade de ir para fora. Então só de passar um tempo fora a gente vê quanto aprendizado a gente tem, quanta coisa que a gente vê nesse momento de formação do doutorado, que em outro momento pode ser que você não tenha (Da06).

A possibilidade de fazer parte do doutorado em outro país foi relatada pelos cinco doutorandos que tiveram essa oportunidade. Uma das entrevistadas também se manifesta sobre esse período, porém afirma que “[...] *o doutorado sandwich ele te toma um tempo incrível. Um ano. E chega lá, por mais que tu tenhas um projeto para desenvolver, eles querem que tu faça outras coisas. Você pensa que vai conseguir produzir durante as coisas lá e não consegue*” (Da04). Também sobre o período de doutorado *sandwich* e a quantidade de informações coletadas Da07 relata que “[...] *quando volta, até tu voltar e fechar, tu perdeu de seis meses a um ano*”. Observamos nesses relatos que as duas doutorandas tem uma preocupação com o tempo de finalização da tese, visto que dispenderam praticamente um ano, dos quatro do doutorado, para realizar a pesquisa em outro país.

Essa preocupação em finalizar a tese está presente nos relatos de todos os entrevistados e para que isso aconteça os doutorandos lançam mão de algumas estratégias. Primeiramente precisamos ter presente que contamos com manifestações de dois tipos de doutorandos: os que ainda

se inserem apenas como estudantes - ou que não estão trabalhando e têm dedicação exclusiva à tese - e os que estão trabalhando e precisam conciliar o tempo do trabalho profissional com o tempo da tese. Dentre os doutorandos que trabalharam durante o Curso alguns afirmaram que não conseguirão concluir a tese no período previsto, portanto precisariam de prorrogação.

Dentre aqueles/as que trabalhavam duas doutorandas (Da04 e Da11) precisaram parar por um semestre. Uma delas relata esse posicionamento da seguinte maneira “[...] *eu falei para a minha professora ‘eu preciso parar’. Parei no primeiro semestre do ano passado, porque daí seria o período de eu qualificar e eu disse ‘não, calma, uma coisa de cada vez’*”. Além desses pós-graduandos, duas doutorandas passaram pela maternidade durante o doutorado, passando legalmente a contar com mais tempo - 4 meses - para concluir a tese.

Da07 relata o fato de ter que ‘abrir mão de algumas coisas’, caso contrário não conseguiria “*dar conta*”. E ressalta:

Tenho que deixar muita coisa em segundo plano. Realmente a vida pessoal que fica em segundo plano, deixa de sair para alguns lugares. As férias se foram, já se foram há quatro anos. E quando os prazos vão chegando, tem que abrir mão de algumas coisas. A minha família e o namorado ficam em segundo plano. Os horários são restritos, tem que fazer isso, se não não dá conta não.

Uma das entrevistadas relata uma de suas estratégias para conciliar o tempo do doutorado com o tempo do trabalho:

O meu tempo de escrita é um tempo que eu preciso otimizar muito né? Porque eu sou funcionária federal, sou professora federal. Trabalho 40 horas semanais. Eu fiz todo o meu doutorado trabalhando né? Primeiro como técnica na UFSC e depois como professora a partir de novembro de 2011. Então eu preciso me organizar muito bem, inclusive em períodos de final de semana e de recesso e as madrugadas inclusive para a escrita do texto de tese, inclusive tive que, eu prorroguei o meu tempo de março até junho, então prorrogação curta até, porque os últimos ajustes, as últimas orientações e tal (Da05).

Essa estratégia, bastante comum entre os doutorandos, tem implicações em outros aspectos do tempo da vida social dos estudantes, que fica em segundo plano, confundindo o tempo de doutorado com o próprio tempo de vida e dificultando a conciliação da vida social com as obrigações do doutorado - quando na verdade o tempo de doutorado deveria ser um tempo *na* vida do pesquisador (ARAÚJO, 2006).

Outra depoente afirmou que uma de suas estratégias foi pedir um período de afastamento do trabalho, porém esse afastamento “*foi negado e eu (somente) consegui um afastamento menor. E isso me facilitou terminar. Então eu considero que esta foi a estratégia que viabilizou a conclusão do meu curso*” (Da10).

Além dos pedidos de afastamento dos trabalhos, a maioria dos doutorandos disse que uma das estratégias é ter disciplina. Neste sentido, uma participante da pesquisa, que não mora no estado de Santa Catarina, indicou a estratégia que utilizou:

Eu consegui fechar todas as disciplinas no primeiro ano e aí, lógico, a estratégia é ter disciplina. (Risos). E daí, além de fazer as disciplinas todas, entreguei todos os trabalhos no primeiro ano. Isso me ajudou muito. Eu fiquei com três anos só para me dedicar à tese mesmo. E, claro, a disciplina de estar sempre lendo, registrando, produzindo. Muita coisa eu não aproveitei. Eu tenho muita coisa escrita que depois eu voltei, aproveitei pouca coisa mais eu fui registrando tudo. Acho que isso é importante (Da14).

Os doutorandos que estão com dedicação exclusiva optam por outras estratégias. Uma das entrevistadas afirma: “*eu procuro manter as minhas quatro horas, as minhas seis horas de estudo diárias que é o tempo que eu consigo. Às vezes eu preciso de mais tempo, às vezes eu consigo ficar oito, às vezes eu consigo ficar dez*” (Da12). Duas das entrevistadas (Da06 e Da13) afirmaram que a estratégia é ‘*dormir pouco*’. Da13 reforçou: “*eu costumo trabalhar na pressão assim, tipo o prazo começa a apertar [...] o que é bem ruim porque daí tu vive com o estresse*”.

Percebemos pelo teor das falas dos/as participantes da pesquisa uma preocupação com a temporalidade no sentido de cumprimento dos prazos, e não na temporalidade de concretização da pesquisa. Nesse

caso, os pedidos de prorrogação dos prazos de defesa da tese³⁶ têm, ao mesmo tempo, conotações positivas e negativas: positivas no sentido de possibilitar um pouco mais de tempo para aprimorar a tese; por outro lado, isso conta negativamente para a avaliação do Programa e, em última instância, para o próprio doutorando em relação aos demais.

Ao justificar seu pedido de prorrogação Da02 afirma que foi pelo fato do retorno ao trabalho de 40 horas semanais ter coincido com a finalização da tese. E acrescenta:

É, esse último ano eu voltei a trabalhar [...] o prazo a princípio encerrava, metade, final de fevereiro e eu pedi prorrogação, porque a parte final da escrita, que é a hora que tu tens que aprimorar o texto né? [...] Hoje eu estou tendo que trabalhar, voltar às minhas atividades profissionais e o tempo que me resta para concluir a tese é feriado, sábado e domingo e as noites, só que depois de tu trabalhar oito horas, as possibilidades de produção no final do dia são bastante limitadas.

Os doutorandos afirmam também aperceberem-se às voltas com uma espécie de enigma da esfinge - “decifra-me ou te devoro”!, numa lógica de competitividade e individualidade que acossa os pesquisadores na PG: “*Ou você produz algo assim, raso, ou você demora mais tempo do que os outros, então é uma escolha bem, bem difícil*” (Da01).

Da parte de alguns entrevistados há a percepção de que a pressão a que estão sujeitados tem a ver com algo mais amplo, isto é, com a própria lógica do sistema hegemônico. É o que se pode depreender do depoimento de Da12:

O que se modificou foram as ações humanas e esse mundo doido que nós vivemos, com esse modo de produção extremamente desumanizante, que nos coloca um tempo de trabalho absurdo. E a gente não tem tempo para nada e aí a gente justifica tudo pela falta do tempo também. É porque implica no modo de produção, como as pessoas vivem, produzem e reproduzem a sua vida. No capitalismo tempo é dinheiro, literalmente.

Por fim podemos afirmar que, a partir das análises anteriores percebemos que a revolução impulsionada pelos usos das TIC, resulta

³⁶ Dos/as 16 doutorandos/as entrevistados/as cinco fizeram uso dessa opção.

em um duplo efeito: por um lado, aumenta a relevância do fator humano nos processos de produção e de serviços e, por outro, eleva a vulnerabilidade das pessoas submetidas aos efeitos colaterais indesejáveis das inovações tecnológicas decorrentes da intensificação do trabalho e do alargamento da jornada de trabalho, seja referente aos docentes ou aos doutorandos inseridos em um PPG.

5.1.3 Qualidade das teses e produtividade acadêmica

Em novembro todo mundo recebeu um e-mail dizendo assim: 'olha o prazo de vocês se esgota em fevereiro, agendem suas defesas porque em janeiro estaremos fechados. A secretaria está fechada'. É, teve muita pressão para as pessoas não prorrogarem, de dizer assim 'não façam isso porque não pode'. (Da13)

Nesse item iremos enfatizar como os doutorandos se referem à qualidade das teses nesse tempo cada vez mais restrito e indutor da produtividade acadêmica. Percebemos que os doutorandos dizem que houve uma mudança no significado que a produção de uma tese tinha em tempos anteriores e aquele atribuído nesse momento histórico, procurando apreender a atual situação de fazer um doutorado em menos tempo e de construir-se doutores em condições nem sempre favoráveis. Referências a mudanças aparecem nas entrevistas concedidas, como a manifestação de Da13: “*Nós não vivemos em um momento em que a pessoa faça em dez anos o doutorado. [...] a tese não é mais o trabalho da vida das pessoas. O doutorado é o início de uma carreira, então eu acho que também faz sentido delimitar um pouco*”.

Outra entrevistada também compara o desenvolvimento da sua tese com a situação daqueles que a precederam em tempos quando o prazo para a conclusão era menos restrito. Ao mesmo tempo faz referência à qualidade das teses:

Eu compreendo assim, é uma tese, mas não é o trabalho da minha vida. Se você pensar que é o trabalho da sua vida é aquilo que você tem que ser impecável, você não faz. Então se pensar que hoje raramente as pessoas pegam uma tese para ler [...] elas vão ler os artigos que estão online, né? [...] mas se for para comparar com o tempo que tinha antes, 20 anos, 30 para fazer uma tese,

hoje são quatro. Não tem como exigir uma qualidade de uma tese única (Da06).

Especificamente sobre o tempo para produção de uma tese e a qualidade desta uma das entrevistadas relata que “[...] *estão cada vez mais compartimentadas, mas faz parte do próprio processo, cada vez você se aprofunda mais em algum fator. Tem gente que diz que são migalhas, poeiras e pedacinhos de mosaicos, mas eu acredito que é o próprio processo da ciência hoje*” (Da16). Percebemos que há uma lógica de adaptação a uma nova maneira de fazer pesquisa tanto no que se refere à concordância em relação ao tempo limitado quanto com o recorte da temática. A este respeito, uma das participantes da pesquisa afirma que “[...] *é uma tendência que existe no mundo a cada vez mais produzir mais em menos tempo. Não só da CAPES, mas do mundo do trabalho*” (Da04).

Essa exigência por produção em menos tempo pode interferir, empobrecendo o processo de pesquisa e análise, como podemos constatar no depoimento a seguir:

[...] tem muitas pesquisas que acabam sendo penalizadas em seu resultado. Eu mesma talvez pudesse realizar entrevistas com professores (mas) acabei me reduzindo a um grupo focal e com dados quantitativos. Talvez se tivesse mais tempo para aprofundar, quem sabe sairiam trabalhos mais sólidos, com maior aprofundamento teórico, maior aprofundamento da análise dos dados coletados. Eu senti um pouco isso, porque trabalhando [...] eu passei todas as férias desse tempo só trabalhando. Então é uma questão que pressiona você. É o teu objetivo fazer o doutorado, concluir o doutorado, mas muito provavelmente se tivesse mais tempo, nós conseguiríamos aprofundar as análises e fazer uma tese mais consistente (Da05).

As penalidades para os PPG referentes ao não cumprimento do prazo de defesa em quatro anos para cada doutorando, provocam uma pressão sob estes no sentido de ficarem divididos entre ‘prejudicar o Programa’ ou ‘prejudicar a qualidade da tese’. Uma das entrevistadas afirma entender “[...] *que se eu terminasse em julho eu prejudicaria o Programa, mas ou eu prejudicaria o Programa ou eu prejudicaria o meu trabalho. Eu não teria como fazer um trabalho de maior qualidade sem que eu tivesse um tempo maior*” (Da10).

Por outro lado, um dos entrevistados afirma que a qualidade das teses depende de vários elementos que condicionam o desenvolvimento da pesquisa. Neste sentido afirma:

Depende do doutorando, depende da orientação, depende da condição que a pessoa tem, se tem dedicação exclusiva ou se não tem, dos acidentes, então isso tudo vai interferir na produção do teu texto, da tua pesquisa. Dependendo das circunstâncias você pode produzir, aliás têm resultados muito bons. Você vê aí algumas têm teses que são premiadas, que são elogiadas nas defesas, colegas meus da minha linha inclusive, mas têm algumas que são atropeladas devido a essa situação, quer dizer que tem qualidade sofrível (Do15).

Alguns entrevistados afirmaram que a qualidade das teses não está relacionada somente com o tempo delimitado para a sua conclusão. Uma das depoentes (Da14) compara as teses de décadas anteriores com as que são desenvolvidas nesse momento afirmando: “[...] *A qualidade baixou bastante o nível. Eu tenho lido teses, do período da década de 80, 90 que o mestrado era feito em sete, oito anos. Você lê uma dissertação de mestrado daquela época e tem muito mais qualidade do que muitas teses de hoje*”.

De outro participante da pesquisa ouvimos que um depoimento que compara aquilo que ele lê com o seu próprio processo de elaboração: “*os trabalhos que eu vi são trabalhos feitos com qualidade, [...] suponho que gastaram muita energia para serem feitos. Eu não consigo conceber que as pessoas saem escrevendo um monte de coisas, eu sofro para escrever [...] para produzir uma página, duas*” (Do08). Ainda sobre o processo de escrita da tese e o cumprimento do prazo uma das entrevistadas afirmou: “*tenho que concluir agora a tese, é doído, como qualquer coisa, dói escrever, ainda mais com prazo*” (Da13).

Além das exigências de cumprimento de prazos umas das entrevistadas relata que a dinâmica do doutorado demanda outras questões que vão para além do desenvolvimento da tese e frequência às disciplinas: “[...] *you tem grupo de pesquisa, you tem os congressos, tem a participação e produção para a participação, you é convidada para produzir artigos para estar publicando em revistas*” (Da02).

As revistas pontuadas (*Qualis*) pela CAPES e a qualidade das publicações foi objeto de análise de uma das nossas entrevistadas, que assim se manifestou:

Há revistas que só aceitam doutores, ou doutorandos com os seus orientadores. Que são as revistas que são pontuadas pela CAPES, então tu não consegues publicar; evento quase não é avaliado, e também a qualidade dos eventos atualmente, até em função da exigência da CAPES de publicação e apresentação, também eu acho que já estão um pouquinho questionáveis. Porque publica-se de tudo, aceita-se de tudo [...]. Virou algo produtivista, mecânico, os artigos são publicados sem muita análise (Da07).

Nesse sentido, Duarte Jr. (2010) denomina essa desenfreada proliferação de *papers* em todas as áreas de “papéis podres” (*rotten papers*). No que se refere aos eventos, que também foram citados anteriormente por nossa entrevistada, Salles (2010) alerta para os riscos de sua proliferação resultar na falta de aprofundamento das discussões nas apresentações dos pesquisadores resultando no que denomina de ‘turismo de eventos’ (SALLES, 2010). Na mesma direção Waters (2006, p.42) também faz críticas dizendo que “o que conta é o produto e não sua recepção, não seu uso humano”.

A limitação de elementos de análise e o ‘requeitamento’ de publicações também é citada por outra entrevistada: “*Essa lógica de publicação que faz com que muita coisa seja repetida ou de muitos autores que não fizeram e que só estão assinando. Então é uma lógica medíocre mesmo da academia, que a gente acaba entrando, tendo que, sei lá, engolir*” (Da06).

A redução do tempo em nome de uma produtividade, certamente está mais relacionado a *rankings*, a classificações, à economia de recursos do que com o processo formativo. O tempo do doutorado combinaria mais com um tempo de intensidades e que não deveria ser limitado ao tempo cronológico. Conforme um depoente, “[...] *nós podemos estar escondendo determinados tipos de interesse e criando um bando de doutores que não ‘ruminaram’, que não puderam, de fato, trabalhar com mais intensidade as pesquisas*” (Do08).

A análise dos depoimentos que nos foram fornecidos pelos entrevistados possibilita-nos fazer algumas constatações acerca do sentido que atribuem às TIC. Primeiramente, convergem ao se manifestarem a respeito de que a disseminação das TIC está propiciando muitas facilidades, com inegáveis contribuições, como vimos em capítulos anteriores. Por outro lado, explicitam o quanto essas estratégias calcadas nas TIC tornam possível a invasão do espaço-tempo

dos envolvidos com a PG quando essas conquistas deveriam proporcionar melhorias na vida das pessoas.

Ainda que as TIC tenham sido apresentadas e defendidas como possibilidades objetivas de otimizar o tempo de pesquisa e que apareçam dessa forma nas políticas educacionais para, entre outros, justificar a possibilidade de encurtamento dos cursos de PG, até onde é possível depreender das falas dos entrevistados as temporalidades na PG pouco têm sido alteradas em função do uso das TIC, pois há outras temporalidades essencialmente humanas que as TIC, neste momento, não podem contornar.

Ao sinalizar essas questões, ressaltamos o potencial técnico disponível e, em paralelo, as condições de apropriação/inclusão tecnológica e, principalmente, sua utilização para acelerar o tempo e contribuir para que as pessoas sejam sobrecarregadas com mais atividades a cumprir. E esse processo faz com que, na dinâmica da PG, as pessoas sejam obrigadas a construir estratégias que, analisadas do ponto de vista pessoal, garantem a sobrevivência de si, a sua inserção no Programa, e uma boa avaliação para o Curso. Mas, de outra parte, podem também provocar situações que permitem que se levante questionamentos sobre a qualidade das produções dos envolvidos com a PG, bem como as decorrências para sua própria vida, para além da ambiência universitária.

O que constatamos é que mesmo havendo manifestações contrárias à pressão por produtividade e controle do tempo de conclusão do Curso a capacidade de resistência é suprimida e aquilo que foi sendo construído passa a ser concebido como normal ou natural. Seria algo próximo àquilo que Kuhn (2000) denominou de período de “ciência normal”. Podemos dizer que os futuros doutores se habituariam a essa nova indução no que diz respeito à diminuição do tempo de formação e aumento da produtividade, independentemente da qualidade da formação e dos ‘produtos’ produzidos e publicizados.

ONDE CHEGAMOS? PARA ONDE PODEMOS IR?

Velho sol bobo e atarefado,
 Por que você nos chama
 Pelas janelas e cortinas?
 As estações de quem ama
 Seguem teu curso, por acaso?

Vá acordar meninas
 Atrasadas para a escola
 E aprendizes infelizes,
 Seu malandro pedante
 E descarado;

Vá dizer aos caçadores reais
 Que o rei vai à caça,
 E às formigas do campo
 Que vão para os trigais.

O amor despreza climas e estações
 E são farrapos do tempo
 Para ele

As horas, os dias e os meses.

(DONNE, apud, MC LUHAN, 1995, p. 101).

O poema acima denominado “*The Sun Rising*”, traduzido para o português como “O Sol raiando” foi recitado por um dos entrevistados (Do08) no momento da entrevista. Esse poema retrata a disputa entre o tempo *Chronos* e o tempo *Kairós*. Dito de outra maneira, não há coincidência do tempo medido com o tempo de intensidades e o poeta questiona a noção do tempo mecânico, do tempo do relógio, criticando a hegemonia desse tempo.

Cada época, cada povo, cada pessoa constrói gradativamente a sua própria ótica temporal. Portanto, pela sua flexibilidade, cada um de nós tem apropriações diferentes do tempo, de acordo com nossos interesses, culturas e valores. Essa ótica é construída historicamente e influenciada pelo modelo que detém a hegemonia do modo de organização e funcionamento da sociedade.

Com o advento das TIC os padrões tradicionais de utilização do tempo são colocados em questão. A categoria tempo é histórica, flexível e variável. Neste sentido concordamos com Marques (2008) quando diz que qualquer definição única que se dê à idéia de tempo é indubitavelmente insuficiente para explicá-lo.

O que pretendíamos nessa dissertação não era explicar o que é o tempo, mas sim esse paradoxo temporal dos dias de hoje, no qual as TIC e a forma como estão sendo utilizadas, interferem ora para potencializar capacidades humanas, ora para substituí-las, com todas as consequências advindas daquilo que representam essas aplicações tecnológicas inseridas nesses extremos polares.

Mais especificamente em relação à nossa temática de pesquisa, após leituras, entrevistas e reflexões, podemos afirmar que os recursos tecnológicos - racionalizações humanas - que podem ser utilizados para a realização do doutorado e, particularmente no desenvolvimento da tese, não forneceram elementos para justificar a redução do tempo do doutorado. Mesmo que alguns doutorandos afirmem que o tempo de quatro anos para a realização do processo de doutorado seja suficiente há, em suas manifestações, contradições no que se refere à falta de tempo, seja para dedicação ao trabalho ou a vida pessoal.

Os desafios decorrentes das novas temporalidades mediadas pelo uso das TIC são muitos e atingem os envolvidos com a PG de forma, muitas vezes dramática, como pudemos perceber em alguns depoimentos. Nesse sentido, visualizamos que alguns doutorandos que não incorporaram em seus hábitos outros recursos diferentes do uso do *e-mail*, a pesquisa *online* para a procura de bibliografia e uso de editores de texto afirmam que qualquer outro recurso tecnológico que não esteja relacionado com os citados anteriormente lhes são ‘estranhos’ e a sua incorporação “*acaba tomando mais tempo (Da13)*”.

Com o grande avanço tecnológico constatado como resultante de pressões por produtividade - na empresa e na academia -, pela busca de radicalizar a globalização do sistema vigente instaura-se uma nova maneira de ser, agir, pensar e se comunicar *com* e *no* mundo, como afirma uma das entrevistadas ao ressaltar, referindo-se a especificidade do doutorado: “[...] *you tem que elaborar um outro tipo de pensamento quando you vai fazer por escrito, que não pode errar, que não pode recortar, copiar, colar*”.

A partir dessa compreensão, que nos foi possibilitada após leituras e a análise dos dados obtidos por meio das manifestações dos doutorandos, retomamos os objetivos inicialmente previstos a fim de verificar seu alcance ou não. Tínhamos como objetivo central analisar como os doutorandos do PPGE/UFSC relacionam a categoria tempo com o instrumental tecnológico disponível para fazer frente ao desafio da pesquisa, da elaboração da tese e da conclusão do seu curso. Percebemos que, incapazes de modificar ou reduzir o ritmo do tempo, os doutorandos organizam os universos das práticas cotidianas orientados

para a satisfação de demandas do presente, sendo um dos principais desafios a incorporação e uso das TIC para fazer frente às exigências representadas pela redução do tempo para concluir o doutorado e a preocupação de fazer pesquisa qualificada e elaborar uma tese que não se esgote apenas no cumprimento de uma exigência legal para alcançar o título de doutor.

Se esta é a questão mais de fundo, contudo, mais urgente para o pós-graduando é concluir, e no tempo estipulado, o seu doutorado, sob pena de sofrer sanções individualmente, e ainda, prejudicar o coletivo ao qual pertence, o Programa de PG. Isto é, a questão do tempo e do uso das TIC deixou de ser uma opção para transformar-se em compulsoriedade, demandando assim que se pesquise esse processo e suas decorrências, seja para a vida dos doutorandos, seja para a produção e veiculação do conhecimento.

Dentre os objetivos dessa dissertação, mencionados inicialmente, o único que alteramos foi aquele relacionado ao entendimento, por parte dos participantes da pesquisa a respeito da sociedade da informação e conhecimento, uma vez que na fase de qualificação a banca indicou que esta seria uma questão para ser esclarecida mais via literatura do que pelos depoimentos e compreensão dos entrevistados. As leituras e reflexões posteriores ratificaram este redirecionamento, afirmando-se a compreensão, corroborada por Moran (2007) no sentido de que ainda não chegamos à sociedade do conhecimento, visto que o acesso à informação pode estar facilitado, mas para que a informação se transforme em conhecimento é preciso construir uma análise daquilo que se teve acesso imeditado, inclusive utilizando as próprias TIC. Em outras palavras, a quantidade não se transforma em qualidade apenas frente à ampliação das condições e do estoque de dados.

Com relação aos outros objetivos previstos acreditamos que tenham sido alcançados e explicitados por meio da criação das sete categorias de análise que construímos para compreender como os doutorandos do PPGE/UFSC relacionam a categoria tempo e as TIC no processo de pesquisa e desenvolvimento da tese. A partir da construção dos três blocos de análise conseguimos englobar os outros objetivos específicos.

Partindo do pressuposto de que o capital se produz e reproduz com base na exploração da força de trabalho e para que isso se efetive modificam-se algumas formas desta maneira de submeter o trabalhador à expropriação da sua força física e mental visualizamos, nos últimos anos, que o crescimento acelerado das inovações tecnológicas ampliou

as possibilidades de integração e comunicação e, dentre outros aspectos, alterou as percepções do espaço e do tempo.

O “aqui e agora” (“*here and now*”), expressão que ganha materialidade e celeridade a partir da disponibilização de tecnologias, tornaram-se palavras de ordem tanto no mundo empresarial quanto na academia. A incorporação do “*não deixar para depois o que se pode fazer hoje*” também permeia as relações de trabalho e o controle do tempo está diretamente relacionado com esse processo que estamos vivenciando na sociedade capitalista, perpassando também a vida e os desafios de quem se insere em um doutorado, com menos tempo para concluí-lo e com decorrências para o coletivo, caso o indivíduo falhe no processo.

Frente a tantos dilemas, ao invés de chegar a conclusões acreditamos que seja mais pertinente nos perguntarmos: o que podemos fazer? Uma forma simples seria procurar culpados atribuindo as responsabilidades aos órgãos de avaliação e financiamento ou aos próprios envolvidos com a PG que se submetem às exigências desse órgãos.

As manifestações de alguns entrevistados apontam uma certa maneira de submissão a essa lógica produtivista - ou uma “*lógica medíocre*” como cita uma das entrevistadas - que enfatiza mais os resultados do que o processo, colocando a ênfase no “produto”. É perceptível, pelos depoimentos, que discordam dessa lógica de mercado que foi incorporada à academia, como Waters (2006) e tantos outros autores que nos subsidiaram. Por outro lado, no entanto, não vêem outra saída como se pode depreender da fala de uma depoente: “[...] *a gente acaba entrando, tendo que, sei lá, engolir*”. Complementarmente outro entrevistado refere-se às possíveis consequências dessa lógica produtivista para a qualidade da pesquisa dizendo que podemos apenas estar “[...] *criando um bando de doutores*”.

Os dados de que dispomos, por meio da revisão de literatura ou resultantes das nossas entrevistas, permitem apontar para um começo de resposta. Primeiro que precisamos considerar que os doutorandos estão refletindo sobre essa lógica produtivista e criando estratégias de resistência, embora ainda no marco do legalmente permitido, seja por meio de prorrogações ou trancamentos no decorrer do Curso. Segundo que não há uma culpabilização, por parte deles, dos órgãos de financiamento e avaliação, pois dizem que os movimentos são mais complexos e precisamos considerá-lo como um todo - posição esta que deveria estar no horizonte da práxis do professor, pesquisador,

intelectual - analisando a sociedade capitalista na sua busca incessante de destruir todas as barreiras que impedem o desenvolvimento do capital, como já alertava Marx (1989) nos *Grundrisse*.

No conjunto, esses aspectos formam um quadro complexo que pode levar a um estado de precarização do trabalho acadêmico e docente na PG, pelo redimensionamento do tempo e do espaço; demandas por novas qualificações; necessidade de materialização do trabalho do pesquisador no ciberespaço e o conseqüente controle sobre seus processos de trabalho; desgaste emocional decorrente da ubiquidade que permeia seu trabalho; necessidade de manejo e gerenciamento de novas tecnologias no processo de pesquisa e ensino, dentre outros.

Esse movimento, por sua vez, não pode ser compreendido pelas tecnologias em si, mas pelas relações sociais de produção na forma capitalista, que impõe sua lógica a todos os segmentos da vida social, incluídas aí as políticas de avaliação e regulação da PG, via CAPES. Essas políticas, asseguradas pela disponibilização de tecnologias podem, por um lado, facilitar o trabalho dos envolvidos com a PG, mas de outro trazem a possibilidade de intensificar os processos de trabalho, da apropriação de tempo e uma série de outras conseqüências, que no limite, podem levar àquilo que Codo et al (1999) denominam de “síndrome da desistência” (*burnout*).

Os depoimentos autorizam a que se afirme que os doutorandos estão adaptando-se ou conformando-se à lógica produtivista na medida em que se sentem pressionados frente a exigências de leque cada vez mais amplo em tempos que não param de restringir-se. Parece que aos/as doutorandos/as não dispõem de outra opção: ou aderem a esse movimento ou correm o risco de defrontarem-se com a dificuldade de fazerem parte da categoria de pós-graduandos/as. “Publicar ou morrer” (EVANGELISTA, 2006; WATERS, 2006), parece ser o enigma, o desafio a ser desvendado/superado, como se o tornar-se doutor/a, nos dias de hoje, representasse metaforicamente uma atualização do mitológico Pórtico de Tebas³⁷.

Podemos afirmar ainda que há um entendimento, por parte dos doutorandos, no sentido de caracterizar as TIC como criações humanas e que dependendo do seu uso podem trazer melhorias nas condições de produção e da veiculação do conhecimento, bem como da sua própria vida/trabalho. Portanto, o que precisamos fazer é considerar todas essas

³⁷ Diante desta situação os doutorandos sentem-se como os mitológicos viajantes frente ao pórtico da cidade de Tebas, onde a esfinge os desafiava: “decifra-me ou te devoro” (BRANDÃO, 1991).

questões no sentido de qualificar a análise sobre as apropriações espaço-temporais no processo do doutorado a partir do uso das TIC.

Pelos depoimentos podemos depreender que há duas formas predominantes de conceber o uso das TIC. Alguns dos entrevistados foram enfáticos ao afirmar a não relação direta da categoria tempo com o uso das TIC, explicando que o comprometimento com o trabalho de pesquisa a ser desenvolvido e as condições do pesquisador determinam com mais intensidade a conclusão do Curso no tempo previsto do que o uso das TIC. Porém a maioria posicionou-se de forma diversa, afirmando que o uso das TIC, no processo do curso e do desenvolvimento da tese otimiza, pelas inúmeras facilidade que seu uso proporciona.

Os dados da pesquisa permitem afirmar que o desenvolvimento tecnológico atual favorece não apenas a ‘personalização’ dos tempos, mas a fragmentação das temporalidades individuais em diversos caminhos, como vimos no subitem “Choque de Temporalidades: entre *Chronos* e *Kairós*”. A mesma pessoa vivencia múltiplas temporalidades: vida pessoal, profissional, acadêmica. Essas temporalidades se mesclam e dependendo do momento, como citado pela maioria dos doutorandos, é preciso priorizar uma dessas temporalidades.

Nossos entrevistados afirmaram, com exceção de uma doutoranda, que a vida pessoal ficou secundarizada com relação a vida acadêmica no período de realização do curso, evidenciando ou reforçando os ‘achados’ e as reflexões de Araújo (2006 e 2007) em suas pesquisas sobre o “tempo do doutorado”. Evidencia-se assim que há uma indiferenciação dos tempos pessoais e profissionais provocada pelo excesso de atividades nas quais estamos submetidos e uma sensação de que, dependendo do que os pós-graduandos estão fazendo, são tomados por uma apreensão que pode ser traduzida como: “*estamos perdendo tempo*”.

A incorporação desses tempos móveis, permeados pela flexibilidade, precisaria ser assimilada de uma nova forma. A linearidade com a qual o tempo foi apreendido em outros momentos *pré-internet* poderia servir de base para a compreensão das mudanças de apropriações espaço-temporais, para que se tornasse possível avançar no sentido de organizar esses tempos permeáveis, de modo a garantir o acesso desses recursos tecnológicos a todas as pessoas e que a utilização desses garantisse sua condição de mediadoras dos processos de produção do conhecimento.

A *web* favorece possibilidades de comunicação entre pares independentemente do tempo e do espaço. Essa potencialização no

acesso e na velocidade das informações pode significar também a invasão do espaço pessoal e privado, porém em nenhuma das manifestações dos entrevistados ficou explícita essa ‘invasão’ via TIC. Por meio das manifestações dos doutorandos podemos afirmar que o controle e a pressão que podem ser exercidos pelo uso das TIC, por seu caráter ‘encurtador de distâncias’ no qual as pessoas parecem estar sempre disponíveis para acessar os recursos tecnológicos, não foi sinalizado como problema pelos doutorandos.

Talvez pelo fato de a maioria dos doutorandos estarem acostumados ou terem incorporado as tecnologias em suas práticas cotidianas e/ou terem vindo de uma experiência de mestrado - já que a maioria ingressou no doutorado logo após a conclusão do mestrado - que pode ter possibilitado o uso desses recursos, mesmo que limitados, se compararmos com a quantidade e diversidade daquilo que se dispõe hoje em termos de TIC.

De outra parte, um dos fatores que pode ter influenciado a não explicitação de que as TIC são fatores de pressão é a faixa etária da maioria dos doutorandos, situando-se entre 30 a 40 anos. O fato de terem nascido em um ambiente permeado pelas TIC - caracterizando-se predominantemente como “nativos digitais” [X “migrantes digitais”]³⁸, na já questionada classificação de Prensky (2001) -, esses doutorandos podem estar acostumados com o uso desses recursos e, por esse motivo não percebem a pressão causada pela sua compulsória utilização.

De qualquer forma a preocupação com o processo formativo dos futuros doutores continua em pauta, conforme denúncia de tantos autores que nos subsidiam e que permitem que se afirme que titular mais um doutor, em tempo reduzido, não significa, *ispo facto*, que se conte com mais um intelectual, na perspectiva apontada por Duarte (2006), quando se refere à PG e a formação de intelectuais em educação.

Nesse sentido, as consequências, no mínimo questionáveis, que o desenvolvimento tecnológico garantiu com a invasão da lógica do mercado no espaço da academia nos fazem refletir sobre esse *locus* espaço-temporal de formação humana: a Universidade.

Por fim, nunca é demais ressaltar que o esperado seria potencializar o uso das TIC em benefício de uma formação que radicalizasse a perspectiva da omnilateralidade de todos, pois estas

³⁸ Esta divisão polarizada entre “nativos” e “migrantes” possibilita-nos compreender alguns fatores da incorporação do uso das TIC, porém já não dá conta de uma realidade complexa como é a de ‘aderir ou aderir’ aos meios tecnológicos.

podem ser mediadoras de processos de transformação na universidade por meio de alterações da práxis tradicional dos pesquisadores com a incorporação de novas formas de interação em ambientes físicos e virtuais. Na contemporaneidade, de fato, o desenvolvimento do processo formativo exige a combinação dos espaços presenciais com os virtuais. O uso das TIC na ambiência universitária desperta especial interesse na medida em que condiciona e repercute, entre outros aspectos, na qualidade do processo formativo. Afinal, o que se espera da PG é a formação de intelectuais críticos, engajados e não, conforme palavras de Follari (2006), “la retirada de los intelectuales”.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. *Confissões*. Livros VII, X e XI. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
- ALVES, G. *Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo, Boitempo, p. 43-87, 2011.
- ALVES, V. M. Organização e gestão do sistema educacional brasileiro: desafios e descompassos entre a pós-graduação e a educação básica. *Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*, 2005.
- ALVES, V. M. *Formação e trabalho de pesquisadores em pós-graduação: um estudo dos processos de institucionalização da pesquisa em IES 'emergentes'*. Florianópolis, 2008. 308f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- ANDRE, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, agosto de 2001. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 de março de 2013.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, E. R. *O doutoramento. A odisseia de uma fase de vida*. Lisboa: Colibri, 2006.
- ARAÚJO, E. R. O doutoramento, a estrutura da investigação e a gestão do tempo. In: ARAÚJO, E.; BENTO, S. *Como fazer um doutoramento? Desafios às universidades, práticas pessoais e organização dos tempos*. Porto: Edições Edicopy, 2007, p. 177-200.
- ARAÚJO, E. R. et al. (Orgs.). *O tempo, as culturas e as instituições. Para uma abordagem sociológica do tempo*. Lisboa: Colibri, 2008.
- ARAÚJO, S. M. Do fim do trabalho ao trabalho sem fim: tempos sem tempo. Comunicação apresentada no Seminário *O Futuro do Trabalho*, UnB, Brasília, 2 de maio de 2013, Projeto Trabalho: horizonte 2021/CNPq, Coordenação de Antonio David Cattani/UFRGS.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, F. C. de S. O futuro da pós-graduação brasileira. In: STEINER, J. e MALNIC, G. (Orgs.). *Ensino superior. Conceito & Dinâmica*. São Paulo: Edusp, IEA e FPESP, 2006.

BARRETO, R. G. A educação a distância no discurso da “democratização”. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional* (Curitiba. Impresso), v. 6, p. 43-55, 2011.

BEAUD, M. *Arte da Tese – como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BIANCHETTI, L. *Da chave de fenda ao laptop. Tecnologia digital, novas qualificações e desafios à educação*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

BIANCHETTI, L.; PALANGANA, I. C. A controvérsia da qualificação no debate sobre trabalho e educação. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, SC, v. 10, n.18, p. 133-163, 1995.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Publicar & morrer!? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 28, p. 51-67, 2009.

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (Orgs.). *Dilemas da pós-graduação. Gestão e avaliação*. Campinas: Autores Associados, 2009.

BIANCHETTI, L.; TURNES, L. As tecnologias de base microeletrônica e a intensificação do trabalho na pós-graduação: novos aportes na relação orientador-orientando. In: 36ª Reunião Anual da ANPEd, 2013. Goiânia. Universidade Federal de Goiás, 2013.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R. Produtivismo Acadêmico e decorrências para a vida/Trabalho de Pesquisadores brasileiros e europeus. In: XXX Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. *Cadernos ANPAE*. São Paulo: ANPAE, 2011. v. 1. p. 1-14.

BINDÉ, J. (coord.). *Rumo às sociedades do conhecimento*. Relatório Mundial da UNESCO. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

BLANCH, J. M.; CANTERA, L. La nueva gestión pública de universidades y hospitales. Aplicaciones e implicaciones. In: AGULLÓ,

E.; ALVARO, J. L.; GARRIDO, A.; MEDINA, R.; SCHWEIGER, I. (Eds.). *Nuevas formas de organización del trabajo y la empleabilidad*. Oviedo: Ediuno, 2011, p. 515-534.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRANDÃO, J. *Mitologia grega. Dicionário mítico-etimológico*. Petrópolis:Vozes, 1991. Vols. I e II

BRASIL. Conselho de Ensino Superior. *Parecer nº 977/65*, aprovado em 3 dez. 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília: CAPES, 2005.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, p. 137-147.

CALLINICOS, A. *Universities in a Neoliberal World*. London: Bookmarks, 2006.

CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CANCLINI, N. G. *Leitores, espectadores e internautas*. Editora Iluminuras, 2008.

CARLOTTO, M. S. Burnout e o trabalho docente: considerações sobre a intervenção. *Revista Eletrônica Interação Psy*, p.12-18, 2003.

CASTORIADIS, C. *A intuição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTELLS, M. *La era de la información: Economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza, 2000.

CHAFE, W. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In TANNEN, D. (Ed.) *Spoken and written Language: exploring orality and literacy*. Norwood: Ablex, 1982, p. 35-52.

- CHASSOT, A. I. Orientação virtual: uma nova realidade. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. *A bússola do escrever. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 2. ed. São Paulo e Florianópolis: Cortez e Editora da UFSC, 2006.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista brasileira de educação*. Rio de Janeiro: ANPEd, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 21-43.
- CHESNEAUX, J. *Modernidade-mundo*. 2 ed. Petrópolis : Vozes, 1996.
- CODO, W. *Educação: carinho e trabalho* Burnout, a síndrome de desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- COELHO, B. Políticas de informação, as tecnologias de informação e comunicação e a participação no âmbito da sociedade da informação: enfoque na inclusão digital do global ao local. *TransInformação*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 47-60, 2010.
- CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE n. 977/65. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, ANPEd, n. 30, p. 07 -22, set/out/nov/dez. de 2005.
- DE MEIS, L. et al. The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. *Braz J Med Biol Res* [online]. 2003, vol.36, n.9, p. 1135-1141 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2003000900001&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 de abril de 2014.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DELORS, J (Org.). *A educação para o século XXI: questões e perspectivas*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- DUARTE Jr., J.F. The rotten papers (ou adiós que yo me voy). In: DUARTE Jr. J.F. *A montanha e o videogame*. Escritos sobre educação. Campinas, SP: Papirus, 2010.

DUARTE, N. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação. *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC. Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2006.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EVANGELISTA, O. Publicar ou morrer. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. *A bússola do escrever*. Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo e Florianópolis: Cortez e Editora da UFSC, 2006.

FANTIN, M.; GIRARDELLO, G. Diante do abismo digital: mídia-educação e mediações culturais. *Revista Perspectiva* [online]. Florianópolis, v. 27, n. 01, p. 69 - 96, jan/jun. 2009. Texto disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/13128/12291>. Acesso em 22 de março de 2014.

FÁVERO, O. Reavaliando as avaliações da CAPES. In: ANPED. *A avaliação da pós-graduação em debate*. São Paulo, setembro de 1999.

FIDALGO, F. S. et al. (Orgs.). *A intensificação do trabalho docente*. Tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FOLLARI, R. A. La retirada de los intelectuales. *Perspectiva*. Florianópolis, NUP/CED/UFSC, v. 24, n. 1, p. 341-352, 2006.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA, R. L.; ALVES, N. A necessidade de orientação coletiva nos estudos sobre cotidiano – duas experiências. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. (Orgs.). *A bússola do escrever*: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.

GATTI, B. A. Mestrados e doutorados: questões de avaliação e políticas de ação. ANPED. *A avaliação da pós-graduação em debate*. São Paulo, setembro de 1999.

GATTI, B. A. Reflexões sobre os desafios da Pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPED, 18, p. 108-116, 2001.

- GEORGES, I. Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil. In: ANTUNES, R. e BRAGA, R. (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 213-230.
- GERMANO, W. *Cómo transformar tu tesis em libro*. Espanha: Siglo, 2008.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 375-413.
- GRAVES, R. *Los mitos griegos*. Buenos Aires: Losada, 1967.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, n. 22 (2): 15-46 jul./dez, 1997.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HEIDEGGER, M. *Seminários de Zollikon*. São Paulo: Educ, 2001.
- HESS, R. *Produzir sua obra – o momento da tese*. Brasília: Liber Livro, 2005.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HONORÉ, C. *Elogio de la lentitud*. Um movimiento de alcance mundial cuestiona el culto a la velocidad. Barcelona: RBA Libros, 2008.
- HOSTINS, R. C. L. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva*. Florianópolis, NUP/CED/UFSC, v. 24, n. 1, p. 133-159, jan/jun. 2006.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=sc> . Acesso em: 20 abril de 2014.
- JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: EDUSP e Trajetória Cultural, 1990.
- KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

- KIRK, G. S. et al. *Los filósofos presocráticos*. Historia crítica con selección de textos. Madrid, Gredos, 2014.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação e sociedade*. Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1363, set./dez. 2005.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LEMOS, A. *Cibercultura*. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. PortoAlegre, Sulina, 2002.
- LEMOS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. A. *Pesquisa em educação*. Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCHELLI, P. S. Formação de doutores no Brasil e no mundo: algumas comparações. *Revista Brasileira de Pós-graduação*. Brasília, CAPES, v. 2, n. 3, p. 7-29, 2005.
- MARQUES, J. B. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. *Rev. hist.* São Paulo, n.158, 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483092008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 de mai.de 2014.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MARTINS, C. B. Memória e objetivos do IV PNPG. In: BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-*

2010. Brasília, 2005. Textos de apoio ao PNPG, encomendados pela Comissão Nacional.

MARX, K. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. Espanha: Siglo Veintiuno, 1989.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATOS, O. Mal-estar na temporalidade: o ser sem o tempo. In: NOVAES, A. (Org.). *Mutações*. Ensaio sobre as novas configurações do mundo. São Paulo: Agir e Edições SESCSP, 2008, p. 235- 267.

MATTOS, B. V.; BIANCHETTI, L. Currículo analógico em um mundo digital: considerações sobre a dissonância entre a formação no ensino superior e as exigências do mercado de trabalho. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v.34, n.3, p. 63-73, Set./Dez. 2008.

MAZZILLI, S. *Orientação de dissertações e teses: em que consiste?* Araraquara: Junqueira&Marin, 2009.

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MCLUHAN, M. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem* (Understanding Media). São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 10 ed., São Paulo: Cultrix, 1995.

MENDONÇA, A. W. P. C. A pós-graduação como estratégia de reconstrução da universidade brasileira. *Educar em Revista*, Curitiba, Setor de Educação da UFPR, n. 21, p. 289-308, 2003.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MIRANDA, A. *Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos*. *Ciência da Informação* [online]. 2000, vol. 29, n.2, pp. 78-88. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2014.

MORAES, M. C. M. Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga, PT, v. 14, n. 1, 2001.

MORAES, M. C. M et al. (Orgs.). *Formação de professores*. Perspectivas educacionais e curriculares. Porto: Porto Editora, 2003.

MORAN, J. M. *Educação que desejamos*: Novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MORPHEW, C. C.; ECKEL, P. D. (Eds.). *Privatizing the Public University*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

NEGRI, A. *Kairòs, alma vênus, multidão*. Nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NERUDA, P. Oda a la Edad. In: Tercer libro de las Odas (1959). Santiago: Fundação Pablo Neruda e Universidade do Chile. Disponível em <<http://www.neruda.uchile.cl/obra/obratercerlibrodeodas3.html>>. Acesso em 01 de fev. 2014.

NEVES, L. M. W. Educação e desenvolvimento: retoma-se uma velha discussão? *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 105, p. 25-50, 1991.

NORA, S. & MINC, A. *La informatización de la sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. Campinas: Boitempo, 2006.

PARASKEVA, J. M. (Org.). *Capitalismo Académico*. Mangualde, PT: Edições Pedagogo, 2009.

PAQUOT, T. *A arte da sesta*. Porto: Campo das Letras, 1998.

PHILLIPS, M. E.; PUGH, D. S. *Como preparar um mestrado ou doutorado* – um manual prático para estudantes e seus orientadores. Portugal: Lyon, 1998.

PINTO, A. V. *O Conceito de Tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 220- 355.

POWERS, W. *O Blackberry de Hamlet*: filosofia prática para viver bem na era digital. Trad. Daniel Abrão. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

PRENSKY, M. *Digital natives, digital immigrants*. MCB University Press. V. 9, n. 05, 2001. Disponível em <http://www.marcprensky.com/writing/>. Acesso em 01 de março de 2014.

REGIMENTO PPGE 2012. Disponível em:
<http://ppge.ufsc.br/files/2012/02/RegimentoPPGE2012.pdf>. Acesso em 02 de jun. de 2014.

ROSA, J. G. *Grande sertão veredas*. 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

RISTOFF, D. I.; BIANCHETTI, L. A pós-graduação e suas interlocuções com a educação básica: (Des)encontros históricos e manutenção do apartheid socioeducacional. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, v. 17, n. 3, Nov. 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de jun. de 2014.

SALLES, J.C. Notas sobre a filosofia no Brasil. *Cult – Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro, a. 13, v. 151, p. 71-74, 2010.

SÁNCHEZ, W. La universidad sin órganos. Capitalismo cognitivo e transformación empresarial de la universidad colombiana. *Nómadas*, n. 27, p. 8-21, 2007.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. *et al.* (Org). *Tecnologias para transformar a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTAELLA, L. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço e Tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNETZLER, P. R.; OLIVEIRA, C. de (orgs.). *Orientadores em foco* – o processo da orientação de teses e dissertações em educação. Brasília: Liber Livro, 2010.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saúde: construindo outros modos de gestão. *Associação Brasileira de Saúde Coletiva*. Florianópolis, julho, 2005.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. *O trabalho intensificado nas federais*. Pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, A. O. A corrida pelo Lattes. In: RAMPINELLI, W. J. et al. (Orgs.), *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005.

SILVA, M. M. Os percursos profissionais dos jovens inscritos no projoovem trabalhador em santa catarina: a precariedade circular. In: *IX Seminário de pesquisa em educação da Região Sul - Anped Sul*, 2012, Caxias do Sul. IX Anped Sul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

SISTO, V. Managerialismo y Trivialización de la Universidad. *Nómadas*, n. 27, p. 8-21. 2007.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. *Academic Capitalism and the New Economy: Markets, State and Higher Education*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2004.

SOUSA JÚNIOR, J. Omnilateralidade. In: PEREIRA, I. B. e LIMA, J. C F. (Orgs.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2 ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

Disponível em: <

<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

SOUZA, R. A. O discurso oral, o discurso escrito e o discurso eletrônico. In: MENEZES, Vera Lúcia. *Interação e aprendizagem em ambiente virtual*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 16-41.

TAYLOR, F.W. *Princípios de administração científica*. 7 ed., São Paulo: Atlas, 1970.

THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, T. T. da. (org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 44-93.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. *Criando uma nova civilização*. A política da Terceira Onda. 4 ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1994.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o feticismo do conhecimento-mercadoria. *Rev. Bras. Educ.* [online], vol.16, n.48, p. 769-792, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA PINTO, A. *O conceito de tecnologia*. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WATERS, L. *Inimigos da esperança*. Publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ZARIFIAN, P. O tempo do trabalho: o tempo-devir frente ao tempo espacializado. *Tempo Social*, v. 14, n. 2, p.1-18, 2002.

ZILBERMANN, R. Orientação: a aventura compartilhada. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. *A bússola do escrever*. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2 ed. São Paulo: Cortez e Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ZUIN, A. A. S. O plano nacional de educação e as tecnologias da informação e comunicação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 961-980, jul.-set. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO - PPGE**

Pesquisa: **PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**
**Um estudo de caso do uso de tecnologias por parte de doutorandos
do PPGE/UFSC**

Essa entrevista é uma das formas de coleta de dados da pesquisa, acima referida, para a Dissertação de Mestrado de **Luiza Turnes**, na Universidade Federal de Santa Catarina, na linha “Trabalho e Educação”, sob orientação do professor Dr. Lucídio Bianchetti.

Solicitamos sua colaboração, como doutorando(a) da UFSC, no sentido de conceder esta entrevista, gravada, à pesquisadora.

Sua privacidade será protegida.

Agradecemos suas colaboração.

OBS: Anotar horário de início da entrevista e perguntar se consente que seja gravada.

Roteiro entrevista com os doutorandos

- 1) Nome (opcional) _____
- 2) Idade: _____
- 3) Onde nasceu? _____
- 4) Em que instituição fez o mestrado, qual a linha de pesquisa e qual o recorte da temática?
- 5) Qual a linha de pesquisa do seu doutorado e qual o recorte da sua temática?
- 6) Você utiliza as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de desenvolvimento da sua tese? Se sim, com que frequência?

7) Você percebe alguma diferença do uso das TIC no mestrado e agora no doutorado?

8) Entre você e o seu/sua orientador/a são feitas orientações virtuais? Com que frequência?

9) Comente o que você mais procura na rede e em que esta contribui para a elaboração de sua tese.

10) Como você definiria a categoria “tempo do doutorado” em relação a sua vida pessoal, de doutorando e profissional?

11) Você está fazendo a tese com dedicação exclusiva ou está trabalhando concomitantemente?

12) Ao determinar que o doutorado deve ser concluído em quatro (4) anos, você acha que a CAPES interfere na qualidade do processo e resultados da tese? Comente.

13) Considerando o tempo para a conclusão do processo do doutorado, como você acredita que está a qualidade das teses?

14) Você utiliza alguma estratégia para poder concluir o doutorado em quatro (4) anos?

15) Gostaria de fazer mais algum comentário?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEPSH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Senhor(a) para participar da Pesquisa **“PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO Um estudo de caso do uso de tecnologias por parte de doutorandos do PPGE/UFSC**, de Luiza Turnes, sob a orientação do professor Lucídio Bianchetti.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como os doutorandos do Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSC organizam o tempo e sua relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), na fase de escrita da tese. Para tanto, como objetivos específicos estão previstos: Caracterizar o processo de doutorado da UFSC; Conceituar a categoria tempo; Examinar de que forma a categoria tempo é tratada nos manuais de metodologia; Investigar as obras que tratam sobre a questão do tempo na fase do doutorado; Compreender as adesões e as resistências à inserção das TIC no processo de doutorado, seja na utilização por orientadores ou orientandos; Investigar qual a função das TIC no processo do doutorado e de que maneira e com que intensidade elas têm sido um instrumento nesse processo; Identificar em quais momentos do processo de doutorado a utilização das TIC pode ter um caráter facilitador e/ou pressionador no processo de escrita da tese pelo doutorando; Entender como os doutorandos tratam a questão da inserção na “sociedade de informação ou conhecimento”; Investigar a preconizada sociedade da informação ou conhecimento e a forma como os pós-graduandos se relacionam com esta práxis; Compreender de que modo a indução da CAPES interfere na qualidade do desenvolvimento da tese no que se refere ao tempo médio de titulação.

Acerca dos benefícios da pesquisa, acredita-se que ao realizar uma pesquisa que tem como ênfase a relação do tempo e das TIC no processo de doutorado do PPGE da UFSC, estará sendo desenvolvido um tema que vem se tornando muito expressivo nas pesquisas sobre a PG, o tempo, haja vista que se vive em uma sociedade cujo modelo de produção está estritamente centrado na eliminação do desperdício do tempo. Uma sociedade em que a própria transformação do trabalho justifica a ruptura de fronteiras espaço-temporais entre espaço-tempo livre e espaço-tempo ocupado, assim como a progressiva instalação de ritmos assíncronos e móveis. Incapazes de modificar ou reduzir o ritmo do tempo, os doutorandos organizam os universos das práticas cotidianas orientados para a satisfação de demandas do presente, sendo um dos principais desafios a inserção na chamada sociedade da informação ou do conhecimento e da incorporação das TIC.

A estratégia para a coleta de dados se dará por meio de concessão de questionário e/ou entrevista que será gravada, na qual relatará, suas experiências acerca do processo do doutorado e o (não) uso das TIC nesse processo.

Por ser uma pesquisa que tem como intuito comprometer-se com os sujeitos envolvidos e respeitá-los garantindo a não utilização das informações em prejuízo as pessoas, acredita-se que os riscos serão mínimos. Sua participação é voluntária e se depois de conceder a entrevista, o(a) Senhor(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Senhor(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por conceder a entrevista.

Cabe esclarecer que o(a) Senhor(a) como participante da pesquisa, receberá uma cópia desse consentimento assinada pelos responsáveis da pesquisa e assinará uma cópia que ficará com os responsáveis da pesquisa. Para maiores informações, poderá entrar em contato com os pesquisadores no endereço abaixo:

Local e data

Assinatura

Assinatura do coordenador/orientador da pesquisa

Endereço e Telefone do Coordenadora/Orientador da Pesquisa:

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti

Rua Elmo Kiseski nº 80 apto 201.

Bairro Trindade - Florianópolis, SC

CEP: 88036-040

Fones: (48) 91148237

Email: lucidiob@gmail.com

Assinatura da pesquisadora

Endereço e Telefone da pesquisadora:

Luiza Turnes

Rua Afonso Pena nº 624 apto 104B.

Bairro Estreito – Florianópolis, SC

CEP: 88070-650

Fone: (48) 3028-2961 e (48) 9607-6336

Email: luh_turnes@hotmail.com